



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 10 DE ABRIL DE 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Rodrigo Miguel Dias Saraiva](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[José António Ribeiro de Carvalho](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

Antes de entrar na ordem do dia, foi votado e rejeitado um recurso que o Grupo Parlamentar do Chega apresentou para Plenário, da decisão do Presidente, relativo à não aceitação de uma proposta para um dos pontos da ordem do dia, tendo usado da palavra o Deputado [Pedro Pinto](#) (CH).

Foram anunciadas, e aprovadas em votação global, as Propostas de Resolução n.ºs [9/XVII/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Acordo de Parceria e Cooperação Reforçadas entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Quirguiz, por outro, feito em Bruxelas, em 25 de junho de 2024 e [10/XVII/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Acordo de Parceria e Cooperação Reforçadas entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Usbequistão, por outro, feito em Bruxelas, em 24 de outubro de 2025.

Procedeu-se à discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [501/XVII/1.ª](#) (IL) — Promove a concorrência no transporte rodoviário através do acesso aberto a terminais e interfaces, que foi aprovado, e [550/XVII/1.ª](#) (L) — Garante o acesso dos operadores de transportes públicos aos interfaces rodoviários, beneficiando os utilizadores, que foi rejeitado, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [752/XVII/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo medidas para assegurar o acesso livre, equitativo e não discriminatório aos terminais rodoviários de passageiros, uniformizar o respetivo quadro técnico e funcional, prevenir conflitos de interesse na sua gestão e reforçar o regime sancionatório, que foi aprovado, [776/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda a uma auditoria nacional ao funcionamento dos terminais rodoviários e às práticas concorrenciais do setor, que foi aprovado, e [798/XVII/1.ª](#) (PCP) — Investimento nos terminais de

transportes rodoviários e melhoria do serviço às populações, que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados **Angélique Da Teresa** (IL), **Jorge Pinto** (L), **Bruno Faria** (PSD), **Carlos Barbosa** (CH), **Alfredo Maia** (PCP), **Frederico Francisco** (PS), **Bruno Faria** (PSD), **Ricardo Moreira** (CH), **Filipe Sousa** (JPP), **João Pinho de Almeida** (CDS-PP) e **Inês de Sousa Real** (PAN).

Foram debatidos os Projetos de Resolução n.ºs **735/XVII/1.ª** (L) — Recomenda ao Governo que fixe, excecionalmente, as margens máximas de comercialização de combustíveis e **738/XVII/1.ª** (L) — Recomenda ao Governo o reembolso de 100 % do IVA pago em bens essenciais para famílias de baixos rendimentos, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs **509/XVII/1.ª** (PAN) — Prevê a monitorização dos preços dos bens alimentares e a proteção do consumidor contra condutas especulativas e ilícitos concorrenciais, **510/XVII/1.ª** (PAN) — Determina a reposição do IVA Zero nos produtos do cabaz alimentar essencial entre os dias 18 de maio e 15 de novembro de 2026, alterando a Lei n.º 17/2023, de 14 de abril, **533/XVII/1.ª** (CH) — Prevê a redução temporária da taxa de IVA sobre os combustíveis para a taxa intermédia, **534/XVII/1.ª** (CH) — A presente lei estabelece a aplicação temporária da taxa de 0 % do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) a um conjunto de bens essenciais, designado por cabaz alimentar, **548/XVII/1.ª** (BE) — Isenção temporária de IVA sobre os produtos essenciais do cabaz alimentar e **549/XVII/1.ª** (BE) — Baixa temporária do IVA dos combustíveis e do gás, e com os Projetos de Resolução n.ºs **797/XVII/1.ª** (PCP) — Combate à especulação e controlo de preços de bens e serviços essenciais, **799/XVII/1.ª** (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de proteção das famílias e das empresas perante o aumento do custo de vida provocado pelo conflito no Médio Oriente, que foram rejeitados, e **803/XVII/1.ª** (IL) — Por uma resposta à inflação e ao aumento dos preços dos combustíveis, que foi aprovado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados **Tomás Pereira** (L), **Adriana Rodrigues** (PSD), **Inês de Sousa Real** (PAN), **Filipe Melo** (CH), **Fabian Figueiredo** (BE), **Alfredo Maia** (PCP), **João Torres** (PS), **Mário Amorim Lopes** (IL), **Filipe Sousa** (JPP), **Almiro Moreira** (PSD), **Ricardo Lopes Reis** (CH), **Hugo Costa** (PS), **João Pinho de Almeida** (CDS-PP) e **Patrícia Gonçalves** (L).

Foram debatidos conjuntamente, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs **142/XVII/1.ª** (PCP) — Criação de uma rede pública de creches, **143/XVII/1.ª** (PCP) — Alargamento da rede pública de Educação Pré-Escolar, **254/XVII/1.ª** (PAN) — Garante a gratuidade dos mecanismos de acompanhamento das atividades das crianças no âmbito da medida da gratuidade das creches, **357/XVII/1.ª** (BE) — Inclusão das creches no sistema educativo, **551/XVII/1.ª** (L) — Integra a educação na primeira infância no sistema educativo e incumbe o Estado de criar uma rede universal e gratuita, que foram rejeitados, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs **771/XVII/1.ª** (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que equacione a criação de benefícios fiscais para as empresas que criem creches para os filhos dos trabalhadores, **779/XVII/1.ª** (PS) — Reforça as repostas sociais na infância, lançando uma nova vaga de equipamentos no âmbito do PARES, que foram aprovados, **791/XVII/1.ª** (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta o alargamento das atividades incluídas na gratuidade no Programa Creche Feliz para as famílias em situação de vulnerabilidade, e **795/XVII/1.ª** (IL) — Pelo reforço da oferta de creches e da liberdade de escolha das famílias, que foram rejeitados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados **Paulo Raimundo** (PCP), **Vânia Jesus** (PSD), **José Barreira Soares** (CH), **Inês de Sousa Real** (PAN), **Fabian Figueiredo** (BE), **Filipa Pinto** (L), **João Pinho de Almeida** (CDS-PP), **Margarida Afonso** (PS), **André Ventura** (CH), **Joana Cordeiro** (IL) e **Sonia dos Reis** (PSD).

Foram apreciados, e aprovados na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs **25/XVII/1.ª** (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que, no âmbito das comemorações

dos 900 anos da Batalha de São Mamede, garanta o reforço da participação da sociedade civil, das academias, das autarquias e das escolas e **774/XVII/1.ª** (PS) — Recomenda ao Governo a valorização das comemorações dos 900 anos da Batalha de São Mamede, em articulação com o Município de Guimarães. Intervieram, a diverso título, os Deputados **João Pinho de Almeida** (CDS-PP), **Paulo Lopes Silva** (PS), **Alfredo Maia** (PCP), **Rui Cardoso** (CH), **Emídio Guerreiro** (PSD), **Filipe Sousa** (JPP), **Jorge Miguel Teixeira** (IL), **Rui Tavares** (L) e **Fabian Figueiredo** (BE).

Foi lido o Projeto de Voto n.º **480/XVII/1.ª** (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte do Maestro Álvaro Cassuto, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º **473/XVII/1.ª** (Comissão de Saúde) — De saudação pelo Dia Mundial da Saúde Oral. (a)

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º **812/XVII/1.ª** (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Madrid.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º **753/XVII/1.ª** (Comissão de Assuntos Europeus) — Adoção pela Assembleia da República das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito de escrutínio, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2026.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º **63/XVII/1.ª** (GOV) — Altera a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, relativa às regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, e foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º **542/XVII/1.ª** (PAN) — Procede à alteração da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, reduzindo os prazos de pagamento em atraso das entidades públicas e criando um regime especial aplicável às associações humanitárias de bombeiros.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º **64/XVII/1.ª** (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2023/2226 e a Diretiva (UE) 2025/872, de 14 de abril de 2025, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade, e a alterar o Regime do Imposto Mínimo Global, e foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º **801/XVII/1.ª** (BE) — Pela taxação justa dos milionários e dos multimilionários.

Na generalidade, foi aprovado o Projeto de Lei n.º **455/XVII/1.ª** (CH) — Estabelece o regime de reembolso das despesas de funeral para menores, dependentes e pessoas com incapacidade permanente e absoluta para o trabalho; foram rejeitados os Projetos de Lei n.ºs **411/XVII/1.ª** (PAN) — Procede ao aumento do subsídio de funeral em caso de falecimento de menores de 18 anos e de pessoas maiores acompanhadas, alterando o Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, **436/XVII/1.ª** (JPP) — Altera o artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 322/90, de 18 de outubro, alargando o reembolso de despesas de funeral aos casos de falecimento de menores e de pessoas com deficiência/incapacidade, **438/XVII/1.ª** (L) — Aumenta o valor do subsídio de funeral a atribuir pela Segurança Social em caso de morte de uma criança; foi aprovado o Projeto de Lei n.º **456/XVII/1.ª** (PS) — Reforça o valor do subsídio de funeral, em particular no caso de morte de menor ou de titular do estatuto de maior acompanhado, procedendo à décima oitava alteração do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto; e foram rejeitados os Projetos de Lei n.ºs **464/XVII/1.ª** (PCP) — Aumenta o montante do subsídio de funeral em caso de morte de menor de 18 anos ou de pessoas com deficiência, alterando o Decreto-lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, **537/XVII/1.ª** (IL) — Aumenta o subsídio de funeral de crianças e jovens e **546/XVII/1.ª** (BE) — Aumenta o valor do subsídio de funeral no caso de morte de menor de 18 anos e de pessoa com incapacidade.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º **832/XVII/1.ª** (PCP) — Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 132/2025, de 24 de dezembro, que cria a Agência para a Investigação e Inovação, E.P.E., com a transformação da Agência Nacional de Inovação, S.A., e a fusão da Fundação

para a Ciência e a Tecnologia, I.P., bem como à aprovação do respetivo regime jurídico.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 712/XVIII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que assegure a transparência nos processos de apoio relativos às tempestades.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 659/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a Integração dos Técnicos Especializados do Instituto da Segurança Social, I. P., Contratados no Âmbito do PRR.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 281/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que proceda a um conjunto de atuações, no âmbito das condições de habitação e de autonomia e independência das pessoas com deficiência, incluindo a criação de uma linha de crédito bonificada.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 688/XVIII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que promova a urgente conservação e reabilitação da Igreja de Santa Catarina e do Convento dos Paulistas, em Lisboa.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PAN, a solicitar a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º 733/XVIII/1.^a (PAN) — Pela prorrogação do regime europeu de deteção de conteúdos de abuso sexual de menores em linha previsto no Regulamento (UE) 2021/1232 do Parlamento Europeu e do Conselho, e pelo reforço da proteção das crianças no espaço digital.

Foi rejeitado um Projeto de Resolução n.º 662/XVII/1.^a (PAN) — Cria um grupo de trabalho para o acompanhamento das referências a Portugal nos «Ficheiros Epstein».

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 692/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para assegurar o regular funcionamento dos tribunais e serviços do Ministério Público na Comarca de Portalegre.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 718/XVII/1.^a (PAN) — Por medidas de prevenção e combate à extorsão sexual e burlas românticas em contexto digital, com especial enfoque nas crianças e jovens.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 725/XVII/1.^a (PAN) — Pela mitigação do aumento dos preços dos bens alimentares e pelo reforço do apoio às famílias e da resiliência do sistema alimentar.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 755/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo o reconhecimento e a proteção dos ex-trabalhadores das Minas da Urgeiriça e seus familiares.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 728/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de critérios técnicos e científicos para a salvaguarda,

reintegração e recuperação de elementos arquitetónicos e artísticos integrados em imóveis de reconhecido valor patrimonial, com intervenção urgente e prioritária no Forte de Nossa Senhora da Graça, em Elvas.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º 599/XVII/1.^a (PS) — Pela promoção estruturada da dádiva voluntária e regular de sangue.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 42/XVII/1.^a (GOV) — Altera o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia e Coesão Territorial, relativo ao Projeto de Resolução n.º 626/XVIII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a criação urgente do fundo para catástrofes naturais.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, aditado ao artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1-A/2026, de 6 de janeiro, pelo artigo 2.º do texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo à Apreciação Parlamentar n.º 6/XVII/1.^a (PS) — Decreto-Lei n.º 1-A/2026, de 6 de janeiro, que altera o Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas Regiões e à Apreciação Parlamentar n.º 7/XVII/1.^a (CH) — Decreto-Lei n.º 1-A/2026, de 6 de janeiro — Altera o Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas Regiões. De seguida, foi aprovado, em votação final global, o mesmo texto final. No final, preferiram declarações de voto os Deputados [Francisco César](#) (PS), [Francisco Gomes](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Fabian Figueiredo](#) (BE) e [Jorge Pinto](#) (L).

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar a um Deputado do CH.

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 53 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, vamos dar início à nossa reunião plenária de hoje.

Eram 10 horas e 4 minutos.

A nossa ordem do dia é extensa, terminaremos com votações, mas vamos tentar cumpri-la de forma ágil e célere.

Solicito aos Srs. Agentes da autoridade que abram as galerias para que os cidadãos e os fotojornalistas possam ir entrando e tomando os seus lugares.

Passo a palavra ao Sr. Secretário para a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, apenas para informar a Câmara que já se encontram nos suportes institucionais da Assembleia da República todas as iniciativas que deram entrada na Mesa desde o dia de ontem.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito obrigado, Sr. Secretário.

Antes de entrarmos no primeiro ponto da ordem do dia, temos um recurso, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega, de uma decisão do Sr. Presidente relativo à não aceitação de uma proposta para um dos pontos da ordem do dia de hoje.

Por isso, cumprindo o Regimento, até 2 minutos, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto para apresentar as razões do seu recurso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, sinceramente, não é a coisa mais agradável, às 10 da manhã, nós termos de fazer um recurso desta maneira, mas é a segunda vez que isto nos acontece esta semana — aliás, já aconteceu ao Chega, já aconteceu à Iniciativa Liberal, já aconteceu ao Bloco de Esquerda.

Sinceramente, dá-me a sensação de que o que se está a passar nesta Casa, com os despachos do Sr. Presidente da Assembleia da República, é que os mesmos já são um bocado de censura.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — É verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Hoje, vai estar em discussão um projeto do PCP sobre a criação da rede pública de creches, existe uma série diplomas que foram inseridos na agenda por arrastamento e existia também um diploma do Chega, que, a nosso ver, tem toda a conexão material com este agendamento do PCP.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Entendeu o Sr. Presidente da Assembleia da República dizer que não existe, na sua opinião, conexão material. Mais grave: enviou para todos os partidos políticos, mas esqueceu-se de enviar o recurso que o Chega fez com 22 pontos — e eu não vou ler aqui os 22 pontos, não teria tempo para isso —, em que justificamos o porquê de acharmos que tem conexão material.

E mais grave ainda: é que há um ponto do despacho do Sr. Presidente da Assembleia da República que diz que o problema são as soluções que divergem. Meus amigos, nós estamos na Assembleia da República e ainda bem que as soluções divergem, porque se não divergissem estávamos todos a falar só uma linguagem e só de uma maneira.

Aplausos do CH.

Isto hoje aconteceu ao Chega, mas está a acontecer a outros partidos políticos, e aquilo que nós achamos é que esta é a Casa da democracia, a casa da pluralidade e da diversidade de opiniões e nós temos todo o direito de apresentar um projeto onde a opinião é divergente da do PCP. É perfeitamente normal, é assim em democracia, por isso é que estão aqui 10 partidos políticos representados.

Portanto, aquilo que o Sr. Presidente da Assembleia da República está a fazer é censura. Censura pura e dura e nós não podemos permitir isso.

Vozes do CH: — Muito bem!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, o Regimento não permite debate sobre este tema e apenas é dada a palavra ao proponente.

O Regimento prevê dois tipos de recursos e como este tem a ver com a ordem do dia só tem a palavra o grupo parlamentar que apresenta o recurso.

Relativamente àquilo que foi dito, vou ter de discordar, claramente, da questão da censura. Acho que o debate sobre aquilo que é conexão material, ou não, não deve ser tido agora — aliás, o despacho do Sr. Presidente consubstancia porque é que o considera e está assente e tem respaldo no Regimento da Assembleia da República,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade! Não tem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... que dá competências ao Sr. Presidente para fazer análise para a admissibilidade ou não das propostas.

Também não é aqui o lugar, mas, sim, em Conferência de Líderes que outro debate pode ser feito e que tem a ver com as questões dos arrastamentos e da conexão material ou não.

O despacho refere várias coisas, não envia o pedido do Chega e também não envia o pedido que suscita a conexão feito por outro grupo parlamentar. Portanto, sobre os arrastamentos é um debate que, certamente, eu acho que merece ter lugar na Conferência de Líderes,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É bom para o Chega, porque não fazemos como os outros!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... porque, como disse, e bem, este tema tem sido suscitado com bastante cadência.

Portanto, o recurso foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega, o despacho foi partilhado pelo Sr. Presidente, todos os grupos parlamentares tiveram acesso a esse despacho e, neste momento, iremos votar o recurso apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega.

Creio que todos os grupos parlamentares estão a par da situação e com a informação devida para podermos votar.

Vamos, então, votar o recurso.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do PCP, os votos a favor do CH, da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fazem bem em chumbar! O PCP está a fazer bem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, vamos então entrar na ordem do dia, cujo primeiro ponto consiste nas Propostas de Resolução n.ºs 9/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Acordo de Parceria e Cooperação Reforçadas entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Quirguiz, por outro, feito em Bruxelas, em 25 de junho de 2024 e n.º 10/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Acordo de Parceria e Cooperação Reforçadas entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Usbequistão, por outro, feito em Bruxelas, em 24 de outubro de 2025, sem tempos.

Então, passamos ao ponto 2, um agendamento da IL, que consta da apreciação conjunta dos Projetos de Lei n.ºs 501/XVII/1.ª (IL) — Promove a concorrência no transporte rodoviário através do acesso aberto a terminais e interfaces, 550/XVII/1.ª (L) — Garante o acesso dos operadores de transportes públicos aos interfaces rodoviários, beneficiando os utilizadores e dos Projetos de Resolução n.ºs 752/XVII/1.ª (PSD) —

Recomenda ao Governo medidas para assegurar o acesso livre, equitativo e não discriminatório aos terminais rodoviários de passageiros, uniformizar o respetivo quadro técnico e funcional, prevenir conflitos de interesse na sua gestão e reforçar o regime sancionatório, 776/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que proceda a uma auditoria nacional ao funcionamento dos terminais rodoviários e às práticas concorrenciais do setor, e 798/XVII/1.^a (PCP) — Investimento nos terminais de transportes rodoviários e melhoria do serviço às populações.

Para fazer a apresentação da iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, tem a palavra a Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, que dispõe de 4 minutos para o efeito.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Imaginem se tivéssemos aeroportos onde só pudessem aterrar aviões da TAP (Transportes Aéreos Portugueses), porque esses aeroportos seriam geridos pela própria TAP, ou, o contrário, aeroportos geridos por um qualquer concorrente que depois não permitiria que a TAP aterrasse naquele local.

Se isto é absurdo na aviação, não é menos absurdo nos terminais rodoviários. Se noutras infraestruturas de transporte a divisão entre gestão e operação existe e está acautelada, as infraestruturas rodoviárias não podem ser a exceção.

Os terminais estão amarrados a normas que persistem desde os anos 70. Por isso, o que a Iniciativa Liberal pretende é alterar a lei que está desajustada da realidade. O transporte rodoviário foi liberalizado, o que nos permite escolher a transportadora que mais nos convém, os melhores horários, os melhores preços — logo, as infraestruturas também devem adaptar-se à realidade.

O regulador já emitiu pareceres, decisões e aplicou coimas e já houve uma condenação em tribunal. Não se trata aqui de diabolizar ninguém, trata-se de resolver a parte que compete à Assembleia da República, porque a legislação é que está na origem deste problema.

A proposta da Iniciativa Liberal vai ao encontro do diagnóstico feito pela AMT (Autoridade da Mobilidade e dos Transportes), tem princípios de transparência, separação funcional entre gestão e operação, porque é aqui que se gera o conflito de interesses; tem regulação independente, digitalização, sistemas de informação ao passageiro sobre horários e bilheteiras, salvaguarda a participação das autarquias e a possibilidade de concessões através de lançamento de concursos.

Quem não cumpre terá coimas agravadas, porque não podemos permitir que o incumprimento da lei seja mais rentável do que respeitar a liberdade de concorrência, que é um direito constitucional.

Por último, como estamos a falar de uma reforma, garantimos um regime transitório para que as diferentes realidades que existem por esse País fora tenham tempo de ser revistas e adaptadas a um quadro normativo equitativo.

A liberalização do transporte rodoviário, tal como o aéreo, foi impulsionada e imposta por diretivas da União Europeia, pelo que espero que não venhamos a precisar de puxões de orelhas de Bruxelas para fazer o que é óbvio e que só depende desta Câmara.

Também espero não voltar a ouvir que chumbam propostas da Iniciativa Liberal para depois as mesmas serem copiadas e anunciadas em momentos partidários específicos. As reformas são para ser acolhidas e implementadas, venham de onde vierem, e mais urgentes se tornam quando temos litigâncias desnecessárias a entupir os nossos tribunais.

Vamos acelerar para que os terminais rodoviários portugueses se tornem infraestruturas do século XXI que servem os passageiros.

É por causa dos passageiros que conto com a vossa aprovação, até porque desde que as regras de segurança sejam cumpridas, se os aeroportos têm múltiplos aviões, então os terminais têm de ter múltiplos autocarros.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para apresentar a iniciativa do Livre, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados; Cumprimento e agradeço à Iniciativa Liberal por este agendamento, porque a concorrência é essencial na economia.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É isso mesmo! Disseste bem!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — A economia só vai ser funcional tanto e na medida em que houver uma concorrência que seja franca, que seja leal e que seja transparente e com o mesmo acesso de possibilidades a todos os operadores, incluindo, evidentemente, os operadores estatais.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Desde que paguem!

Risos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Do que aqui se trata, e concordando com a Sr.^a Deputada, é de bom senso. Aliás, o facto de haver tantos partidos com ideologias bastante distintas que apresentam propostas que, no seu coração, são bastante parecidas, mostra bem que se está aqui a falar de bom senso, porque aquilo que aconteceu no setor rodoviário, no transporte coletivo em Portugal, foi uma alteração relativamente profunda, também relacionada com o desinvestimento na ferrovia, que faz — e eu que o diga — com que o transporte rodoviário coletivo seja hoje uma ferramenta de coesão territorial.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mais do que a ferrovia!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — As propostas que aqui estão hoje a debate, incluindo a do Livre, têm algumas pequenas diferenças que estou certo de que poderão ser trabalhadas em especialidade, mas, no fundo, pedem uma coisa muito simples, pedem que todos os operadores possam estar em pé de igualdade no acesso aos terminais, seja qual for o terminal.

Aquilo que o Livre propõe, entre outras, são coisas muito simples, e, desde logo, um reforço das competências da AMT para que possa fazer mais e melhor fiscalização e assegurar que há uma efetiva punição em caso de incumprimento.

Por outro lado, pretendemos, criando regras, alterando o quadro legislativo — que, apesar de ser de 2019, já merece e necessita de uma atualização —, prevenir o conflito de interesses entre operadores e gestão de interfaces.

No fundo, trata-se de uma política de bom senso, porque a concorrência, quando é leal, quando é franca e quando é feita como deve ser, é ótima para a economia e, sendo ótima para a economia, é certamente boa para os cidadãos e, neste caso, para os passageiros.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para apresentar a iniciativa do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Faria, que dispõe de 7 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora é a censura que vai falar! Nós, censurando esta Casa...!

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate de hoje não é apenas sobre a gestão de terminais rodoviários, é, acima de tudo, sobre as necessidades concretas dos passageiros, sobre garantir melhores condições a quem utiliza o transporte rodoviário, sobre assegurar mais liberdade de escolha, sobre permitir mais oferta, mais ligações e mais linhas e sobre responder melhor às necessidades de mobilidade das pessoas, das famílias e dos territórios.

O Decreto-Lei n.º 140/2019 abriu o mercado de transporte rodoviário expresso, permitiu que essa abertura tivesse elevada importância, trouxe mais dinamismo, permitiu mais concorrência e abriu a possibilidade de dar aos passageiros mais opções.

Os números mostram bem essa mudança. O número de passageiros no serviço expresso passou de cerca de 6 milhões, em 2021, para quase 18 milhões, em 2024, ou seja, a procura quase triplicou em apenas três anos, o que mostra que os portugueses querem mais mobilidade, valorizam a escolha e respondem quando existe oferta.

Mas abrir um mercado por si só não basta, é preciso garantir que essa abertura funciona, na prática, e responde, de facto, às necessidades dos passageiros, porque não pode haver concorrência leal quando quem gere um terminal é, ao mesmo tempo, um operador no mesmo mercado; não pode haver igualdade de oportunidades quando há recusas de acesso, limitações pouco claras ou decisões que levantem dúvidas sobre a imparcialidade da gestão; e não pode haver um verdadeiro mercado aberto quando infraestruturas que deviam servir todos, podem ser usadas para travar concorrentes e limitar a entrada de novos passageiros.

Quando isso acontece, quem perde são os passageiros. Perde quem precisa de melhores condições de serviço, perde quem precisa de mais oferta, perde quem precisa de mais linhas e mais ligações e perde quem depende da mobilidade mais acessível, mais aberta e mais eficaz.

É por isso que este projeto de resolução apresentado pelo PSD é importante, porque parte de uma ideia simples. Os terminais rodoviários têm de estar ao serviço das necessidades reais das pessoas, têm de servir quem quer viajar melhor,...

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — ... têm de servir quem precisa destas opções, têm de servir quem depende de uma rede com mais oferta e mais cobertura e têm de servir uma mobilidade mais justa, mais transparente e mais funcional.

Com este projeto de resolução, o PSD recomenda ao Governo uma resposta de fundo: acesso justo aos terminais; regras claras; transparência; prevenção de conflitos de interesses; melhor articulação entre entidades competentes; um regime sancionatório que seja realmente dissuasor e investimento onde for preciso reforçar ou expandir a rede.

É isso que o PSD quer assegurar o acesso justo e transparente aos terminais; regras mais ajustadas à realidade; gestão imparcial; melhor articulação entre entidades responsáveis e sanções que façam cumprir as regras. E esta é também uma questão de mobilidade nacional. Quando há mais abertura, há mais capacidade para criar oferta, ligar territórios e responder melhor às necessidades das pessoas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o que está lá em causa é simples, é saber se queremos um sistema que responde melhor às necessidades dos passageiros ou se aceitamos bloqueios que limitam a oferta, travam novas linhas e restringem a liberdade de escolha.

O PSD escolhe, claramente, o lado dos passageiros, escolhe o lado de quem quer melhores condições, escolhe o lado de quem quer mais liberdade de escolha, escolhe o lado de quem quer mais oferta, mais linhas e mais mobilidade, escolhe lado de um mercado que funcione de forma aberta, transparente e justa.

É esse o compromisso do PSD: pôr os terminais rodoviários ao serviço dos passageiros, pôr as infraestruturas ao serviço da mobilidade e garantir que o mercado funciona de forma justa, transparente e eficaz.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento. Vamos só esperar que chegue ao seu lugar.

Pausa.

O pedido de esclarecimento é do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, até 44 segundos. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O tempo da censura já acabou! Já podem falar à vontade!

Risos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bruno Faria, a sua intervenção quase parecia uma ode à proposta da Iniciativa Liberal.

Portanto, fico muito satisfeita que o PSD acompanhe o nosso projeto de lei e espero que, no fim, não tenhamos um chumbo ao projeto de lei da Iniciativa Liberal para depois virem dizer que o Governo já o está a fazer.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Faria.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A partir de agora, vocês são o partido da censura! Vê lá se podes responder!

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, realmente este é um assunto em que tive a oportunidade de, juntamente com o Grupo Parlamentar do PSD, acompanhar desde o início.

Acompanhámos estas audições, auscultámos o mercado e percebemos quais as necessidades e trabalhámos, efetivamente, na solução e na proposta que achámos mais concreta. Ou seja, trabalhámos aqui numa proposta que tem os seus princípios objetivos, tem os seus princípios claros e que tem as suas soluções claras no projeto e na sua fundamentação.

Por isso, Sr.^a Deputada, o PSD irá manter o que é a nossa proposta e irá levá-la até ao fim, porque é o que acreditamos que seja uma solução mais abrangente e não tão incisiva, mas é uma resposta a toda a envolvente do mercado e a toda a envolvente do sistema rodoviário.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da iniciativa legislativa, pelo Grupo Parlamentar do Chega, até 6 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Barbosa.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Pensava que era o Pedro Pinto, está tão entusiasmado!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Não queres chamar de censura agora?

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Chega apresenta um projeto de resolução que recomenda ao Governo a realização de uma auditoria nacional ao funcionamento dos terminais rodoviários e às práticas concorrenciais dos transportes públicos de passageiros por autocarro. Esta proposta é coerente, cirúrgica e mais urgente do que nunca.

O Decreto-Lei n.º 140/2019 é claro: o acesso aos terminais deve ser transparente, equitativo e não discriminatório, a recusa só pode ocorrer por falta de capacidade e com indicações de alternativas. O Regulamento n.º 3/2025 da AMT, de janeiro de 2025, veio uniformizar critérios mínimos e obrigar todos os operadores a publicar regulamentos de acesso até abril de 2025. A lei existe, o problema é que, na prática, continua a não ser cumprido.

E é aqui que se revela o ponto constrangedor a que chegamos. Durante anos sucessivos, governos e maiorias parlamentares assistiram, de braços cruzados, à degradação do setor, permitiram que uma lei ficasse letra morta, ignoraram os sinais de alerta, deixaram instalar-se conflitos de interesses entre quem gere os terminais e quem os utiliza.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — A inação do passado é a principal responsável por este estado de coisas. Foi esta passividade que permitiu que hoje tenhamos um setor essencial para a coesão territorial transformado num emaranhado de barreiras à entrada, recusas infundadas e enviesamentos concorrenciais.

Não fomos nós que o dissemos, foram os próprios reguladores e o setor em audições recentes e, sobretudo, no relatório oficial da AMT. A Presidente da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, a Sr.^a Eng.^a Ana Paula Vitorino, foi taxativa: a maioria dos terminais não cumpre a legislação, existindo um enviesamento na concorrência, porque alguns terminais são geridos por operadores que os utilizam.

O relatório da ação de supervisão da AMT, publicado em novembro de 2025, confirma-o de forma irrefutável. Dos 163 terminais ou interfaces registadas na AMT, até julho de 2025 — passem-se —, apenas nove tinham enviado voluntariamente os regulamentos obrigatórios.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Verdade!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — A AMT notificou 73 operadores, recebeu 57 respostas, mas apenas 27 enviaram os regulamentos de acesso e utilização. No total, apenas 41 regulamentos para todo o País.

Dezenas de entidades admitiram que ainda não têm regulamento, 23 não responderam, sequer, e muitas continuam a funcionar sem regras claras, transparentes e não discriminatórias. A conclusão é cristalina, o incumprimento é generalizado e sistemático.

E isto vem ao encontro de uma palavra que muitas vezes o Chega diz: é a verdadeira bandalheira.

Aplausos do CH.

O Presidente da ANTRON (Associação Nacional de Transportes de Passageiros), Luís Cabaço Martins, foi ainda mais direto, ao dizer que a esmagadora maioria dos terminais de autocarros não responde às exigências da qualidade, muitos locais não merecem o título de terminal.

O Presidente da Autoridade da Concorrência, Nuno Cunha Rodrigues, recebeu queixas concretas e recomendou mudanças profundas, a segregação vertical clara, duração limitada das concessões e sanções efetivas.

E o que propomos nós? Exatamente o que as três responsáveis e o relatório da AMT pedem: uma auditoria nacional independente, transparente e exaustiva, que apure quem são os operadores dominantes, as relações de grupo, as barreiras à entrada, os pedidos recusados indevidamente, o impacto económico nos utilizadores e o incumprimento de prazos legais, e que relatório final seja publicado com recomendações legislativas concretas e prioritárias para corrigir as irregularidades.

Posto isto, que o Governo proceda, sem demoras, a esta auditoria nacional.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da iniciativa legislativa por parte do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, até 4 minutos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O projeto de resolução que o PCP apresenta — pelo investimento nos terminais de transportes rodoviários e melhoria do serviço às populações — surge verdadeiramente contra a corrente, face às restantes propostas.

Os diplomas propostos pela IL, pelo PSD, pelo Chega e pelo Livre apontam, no fundamental, para os mesmos objetivos: levar mais longe as políticas de liberalização do transporte de passageiros que trouxeram o País à desgraçada situação que temos.

Protestos da IL e do CDS-PP.

Para o PCP, é visível a operação em curso que visa levar por diante uma total cedência aos interesses da multinacional Flixbus sobre os terminais rodoviários,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ah, esses malandros!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... num contexto de liberalização do setor e de tentativa da sua captura por essa multinacional. Em larga medida, poderíamos afirmar que este debate, assim como as propostas apresentadas no mesmo sentido, constituem uma etapa desse processo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Melhor a Rodoviária Nacional! Faz que anda, mas também não anda!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Coloca-se no altar a sacrossanta concorrência, glorifica-se a atuação predatória das multinacionais, renega-se o investimento e a garantia de condições mínimas para quem utiliza os terminais e interfaces, sacrifica-se o serviço público e as populações, particularmente nas regiões do interior.

O PCP não alinha nesse coro, porque os problemas concretos das pessoas, sejam os passageiros, sejam os trabalhadores do transporte rodoviário, exigem outra política para este setor. Especialmente no que à gestão e ao planeamento dos interfaces e terminais rodoviários diz respeito, é preciso seriedade no debate e respeito pelas populações.

Estamos perante o que deveria ser — e funcionar como tal, de facto —, como uma rede de infraestruturas e equipamentos coerente e articulada. Mas corresponde, na verdade, a uma multiplicidade de instalações que carece globalmente de investimento para melhorar intermodalidade, conforto, segurança, onde faltam trabalhadores, onde se verifica o contraste na resposta entre zonas envolventes e outras, sobretudo no interior do País, sujeitas ao abandono. Aliás, a falta de investimento é inseparável da liberalização e privatização que atingiu o setor.

Por isso, o PCP defende uma outra abordagem para os interfaces rodoviários no nosso País, uma intervenção sistemática e estruturante destes equipamentos, com especial enfoque em duas questões: a intermodalidade, desde logo com a rede ferroviária nacional; e as condições de utilização pelos passageiros e trabalhadores — informação disponibilizada, condições de segurança e conforto, entre outras matérias.

Há que resistir à política liberalizante da União Europeia, ao invés de a seguir cegamente. Há que investir em terminais rodoviários e, principalmente, rodoferroviários de qualidade. Mas esse investimento, necessariamente público, deve ser realizado para melhorar a oferta de transportes públicos à escala nacional e não apenas para rendibilizar os negócios e maximizar os lucros distribuídos pelas multinacionais.

Esta não é apenas uma questão de mercado, Srs. Deputados, é um fator de coesão nacional.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos entrar na fase das intervenções. A primeira será do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, até 5 minutos. Tem a palavra o Sr. Deputado Frederico Francisco.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente: Este é um debate muito relevante e o primeiro ponto que gostava de realçar é que os terminais rodoviários são infraestruturas inerentemente públicas, fazem parte da rede e do sistema de transportes e a responsabilidade do seu planeamento deve caber às autoridades públicas de transporte, em particular, neste caso, aos municípios.

E aqui, nós sabemos, e todos sabemos, encontramos situações muito assimétricas pelo País. Se há sítios onde existem terminais rodoviários bem localizados, com boas condições e com uma capacidade adequada, como é o caso, por exemplo, de Viseu, que eu usei recentemente, há outros, como é o caso de Lisboa — e aqui a crítica cabe tanto aos anteriores executivos do PS como ao atual Executivo —, onde, há anos, não se mexe uma palha para tratar dos terminais rodoviários. E haverá outros exemplos no País.

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

Em segundo lugar, é de destacar que a última reforma que foi feita neste setor, e já foi aqui mencionado pela Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, foi feita pelo Governo do PS, em 2019, e que foi uma reforma que liberalizou o mercado do transporte rodoviário e de passageiros expresso,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E bem!

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — ... que permitiu um aumento substancial da oferta de serviço e o aparecimento de novos operadores no mercado.

E reconhecer a importância que essa reforma de 2019 teve no crescimento e no desenvolvimento deste mercado, também não nos impede de reconhecer que há aspetos que estavam previstos nesse decreto-lei, nomeadamente a distribuição de capacidade nos terminais, que, até agora, não têm sido possíveis de operacionalizar e que têm de ser corrigidos.

Portanto, é evidente para nós, e acho que é evidente para todos os que já intervieram aqui até agora, que num ambiente de mercado concorrencial não se pode permitir que alguns operadores, que alguns agentes desse mercado, abusem da sua posição dominante e do seu controlo sobre determinadas infraestruturas. Aliás, isto é algo que vem muito bem fundamentado, até na teoria marxista.

Risos do Deputado do L Filipe Pinto.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Vocês conhecem bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Até ao lucro zero!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Por isso é que o Estado tem de intervir!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Quem conhecer a economia marxista saberá que a concorrência de mercado leva inevitavelmente à acumulação e à concentração de capital e, se não houver nada que o contrarie, à formação de monopólios.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Claro! É verdade!

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Por isso é que o Estado tem de intervir!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Por isso, não deixa de ter a sua ironia estarmos aqui a discutir uma proposta da Iniciativa Liberal que vem corrigir uma reforma de liberalização feita pelo PS no sentido de limitar a capacidade de ação dos agentes privados, de aumentar as exigências sobre esses agentes privados e de dar novos instrumentos ao Estado para regulamentar, para regular, para fiscalizar e para sancionar esses agentes privados quando estão em abuso da sua posição.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — É verdade! É isso mesmo!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Poderíamos até dizer que a Iniciativa Liberal descobriu as virtudes da burocracia.

Portanto, quando passamos o tempo a citar personagens como Margaret Thatcher ou quando aparecemos em comícios a envergar motosserras,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Eh pá!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — ... a exigir serrar o Estado todo de alto a baixo, é só uma questão de tempo até termos de entrar em contradição.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Em coerência com aquela que tem sido sempre a postura do Partido Socialista de defender uma concorrência saudável nos mercados em benefício dos consumidores e dos utilizadores,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Os computadores a voar pelas janelas!...

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — ... o PS irá viabilizar a proposta da Iniciativa Liberal e as restantes iniciativas aqui em debate.

Aplausos do PS.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mas é neste Parlamento, não é na Venezuela!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento — nenhum deles é meu — e deu-me indicação de que responderá em conjunto.

O primeiro pedido de esclarecimento é do Grupo Parlamentar do PSD e, até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Faria.

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — Sr. Deputado Frederico Francisco, depois de tantas audições, de ouvirmos o mercado, de ouvirmos as entidades e, sobretudo, num dia em que debatemos o sistema rodoviário, em que debatemos soluções, ao concordar no que queremos para os passageiros — melhores preços, melhores condições,...

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Isso mesmo.

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — ... uma abertura ao mercado, a possibilidade de criarmos melhores linhas —...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Excepcionalmente!

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — ... efetivamente, conseguimos contribuir para uma coesão territorial.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Tal como a Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal, referiu que em 2019 ajudaram, ou liberaram, o mercado,...

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Ah!...

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — ... também temos de referir que tiveram oito anos para o fazer: oito anos de atrasos, oito anos sem o fazer, oito anos a atrasar esta liberalização que agora vemos que foi melhor para os consumidores.

Num dia em que debatemos e em que todos, ou quase todos, os partidos vêm aqui apresentar as suas propostas, as suas soluções,...

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — ... a pergunta que deixo ao Sr. Deputado é: onde é que está a proposta do Partido Socialista?

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem! Onde é que está?

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Não fazem nada!

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — Porque se é para continuarmos com mais oito anos de propostas do Partido Socialista sem apresentarem uma solução e sem quererem resolver qualquer tipo de problema, bem, Sr. Deputado, acho que é mesmo melhor continuarem assim.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O próximo pedido de esclarecimento é do Grupo Parlamentar do Chega e, até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Moreira.

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Frederico Francisco, durante anos, os Governos do Partido Socialista tiveram a responsabilidade de gerir e regular um setor essencial à mobilidade dos portugueses, o transporte ferroviário de passageiros, e aquilo que hoje encontramos é, infelizmente, o retrato de uma falha estrutural desses Governos.

Temos terminais rodoviários envelhecidos, subdimensionados e, em muitos casos, indignos das exigências de um País moderno, com infraestruturas que não acompanharam o aumento da procura nem a abertura do mercado a novos operadores.

Nos Governos do Partido Socialista, onde estiveram o planeamento e o investimento?

Mais grave ainda é o que se passa a nível da regulação e da concorrência. Os dados são claros: uma grande parte dos terminais está em incumprimento, sem regulamentos internos, sem regras transparentes e sem condições equitativas de acesso.

Depois, temos o problema mais sério de todos, que é o conflito de interesses. Em muitos casos, quem gere os terminais é também operador de transporte e isso cria um sistema fechado onde quem está dentro controla as portas de entrada, podendo limitar ou dificultar o acesso a novos concorrentes.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a responsabilidade do Partido Socialista, embora não exclusiva, é significativa. Durante oito anos no Governo, o PS não reformou o quadro legal que cria o conflito de interesses entre gestor e operador dos terminais,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — ... geriu a liberalização do setor sem criar salvaguardas de acesso equitativo, assistiu ao crescimento das queixas sem agir, com entidades como a AMT e a Autoridade da Concorrência a reconhecerem a falta de capacidade em vários tribunais, de norte a sul do País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — É verdade que o atual Governo da AD (Aliança Democrática) ainda não apresentou soluções concretas, mas há uma diferença essencial: quem teve mais tempo, mais estabilidade e mais responsabilidade para agir, e não agiu, foi o Partido Socialista.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Por isso, a pergunta que lhe deixo, Sr. Deputado, é esta: como é que explica ao País que, depois de quase uma década no poder, tenha permitido a manutenção de um sistema desequilibrado, com conflitos de interesses evidentes, barreiras à concorrência e prejuízo direto aos passageiros e chegue hoje aqui sem um projeto para apresentar?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Frederico Francisco, para responder, além de pedir ao Hemiciclo que crie condições para as intervenções, porque está a existir muito ruído, queria dizer que estamos com uma dificuldade adicional, porque algumas partes do Hemiciclo estão sem som, o que dificuldade que consigam ouvir.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Conversa é no café!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Seria o caso, por exemplo, de quem agora vai responder, que poderia ter tido dificuldades em ouvir as perguntas que lhe foram colocadas.

Portanto, peço mesmo aos Srs. Deputados que não estejam em conversas paralelas no Hemiciclo,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Paralelas?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... sobretudo quando estão de pé. Isso causa ruído e dificulta a audição por parte das pessoas que estão a intervir.

Entretanto, os serviços já foram avisados para a questão do som, que estamos a tentar resolver.

Para responder, dispondo de até 1 minuto e 28 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Frederico Francisco.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS estava calado.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, não deixo de ficar com a perceção de que o Sr. Presidente tinha vontade também de fazer um pedido de esclarecimento.

Risos de Deputados do PS.

Sr. Deputado Bruno Faria — e a pergunta foi também replicada pelo Sr. Deputado do Chega —, porque é que nós não temos propostas?! Ó Sr. Deputado, nós não fazemos política a metro, nem ao quilo!

Protestos do PSD, do CH e da IL.

Havendo propostas a debate que vão no sentido daquilo que também quereríamos fazer, que podemos aprovar e depois afinar na especialidade, não há necessidade de termos uma proposta...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Trabalhar para quê?!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — ... só para dizer que temos uma proposta, só para ganhar mais 1 minuto de tempo — de que nem sequer preciso!

Continuação de protestos do PSD, do CH e da IL.

E depois vem a conversa dos oito anos. Ó Sr. Deputado, já não há pachorra! Já não há pachorra para os oito anos!

Aplausos do PS.

Veja a linha do tempo!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Foi zero!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Repare, a última grande reforma feita neste setor foi aprovada pelo PS, em 2019; e depois de 2019 aconteceu alguma coisa irrelevante chamada «pandemia de covid-19». Os mercados de transporte só recuperaram em 2022-2023!

Protestos do CH e do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

Portanto, só em 2023 é que se voltou a transportar o mesmo número de passageiros na maioria dos mercados, e alguns operadores nunca recuperaram. O Metro de Lisboa ainda não transporta o número de passageiros que transportava pré-pandemia, mas isto é só um parêntesis.

Só em 2023 é que se recuperou o número de passageiros que havia antes e, entretanto, o Governo do PS caiu. Portanto, Sr. Deputado, em vez de andarem sempre com a história dos oito anos — oito anos, oito anos! —, olhem para a linha do tempo e vejam se as intervenções fazem sentido.

Protestos do PSD e do CH.

Já não há paciência!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos continuar, e a próxima intervenção é do Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, que tem até 1 minuto.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje, discutimos algo simples, mas fundamental, a justiça no acesso ao transporte público. E o que temos hoje? Temos empresas que são juizes e parte, que operam transportes e controlam os terminais. O resultado é simples: fecham a porta à concorrência e quem paga é o cidadão.

Os diferentes diplomas agora em discussão vêm dizer «basta»: basta de bloqueios encapotados, basta de privilégios instalados e basta de um sistema que protege quem já lá está.

O que se propõe é simples: transparência, regras iguais e concorrência leal. E se um terminal é uma infraestrutura pública, então, deve servir o interesse público. Isto não é ideologia, isto é bom senso, é criar um mecanismo mais justo, mais competitivo e benéfico para quem utiliza os transportes públicos.

Mais concorrência significa melhores preços e melhor serviço. Por isso, irei acompanhar as diferentes iniciativas agora em discussão.

Vozes do L: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Até 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Devo dizer que é bastante surreal que estejamos a ter este debate no Parlamento. Felizmente, esta é uma área em que a evolução das políticas públicas trouxe enorme vantagem ao cidadão, porque hoje temos um regime liberalizado que pôs mais gente a andar de transportes coletivos a um preço menor do que anteriormente.

Hoje em dia, as pessoas olham realmente para este tipo de alternativa de transporte e veem uma solução que normalmente é mais barata, que tem mais soluções de horários e que cumpre esses horários, coisa que não acontece em muitos dos transportes, designadamente naqueles que continuam na esfera pública e são geridos pelo Estado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, para termos aqui alguma coisa que falhasse, teríamos de dizer assim: «Então, mas se a lei existe e a consequência para cidadão é esta, não está tudo melhor?» Não está!

Não está, e devemos pensar assim: não há uma autoridade independente que tenha responsabilidade e que fiscalize? Há! E não agiu? Agiu. Então, mas não ficou bem, assim? Não, mesmo assim, houve um operador que

teve de recorrer ao tribunal. E o tribunal não decidiu? Decidiu. E não decidiu a favor desse operador? Decidiu, e mesmo assim temos de vir ao Parlamento para resolver uma questão numa área em que o mercado trouxe uma realidade melhor ao utente, em que a autoridade reguladora funcionou, em que o tribunal decidiu, mas mesmo assim não é suficiente.

Mas se não é suficiente vamos atuar, sendo que há aqui algumas coisas pelo caminho que devemos ter em conta. Por exemplo, este é um caso excecional e raro em que o regulador demorou mais tempo a atuar do que o tribunal. Até a justiça foi mais rápida do que o regulador, e isso deve ser também um sinal de que não faz sentido que a regulação, que é específica, não tenha capacidade de agir de forma mais rápida do que o tribunal, que tem muitas outras questões para analisar.

Portanto, o que há é que subsistem alguns que acham que, mesmo depois de ter sido liberalizado todo o sistema de transportes, incluindo os terminais, dando-se a circunstância de serem donos de um terminal e de, ao mesmo tempo, terem uma empresa de transportes, podem usar o facto de serem proprietários do terminal para dificultar a concorrência.

Isto não tem nada de antiliberal. É tão liberal querer liberalizar o mercado como, depois, impedir que alguém que atue nesse mercado use posição dominante para limitar a concorrência. É tão liberal uma coisa como a outra!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, a coerência é total e absoluta.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Mas isso é dismantelar o Estado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Agora, ainda há, de facto, alguns resistentes — e ouvimos aqui a intervenção do PCP — que gostavam que isto fosse como antigamente, que era aquele sistema que é um bocadinho como o carrossel da feira: o utente não paga, mas também não anda!

Risos de Deputados do CH e da IL.

Porque é do Estado, é para todos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É da cooperativa!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... mas depois ou não há porque não há autocarro; ou não há porque, se houver autocarro, há greve de quem o devia conduzir; se não fizer greve quem conduz o autocarro, faz greve quem está no terminal a abrir a porta;...

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

... e, mesmo assim, se todos estiverem a trabalhar ao mesmo tempo, o autocarro não chega a horas e, portanto, ninguém o usa na mesma.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o que temos aqui é um sistema que avançou, e bem, e que precisa de corrigir uma falha.

Aplausos do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que tem até 1 minuto.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Saudamos este debate, achamos que é importante discutir a concorrência dos transportes, nomeadamente no acesso aos interfaces. No entanto, há uma preocupação que nos parece importante acautelar, pois, se existe uma larga maioria que aqui se forma com várias iniciativas sobre esta matéria, é importante garantir que a privatização e o acesso concorrencial do mercado não deixam de fora o serviço público. Até porque bem sabemos que o serviço público é essencial, nomeadamente para assegurar as rotas que, muitas vezes, não há capacidade de assegurar por falta de atratividade.

Nesse sentido, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a pergunta que se impõe, desde logo à Iniciativa Liberal, que agendou este debate, é no sentido de saber se, na preocupação de liberalização do mercado, contemplam a preocupação em acautelar que o serviço público de transportes é de alguma forma mantido, para que depois os proprietários dos interfaces não venham vedar o acesso aos mesmos.

Por outro lado, tendo em conta que o Decreto-Lei n.º 140/2019, de 18 de setembro, que acaba por ser objeto de revisão com estas propostas, tem já sete anos, do ponto de vista do PAN é fundamental que, em especialidade, se possam melhorar alguns dos aspetos do mesmo. Estamos disponíveis para contribuir também para isso na especialidade, mas sempre com esta visão: não tendo preconceito quanto à...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Obrigado, Inês! Um abraço!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — *Flixbus* de gatos!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à fase de encerramento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tanta discussão com o tempo e o Livre não gasta o tempo! O Livre não tem nada para dizer à sociedade, ainda bem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Dispondo de 2 minutos e 20 segundos, tem a palavra para intervir a Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sobre este tema, há umas semanas, um jornalista perguntou «não há ninguém que olhe para isto?». De facto, é uma situação tão insólita que quase parece anedótica, se não fosse séria.

Hoje, temos a possibilidade de resolver de vez um problema que se arrasta há demasiado tempo: trazer os terminais rodoviários para o século XXI. Sr. Deputado Frederico Francisco, nós queremos, de facto, salvaguardar a liberdade de concorrência, nem que para isso sejam necessárias todas as motosserras do mundo.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Para isso, para a liberdade de concorrência, a Iniciativa Liberal estará sempre cá.

Aplausos da IL.

Acabar com litigâncias por causa de uma lei ultrapassada é o que pretendemos, e resolver problemas que se arrastam em vários terminais do centro e do sul do País. Os mais recentes a serem alvos de coimas pelo regulador foram os de Coimbra, Fátima, Caldas da Rainha e Sete Rios, só para mencionar alguns.

Pretendemos evitar sanções de Bruxelas por não respeitarmos as regras de livre concorrência e ter modelos semelhantes a Espanha, Bélgica, Alemanha, Itália e França — que funcionam.

Desde que se cumpra a lei e se respeitem todas as normas de segurança, se os apeadeiros não discriminam os operadores ferroviários, se os portos não bloqueiam armadores, se os aeroportos não discriminam aviões pela cor, porque é que haveria de ser diferente com os terminais rodoviários?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, que consiste na discussão dos Projetos de Resolução n.ºs 735/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que fixe, excecionalmente, as margens máximas de comercialização de combustíveis e 738/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo o reembolso de 100 % do IVA pago em bens essenciais para famílias de baixos rendimentos, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 509/XVII/1.^a (PAN) — Prevê a monitorização dos preços dos bens alimentares e a proteção do consumidor contra condutas especulativas e ilícitos concorrenciais, 510/XVII/1.^a (PAN) — Determina a reposição do IVA zero nos produtos do cabaz alimentar essencial entre os dias 18 de maio e 15 de novembro de 2026, alterando a Lei n.º 17/2023, de 14 de abril, 533/XVII/1.^a (CH) — Prevê a redução temporária da taxa de IVA sobre os combustíveis para a taxa intermédia, 534/XVII/1.^a (CH) — A presente lei estabelece a aplicação temporária da taxa de 0 % do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) a um conjunto de bens essenciais, designado por cabaz alimentar, 548/XVII/1.^a (BE) — Isenção temporária de IVA sobre os produtos essenciais do cabaz alimentar e 549/XVII/1.^a (BE) — Baixa temporária do IVA dos combustíveis e do gás, e com os Projetos de Resolução n.ºs 797/XVII/1.^a (PCP) — Combate à especulação e controlo de preços de bens e serviços essenciais, 799/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de proteção das famílias e das empresas perante o aumento do custo de vida provocado pelo conflito no Médio Oriente e 803/XVII/1.^a (IL) — Por uma resposta à inflação e ao aumento dos preços dos combustíveis.

Para a apresentação das iniciativas legislativas do Grupo Parlamentar do Livre, até 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Tomás Pereira.

Peço aos grupos parlamentares que façam a recomposição das primeiras filas das bancadas e criem condições para que possamos iniciar o debate do terceiro ponto.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos então começar, e tem a palavra o Sr. Deputado Tomás Pereira.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias: Por causa da guerra no Irão, provocada pelos melhores amigos do Chega do outro lado do Atlântico, Donald Trump e a sua Administração,...

Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.

... temos ouvido neste Plenário a repetição de muitos números, que vou enumerar outra vez: o cabaz alimentar está num novo máximo de 255 €, mais 13 € do que no início do ano; encher um depósito de combustível custa, em média, mais 26 € do que há um mês.

Na vida, temos certamente de tomar e enfrentar decisões difíceis muitas vezes, mas ter de optar entre pôr combustível no carro para ir trabalhar ou comprar comida não pode ser uma dessas decisões difíceis.

O Governo tem implementado medidas e anunciado que vai implementar outras para fazer face a esta escalada nos preços provocada pela inflação de Trump, mas o Livre considera que estas medidas são insuficientes. Por isso, agendámos este debate e apresentámos duas propostas, para ir mais longe e para garantir que nem o Estado nem as grandes empresas, tantas vezes esquecidas pelas bancadas da direita e da extrema-direita, lucram com a guerra e com o sofrimento das pessoas.

Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho e do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

A primeira proposta que aqui trazemos hoje prende-se com reativar um quadro legal que permita a fixação de margens de lucro. É uma medida que, certamente, deve ser tomada com parcimónia, mas que não é nenhum bicho-papão.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Parcimónia?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — São uns meninos!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Relembro algo que também já disse aqui, noutras circunstâncias: a fixação de margens de lucro foi aplicada na pandemia, fixando as margens de lucro em produtos como as máscaras e o álcool-gel em 15 %.

Sr. Deputado Jorge Teixeira, não se irrite,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Parcimónia! O Livre já não é o que era!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — ... mas eu não me lembro de nenhum empresário das máscaras e do álcool-gel que tenha ido à falência na altura da pandemia, muito pelo contrário!

Aplausos do L.

As distorções económicas que houve nessa altura foram provocadas pela pandemia e não pela resposta que se lhe procurou dar.

Outra medida que aqui trazemos hoje prende-se com a devolução de IVA (imposto sobre o valor acrescentado) em bens essenciais dirigida às famílias de menores rendimentos. É uma medida que consideramos mais eficaz ainda do que o IVA zero, por ser dirigida a quem mais precisa dela e por ser mais eficaz a garantir que o alívio fiscal não é incorporado nas tais margens de lucro das empresas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o custo de vida em Portugal está a subir, provocado pela guerra no Irão, provocado pela inflação de Trump, e é urgente fazer-lhe frente, é urgente ir mais longe. Por isso, o Livre apresenta estas propostas.

Estamos obviamente abertos para as discutir, mas o que importa é fazer mais coisas,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente! Uma solução à Livre, «fazer coisas»!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — ... é ir mais longe e garantir que as pessoas não perdem poder de compra e continuam a ter dinheiro no bolso.

Aplausos do L.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vamos fazer um torneio de matraquilhos!...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação das iniciativas legislativas do PAN, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 2 minutos.

Pausa.

Porém, há um pedido de esclarecimento ao Grupo Parlamentar do Livre, do Grupo Parlamentar do PSD. Para o formular, tem a palavra, até 2 minutos, a Sr.^a Deputada Adriana Rodrigues.

A Sr.^a **Adriana Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Livre traz-nos hoje a Plenário duas propostas carregadas de boas intenções. Mas as boas intenções não chegam, é preciso que funcionem, e estas não funcionam.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Começemos pelos combustíveis: querem fixar as margens máximas, mas quando isso acontece já sabemos como é que termina: se a margem for baixa, há riscos nos abastecimentos; se for alta, nada muda.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

E quanto aos operadores? Tratam todos por igual, quando estes não são iguais. Os grandes vão aguentar os pequenos? Nem por isso.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Adriana Rodrigues** (PSD): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Governo segue outro caminho. Em vez de mexer nos preços, propõe taxar os ganhos extraordinários das empresas de energia. Quem beneficia da crise deve ajudar quem sofre com ela.

Passemos ao IVA: o Livre quer devolver 100 % do IVA com base no e-fatura, mas não diz quanto custa nem quem paga. Pior, Srs. Deputados, não passa no teste da realidade, por dois motivos. Em primeiro lugar, por dificuldades práticas, pois um alimento essencial pode ter tratamentos diferentes só por causa do processamento: brócolos frescos entram; uma sopa de legumes com os mesmos ingredientes pode não entrar. Ou seja, não é o que se consome, mas como é faturado.

Em segundo lugar, por dificuldades de execução. No e-fatura surge muitas vezes apenas o valor total. O que o Livre não explica é como vai distinguir o essencial do acessório quando numa mesma fatura podem estar produtos a 6 %, a 13 % e a 23 %.

Protestos do L.

Isto arrisca-se a transformar-se num sistema burocrático, caro e ineficaz, uma espécie de Galamba a lamber faturas.

O País não precisa de experiências, precisa de políticas que funcionem. O Livre fica-se pelas primeiras, o PSD escolhe as segundas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 1 minuto e 44 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Tomás Pereira.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Adriana Rodrigues, é irónico vir aqui falar de boas intenções, quando de boas intenções está o Governo da AD cheio,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Vocês então...!

A Sr.^a **Adriana Rodrigues** (PSD): — E o inferno!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — ... de boas iniciativas é que nem tanto.

Risos e aplausos do L.

A Sr.^a Deputada fala da fixação de margens de lucro como se fosse algo de Marte, algo extraterrestre, mas o Governo da Grécia, da sua família europeia, do Partido Popular Europeu, está a fixar as margens de lucro e não me consta que esteja a haver grandes problemas com isso. Pelo contrário, os preços até saem mais controlados dessa política bem implementada por um Governo de direita.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Com parcimónia, Tomás!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Não sei se continua a ser um Governo da vossa família ou se passam a ser perigosos comunistas, por considerarem fixar as margens de lucro!

O Sr. **Mário Amaral Dias** (IL): — Marxistas!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — A Sr.^a Deputada pergunta-me quem paga a devolução do IVA nos bens essenciais, na proposta do Livre. É o Estado. A devolução da receita fiscal é paga pelo Estado.

Vozes do CH: — É o dinheiro dos contribuintes!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Ouço tantas vezes a direita clamar que o Estado não pode lucrar com a guerra, que o Estado não pode lucrar com a crise, e é isso que estamos a propor. É muito simples!

Aplausos do L.

A questão é que o Estado não pode lucrar com a crise e com a guerra, mas as grandes empresas também não. Por isso, também propomos a fixação de margens de lucro e estamos abertos para discutir um imposto sobre lucros extraordinários. Também a consideramos uma boa medida, muito parecida com a fixação de margens de lucro em termos dos resultados, mas o Governo, aparentemente, considera uma como um perigoso exercício de radicalismo de esquerda, mas quanto à outra já é banal e normal.

Sr.^a Deputada, não sei que linhas de código é preciso pôr no e-fatura, mas confio nos profissionais que trabalham nisso, nas linhas de código que é preciso pôr lá, para que efetivamente seja possível fazer a devolução de IVA através da plataforma e-fatura.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — É o dinheiro dos contribuintes!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Agora sim, para a apresentação das suas iniciativas legislativas, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, até 2 minutos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nem de propósito, no seguimento da intervenção da Sr.^a Deputada do PSD, as famílias portuguesas veem a sua lancheira cada vez mais vazia e os cofres do Estado mais cheios. É que eu trouxe, precisamente, uma sopa de legumes!

A oradora exibiu um recipiente com sopa.

Risos.

Sr.^a Deputada, uma família portuguesa que queira fazer uma simples sopa de legumes gasta mais de 5 €.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Diga ao Governo!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Em Portugal, neste momento e de acordo com os dados da DECO (Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor), fazer o cabaz essencial custa 258 € por mês.

Burburinho na Sala.

Eu não percebo... Talvez seja a indignação de verem, de facto, os bolsos das famílias a esvaziarem-se.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — A Deputada da marmita!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, alguém que recebe o ordenado mínimo ter de pagar 258 € por mês para compor o cabaz essencial...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Passa aí a marmita!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Falamos de mais 70 € do que aquilo que custava o cabaz essencial em 2022, e 70 € é demasiado dinheiro para aquilo que é hoje o ordenado mínimo em Portugal, ou até mesmo para quem recebe o IAS (indexante dos apoios sociais).

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Guarda a sopa!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Temos valores históricos, só para terem presente, naquilo que custa hoje...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Guarda a sopa que ainda azeda!

Risos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Podem parar o tempo, por favor.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Tens de meter isso no frigorífico!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Ai que piada!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado Pedro Frazão, isso já não são apartes. Isso é...

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Tens o carro bem estacionado, Pedro?

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos lá criar condições.

Srs. Deputados, recordo que é sexta-feira, recordo que a larga maioria dos Deputados desta Casa não reside em Lisboa, quer regressar às suas casas,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... e quanto mais cedo terminarmos mais cedo todos poderão fazer as suas viagens. Alguns têm bilhetes comprados, têm horários para cumprir.

Portanto, por respeito a todos os Deputados que não são de Lisboa, vamos deixar o Plenário decorrer rápido, porque o Plenário é longo.

Sr.^a Deputada, continua no uso da palavra.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É sexta-feira para todos!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Pedro Frazão, não chega a azedar por uma razão muito simples: é que o preço, em quatro anos, quase duplicou e, portanto, as sopas dos portugueses não esticam até ao final dos dias, quanto mais poderem estragar-se!

Por isso mesmo, porque temos em consideração que o preço, por exemplo, de uma couve-coração disparou 49 % e que o dos brócolos aumentou 42 % — isto é um verdadeiro assalto à mão armada ao bolso dos portugueses —, o PAN traz duas medidas muito simples.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Por um lado, a reposição do IVA zero. É fundamental, e o PSD escusa de vir refugiar-se na diretiva europeia, porque já tivemos esta medida em vigor, várias vezes, no nosso País, precisamente por conta do que tem sido o aumento da inflação.

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Devia distribuir atum!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por outro lado, a monitorização dos preços. Nós sabemos que, muitas vezes, há um aproveitamento por parte de alguns setores para aumentar os preços. Queremos garantir, por isso, que há uma monitorização mais eficaz, mas não podemos continuar a ter o Estado a encher os bolsos à conta das dificuldades dos portugueses.

Por isso, esperamos que nos acompanhem e votem a favor destas medidas.

Aplausos do L.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Dá cá a sopa! Dá-a cá para comer!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Para a próxima traz um entrecosto!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação das iniciativas legislativas do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra, até 6 minutos, o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É inegável que a vida dos portugueses está mais difícil, está muito mais difícil.

O Governo podia travar a guerra na Ucrânia? Não, não podia. Podia travar a guerra no Médio Oriente? Não, não podia. Podia diminuir o impacto que essas guerras têm no nosso País? Pode, deve e tem essa obrigação.

Há algo que muitos portugueses não sabem: por detrás dessas medidas está um Governo que, outrora, criticou outro Governo. Vejam o que dizia Luís Montenegro, em 2023:...

O orador exibiu uma notícia.

... «Quando o PSD propôs um vale alimentar e o IVA zero para os alimentos, o Governo de António Costa rejeitou.»

«É um Governo propagandista», dizia Luís Montenegro. Hoje, somos nós e os portugueses que podem dizer, com toda a propriedade: o Governo de Montenegro é, igualmente, um Governo propagandista!

Aplausos do CH.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — É um fenómeno!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Também o Partido Socialista, que hoje traz projetos a este debate, durante o mandato chumbou cinco vezes — cinco vezes! — as propostas do Chega para baixar o IVA dos bens alimentares.

Reparem que até o *Polígrafo*...

O orador exibiu um documento.

... dizia que isto era verdade: «André Ventura: “O PS votou cinco vezes contra o IVA zero no Parlamento”» — até o *Polígrafo*! Mas hoje traz essas mesmas medidas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados...

Protestos do PS e do L.

Estão muito nervosos, eu sei, mas a extrema-esquerda não entra para o *Totobola* desta discussão.

Risos do CH.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, é imprescindível que os partidos comecem a olhar para os problemas da sociedade como verdadeiros problemas, com impacto direto na vida das pessoas, e que se deixem de estar na crítica quando são oposição e na crítica anterior quando são governação.

Uma coisa nós podemos ter a certeza: o Chega sempre teve esta postura desde o seu início. Em situações de crise, atuar, como hoje propomos, na margem dos preços dos combustíveis, principalmente nos impostos indiretos, é atuar no preço do cabaz alimentar para suprir as dificuldades que as famílias têm em aceder a esses mesmos bens.

Há uma diferença entre o Chega e o PS. Muitas!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Há muitas!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — PS e PSD governam a pensar na eleição; o Chega quer governar a pensar na população. E é para a população que nós vamos trabalhar sempre e sempre!

Aplausos do CH.

Nós não vamos conseguir admitir mais que o segundo salário mais baixo da zona europeia consiga ser o mesmo salário que vai pagar um dos impostos mais altos nos combustíveis e no cabaz alimentar.

Não contem connosco para isso, os portugueses saberão em quem podem confiar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação das iniciativas legislativas do Bloco de Esquerda, tem a palavra, até 2 minutos, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Para quê?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, o Bloco de Esquerda traz duas iniciativas e elas não são novidade na Europa. Uma delas é para baixar o IVA dos bens essenciais. Foi a resposta que o País encontrou, e bem, na altura em que os bens alimentares aumentaram em consequência da invasão russa da Ucrânia. Ela teve um impacto positivo para as famílias portuguesas: os bens alimentares essenciais baixaram.

Portugal tem margem orçamental para o fazer. É a altura certa para tomar essa medida de forma temporária, até que os preços voltem a estabilizar.

Uma segunda medida prende-se com a necessidade de baixar o preço dos combustíveis, que atinge níveis incomportáveis para o comum das famílias portuguesas. Espanha fê-lo e tem uma situação orçamental diferente da portuguesa, pois apresenta um défice superior a dois pontos percentuais do Produto, quando Portugal tem um *superavit*; a Polónia também o fez, baixou o IVA da taxa máxima para a taxa de 8 %, e tem um défice de

7 %. Ninguém percebe porque é que Portugal, tendo uma situação orçamental em que pode responder melhor à crise energética, não o faça.

Há um país atrás do outro a tomar medidas eficazes que atuam diretamente no bolso das famílias, que hoje se confrontam com a cesta alimentar essencial em valores recorde — de 258 € —, que pagam imenso pelo preço da casa, que pagam imenso pelo preço dos combustíveis. Tudo está mais difícil, tudo está mais caro, e o Governo, em vez de servir soluções, serve propaganda.

Hoje, a Assembleia da República tem a obrigação, em nome da larga maioria dos portugueses, de tomar medidas que funcionem e que facilitem a vida ao comum dos portugueses. Medidas que, aliás, também têm um efeito virtuoso no controlo da inflação: as projeções que nos chegam de Espanha e da Polónia demonstram que o facto de se baixar o preço dos combustíveis também faz com que se consiga controlar a inflação, coisa que é manifestamente necessária com o aumento dos preços.

Portanto, hoje, nós esperamos que a Assembleia da República encontre uma maioria para tomar medidas que fazem falta.

Aplausos do PAN e do Deputado do L Tomás Pereira.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra, até 4 minutos, o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Baixar os impostos às grandes empresas e aos rendimentos milionários só resulta em ainda mais lucros e ainda mais concentração da riqueza.

Baixou-se muito o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), o Estado abdicou de pelo menos 2 mil milhões de euros em 4 anos — pela mão do PSD, do CDS, do Chega e da Iniciativa Liberal —, sem que isso contribuísse para o necessário aumento geral dos salários.

Baixou-se significativamente o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) para, diziam, aumentar os rendimentos das famílias, mas os portugueses têm cada vez menos poder de compra.

Isentou-se de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e de imposto de selo a compra e venda de casas, mas os preços das habitações continuam a disparar.

O Sr. Ministro das Finanças diz que «o Governo não baixa preços, baixa impostos», mas esse Governo está a intervir para aumentar os lucros dos grupos económicos e das multinacionais, com o desvio das receitas públicas, enquanto o povo suporta a carestia de vida e a degradação dos serviços públicos.

Sobre o IVA da energia e do gás, há mais de 15 anos que o PCP propõe a reposição da taxa mínima de IVA nos bens essenciais, acabando com a brutal injustiça que penaliza famílias e micro e pequenas empresas, da autoria do Governo PSD/CDS de Passos e Portas, executantes do pacto de agressão da troika.

Não a entendemos como medida temporária, mas como uma redução permanente e aplicada a todos os consumos. Mas, se hoje a taxa não é reduzida, como o PCP defende, é porque o PS nunca quis e porque o PSD deu a mão ao PS durante todos estes anos, rejeitando as propostas do PCP.

Sobre a questão do IVA zero no cabaz alimentar, ou reduções propostas sem carácter geral, o PCP reafirma que a prática tem comprovado que sem regulação dos preços nada garante que a redução do IVA até zero não seja incorporada nos lucros da grande distribuição.

Para o PCP, todos os bens alimentares devem ser taxados, em sede de IVA, à taxa mínima por serem, indiscutivelmente, bens essenciais e, por isso, numa medida permanente.

Exige-se, adicionalmente, a regulação e fixação de preços dos bens alimentares no sentido de impedir a especulação desenfreada. Ora pela pandemia, ora pela guerra, ora pelas intempéries, os preços pagos aos produtores continuam esmagados pelas grandes empresas de retalho e o povo paga o preço mais elevado de sempre pelo cabaz alimentar essencial.

Há quem esteja a ganhar — e muito! — com esta situação e com a passividade e mesmo a cumplicidade do Governo.

Não há IVA zero que resulte na correspondente diminuição dos preços se o Governo continuar a permitir que as grandes empresas decidam sem limites os preços dos bens de que todos precisamos.

É urgente e inadiável o aumento geral e significativo dos salários e das pensões, o controlo e a fixação dos preços dos bens alimentares, da eletricidade, do gás e dos combustíveis, que o Governo pode e deve fazer.

É indispensável pôr os lucros astronómicos da banca a suportar os aumentos das taxas de juro.

Srs. Deputados, é singular que, das 11 iniciativas em debate, só a do PCP vá com coragem à raiz do problema e enfrente os interesses dos que estão a ganhar muito com esta guerra.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, até 6 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado João Torres.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há momentos em que um Governo é verdadeiramente posto à prova. Não nos anúncios, nem nas justificações, mas na forma como reage em situações de crise, quando a vida começa a pesar mais.

É isso que está hoje a acontecer. Perante um quadro de instabilidade, com impacto direto nos custos da energia e dos bens essenciais, exigia-se antecipação, resposta e proteção. Mas o que temos visto é hesitação, atraso e falta de empatia perante dificuldades já sentidas no quotidiano.

Entretanto, ouvimos da AD e do Governo um argumento, permitam-me, particularmente ridículo: o de contar dias. Contar quantos dias passaram até que, no passado, um outro Governo tivesse adotado determinada medida, como se governar pudesse reduzir-se a uma contabilidade mecânica desligada e desconectada da realidade.

Aplausos do PS.

Esquecem o contexto, ignoram a conjuntura, desconhecem a realidade.

Mas importa que a resposta fique clara: os combustíveis aumentaram em apenas três semanas, o que num ciclo anterior demorou cerca de 11 meses a verificar-se — três semanas, onze meses! E isso basta para perceber que a pressão atual exige, mais do que nunca, prontidão e ação.

É por isso que o Partido Socialista propõe uma resposta assente em três eixos fundamentais: em primeiro lugar, aliviar o custo de vida; em segundo lugar, proteger os setores produtivos mais expostos; e, em terceiro lugar, defender uma resposta europeia a esta crise.

Desde logo, destaco duas medidas centrais: a redução do IVA dos combustíveis e a aplicação do IVA zero a um conjunto de bens alimentares. Duas medidas que já provaram no passado.

Perante esta pressão, não basta o compromisso com a neutralidade fiscal por parte do Governo. É preciso que o Estado vá mais longe e alivie a vida das famílias e das empresas. Que faça, no fundo, um esforço para ajudar quando é mais preciso — e agora é mais necessário do que ao longo dos últimos anos foi.

Aplausos do PS.

Por isso, é essencial acompanhar toda a cadeia de valor agroalimentar, em todos os seus elos, em todos os seus agentes económicos, para travar a transmissão dos aumentos ao consumidor.

Sr. Presidente, Portugal deve também defender, no plano europeu, instrumentos comuns de resposta perante choques externos como aquele que estamos a viver, como o PS vem afirmando desde a pandemia. Instrumentos sólidos e, de preferência, um instrumento permanente.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, governar em tempos difíceis exige perceber cedo, agir depressa e compreender com empatia a vida concreta das pessoas. E é precisamente aí que este Governo está a falhar, porque gerir crises não é esperar, gerir crises é decidir bem e decidir a tempo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, até 4 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Discutimos hoje mais uma proposta de fixação de margens. É mais um episódio da fixação crónica da esquerda com a fixação de preços ou margens.

O Livre olha para uma subida de preços e a sua primeira reação é sempre a mesma: «Vamos mandar no mercado!»

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Se os combustíveis sobem, o Livre quer fixar margens. Se há pressão internacional, o Livre quer uma portaria. Se há um problema complexo, o Livre cria um teto administrativo.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Se chove, o Livre inventa um imposto. Se não chove, inventa outro.

A sorte dos portugueses é que o Livre só trabalha quatro dias por semana. Imagine-se os impostos que criaria se trabalhasse mais!

Risos da IL e do CH.

Protestos do L.

A diferença é esta, Srs. Deputados: o Livre quer controlar margens e a Iniciativa Liberal quer baixar a fatura no bolso dos portugueses.

Srs. Deputados, vamos ver estes números.

O orador exibiu uma imagem.

Estes são os preços atuais na bomba de gasolina: 2,29 € para o gasóleo e 2,06 € para a gasolina.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Vai baixar na segunda-feira!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E estes são os preços — ou seriam os preços — sem impostos:...

O orador exibiu outra imagem.

... gasóleo a 1,43 € e gasolina a 1,02 €.

Portanto, se o Livre e a esquerda querem mesmo atenuar o problema, deveriam era focar-se na única margem que efetivamente controlam, que é a margem que o Estado cobra.

A Iniciativa Liberal traz, por isso mesmo, medidas concretas que aliviam o bolso das famílias hoje.

Em primeiro lugar, reduzir o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos), a margem do Estado, para acabar com a neutralidade fiscal, que é fingida, de um Estado que arrecada mais quando os preços sobem e ainda cobra IVA sobre imposto.

Em segundo lugar, IVA reduzido da botija do gás,...

Protestos do L.

... porque há muitas famílias que já são duplamente penalizadas. Não têm acesso a gás canalizado e em gás canalizado pagam IVA de 6 %.

Em terceiro lugar, reforçar a oferta de transportes públicos, dar uma alternativa e facilitar o teletrabalho para que as pessoas tenham, de facto, uma opção.

Em quarto lugar, acelerar energias renováveis, repor o IVA reduzido em equipamentos de produção de energia e reforçar a autonomia energética do País, algo que este Governo não fez — porque um país mais autónomo é um país menos exposto a cada crise internacional.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a esquerda gosta muito de falar de lucros excessivos, mas nunca fala de impostos excessivos. Gosta muito de suspeitar do mercado, mas desculpa sempre o Estado, mesmo quando o Estado aproveita a inflação para encher ainda mais o seu depósito. Esse é o grande ponto essencial.

A prioridade deve ser, tem de ser, proteger as famílias, e não ensaiar este número clássico de fingir que o problema está sempre na margem dos outros e nunca na margem do Estado, como forma de atacar o setor privado.

O Livre quer fixar margens; nós queremos baixar impostos e aliviar custos. O Livre quer dar ordens ao mercado; nós queremos devolver dinheiro ao bolso dos portugueses. Na Iniciativa Liberal preocupamo-nos com isso, com o bolso dos portugueses. A esquerda, bem, a esquerda continua fixada na fixação e não tem mais nada para dar.

Aplausos da IL.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Grupo Parlamentar do Livre. Até 15 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Tomás Pereira.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, primeiro, continua sem conseguir dizer o nome de Donald Trump,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Outra vez?!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — ... que é a causa desta inflação e é a causa de estarmos hoje aqui.

Vozes do L: — Ora!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Deve ser tão amigo de Donald Trump quanto de Javier Milei.

Protestos da IL.

Segundo, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, o mercado existe para servir as pessoas, não são as pessoas que existem para servir o mercado. Há aí uma confusão conceptual.

Aplausos do L.

Terceiro, o Sr. Deputado é tão dogmático, tão dogmático, que, até quando nós propomos devolver impostos, nos acusa de querer subir impostos.

A pergunta, Sr. Deputado, é: quando é que deixa de ser dogmático e começa a ser liberal?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 43 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, respondo com muito gosto.

Sr. Deputado, nós já lhe dissemos vezes sem conta que não apoiamos, que somos contra o conflito do Medio Oriente. Se o Livre não trabalhasse apenas quatro dias por semana, saberia isto!

Protestos do L.

Nós já repetimos isto vezes e vezes sem conta. Portanto, escreva bem — escreva em pedra, em papel, em papiro, lá no que usa — que condenamos essa invasão.

Quanto ao mercado, Sr. Deputado, é isto que a esquerda verdadeiramente não percebe. Sabe o que é o mercado? São as pessoas.

Protestos do PS e do L.

O mercado são as pessoas.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — O mercado somos nós!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Somos todos nós. São as famílias. São as famílias que vão consumir. São as famílias que têm empresas. São as famílias que trabalham. São as famílias que trabalham para ter dinheiro para sustentar a sua família. Isso é o mercado, Sr. Deputado.

Portanto, defender o mercado é defender as pessoas, é defender as famílias. Aqui está uma grande barreira entre a esquerda e nós.

Aplausos da IL.

Protestos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos entrar na fase das intervenções. A primeira será do Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, que tem até 1 minuto.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O que está aqui em causa é simples e os portugueses percebem-no bem. Quando há uma crise internacional, como a guerra no Irão, os preços sobem, mas há sempre quem os aproveita para subir ainda mais.

Quem paga? Pagam as famílias, pagam as empresas, paga o País.

Estamos a falar de justiça, porque não é aceitável que, em plena crise, haja margens inflacionadas à custa de quem trabalha e precisa do carro para viver.

A lei já dá instrumentos ao Governo; o que falta é ação e antecipação para os usar. Fixar margens máximas não é controlar o mercado, é impedir abusos, é garantir equilíbrio, é proteger quem não se pode defender sozinho. Mais: estamos a falar de uma medida temporária, fiscalizada e transparente.

Na verdade, quando uma família tem de escolher entre pagar a renda, encher o tanque de combustível e comprar um cabaz de compras, o Estado não pode ficar a ver. O Estado tem, acima de tudo, de agir.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Almiro Moreira. Dispõe de até 4 minutos e 2 segundos.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Eu diria que aquilo a que hoje aqui assistimos foi um grande desfile de propostas. Contando-as, até diria que é uma dúzia de iniciativas que, quase todas, têm algo em comum: parecem ótimas, soluções rápidas, mas escondem, na verdade, riscos sérios para o País.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas queres mais alguma proposta?

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — É normal. Eu diria até que as Sr.^{as} e os Srs. Deputados estão a cumprir a vossa função, a função de quem está na oposição. Mas, para quem está no Governo, para quem governa, é diferente. Quem governa tem de ter responsabilidade,...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Se não for muita maçada!...

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — ... quem governa tem de ter sentido de Estado. Essa é uma diferença muito grande e é preciso, por isso, dizê-la com clareza.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Nós temos de combater a inflação, não à custa de anúncios fáceis nem de receitas simplistas, mas sim com seriedade e responsabilidade.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Esta é a grande diferença entre quem governa e quem está na oposição. Por isso, são tantas, tantas as iniciativas que aqui hoje apresentam que até parece que o Governo não tomou nenhuma iniciativa ou que nada fez.

Protestos do L, do PCP e de Deputados do PS.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — São tantas, tantas...!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Mais: lembro as Sr.^{as} e os Srs. Deputados que o Governo português foi o primeiro a agir.

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Ora!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Foi o primeiro...

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Isto não são os Jogos Olímpicos!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — ... a agir nesta matéria e, por isso, não fazemos propaganda como hoje aqui já foi dito, mas sim, efetivamente, agimos.

Agimos ao reduzir o ISP. Ainda há pouco, o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes dizia que, na bomba que referenciou, pagava 2,39 €/litro. Pois bem, Sr. Deputado, se não fosse este Governo, não eram 2,39 €,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pois não!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — ... eram 2,59 €! São menos 20 cêntimos que este Governo já reduziu no ISP, precisamente para neutralizar o aumento do IVA.

Reforçámos o apoio nas botijas de gás de 15 € para 25 €. Libertámos 10 % das reservas estratégicas do petróleo. Estamos no terreno a reforçar a fiscalização para combater a especulação, que não queremos que exista.

Reforçámos com 150 milhões de euros para setores críticos, como os transportes terrestres, de passageiros, táxis, IPSS (instituições particulares de solidariedade social) e bombeiros.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Só falta dizer que são os responsáveis pelo cessar-fogo!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Criámos uma linha de 600 milhões de euros para apoiar as empresas.

No plano internacional, como já aqui hoje foi referido, foi feita uma proposta europeia, liderada pelo Ministro Joaquim Miranda Sarmiento, para a criação de um imposto sobre os lucros extraordinários para as empresas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E para as pessoas?

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Para as pessoas, é isso mesmo, Sr. Deputado, para as pessoas. Se, numa bomba, o preço médio de gasóleo hoje é 2,10 €, se não fossem as medidas do Governo, seria 2,30 € — é para as pessoas, são as pessoas que vão às bombas.

Aplausos do PSD.

São medidas concretas no terreno com impacto real, Srs. Deputados, e, mais importante, são equilibradas. Sim, nós queremos proteger e apoiar as pessoas, mas não queremos hipotecar o nosso futuro, o futuro dos nossos portugueses.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas o futuro não são as pessoas, pá?

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — A oposição propõe muito, mas ignora a regra básica: a irresponsabilidade orçamental paga-se sempre, e paga-se muito caro.

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Por isso, nós, na AD, governamos não para o aplauso imediato, para levantar umas folhinhas e ter o aplauso imediato, mas a pensar nas pessoas, em proteger os rendimentos, em preservar o emprego e garantir estabilidade.

Nestes momentos difíceis, o País não precisa de experiências, precisa de liderança, precisa de seriedade, precisa de um Governo que não ceda à tentação do populismo económico.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não sabes o que dizes, nem dizes o que sabes!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Precisamos de um Governo que pense e trabalhe para as pessoas.

Protestos do L.

É isso que estamos a fazer no País há dois anos: a trabalhar pelo futuro dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Embora o Sr. Deputado já não tenha tempo, tem dois pedidos de esclarecimento, que vão ser feitos de seguida.

O primeiro é do Grupo Parlamentar do Chega e, até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Reis.

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Almiro Moreira, ao ouvir o seu tom tão entusiasta, eu percebo que nem vocês acreditem nisso que acabou de dizer.

Risos e aplausos do CH.

Esse é o primeiro ponto, mas não é o único.

Dizem que os combustíveis sobem 50 cêntimos e descem 1. Nem os portugueses acreditam em vocês.

O orador exibiu uma notícia.

O cabaz alimentar nunca esteve tão caro e os portugueses não sabem como vão pagar a alimentação. Nem os portugueses acreditam em vocês.

O orador exibiu outra notícia.

O segundo ponto é que dizem que não estão a lucrar nada. Ora, o Estado lucra 11 milhões de euros por dia com a miséria dos portugueses. É isto que vocês têm feito ao País.

Aplausos do CH.

Depois, há também aí uma certa tendência semelhante entre PSD e PS: quando os portugueses não podem, quando estão na miséria, quando necessitam de algum tipo de apoio, qual é a vossa prioridade? Sacar, sacar, sacar e sacar ainda mais. É nisso que vocês acreditam.

Aplausos do CH.

Há ainda outra tendência, uma tendência *à la* socialista. É que o Deputado Almiro Moreira fala com a mão direita a indicar medidas sem impacto nenhum nos portugueses, mas eu já vi onde é que está a mão invisível do Estado: está no bolso deles a sacar o resto. É isso que está a fazer.

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

Diga-me só uma coisa, Sr. Deputado: depois dessa exposição mórbida de quem claramente não acredita no que está a dizer e está a tentar passar uma mensagem em que ninguém consegue acreditar, depois dessa mesma expressão, quando é que o Ministro Castro Almeida vem dizer que este aumento pornográfico dos preços deve ser sustentado com o ordenado do mês anterior dos portugueses que, por si só, é dominado e taxado por impostos que se recusam a baixar?

Aplausos do CH.

Não posso deixar de fazer aqui um reparo aos Srs. Deputados do PSD, ao seu líder parlamentar, que aqui não está: se as minhas palavras hoje os ofenderam de alguma forma, quero dizer que os portugueses em nada estão preocupados com a forma como o Chega se expressa. Estão preocupados, isso sim, com a forma paupérrima como os senhores governam.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O segundo pedido de esclarecimento é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Almiro Moreira, a sua explicação não convence ninguém.

Temos máximos históricos nos combustíveis, efeitos em cadeia da inflação nos produtos essenciais. Riscos geopolíticos, naturalmente, aumentam os preços.

O que fez o Governo? Pouco, mesmo muito pouco.

Naturalmente, esta foi a guerra de Trump, político por quem o Chega tem grande simpatia.

Protestos de Deputados do CH.

Mas isso não justifica a incapacidade de resposta do Governo. Essa hesitação na resposta tem um único responsável: o Governo do Partido Social Democrata.

Os portugueses, quando vão diariamente abastecer aos postos de combustíveis, entram em desespero. Um simples exemplo: para um trabalhador que receba cerca de 1000 € por mês, que more a 40 km do trabalho e que não tenha transportes públicos, estamos a falar de um aumento de mais de 50 € por mês.

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

O Governo o que é que faz? Muito pouco. Não baixa o IVA dos combustíveis em 10 %, como seria necessário. Estamos a falar de mais de 50 € por mês para quem recebe 1000 €. Este é um dado indesmentível e os cálculos assim o dizem.

Naturalmente, vão dizer que, no passado, o Governo do Partido Socialista demorou tempo a responder. Sr. Deputado, passados dois anos, não é altura de olhar para o retrovisor.

Aplausos do PS.

Sim, o Governo do Partido Socialista respondeu quando os preços dos combustíveis não estavam a mais de 2 €. Isto não é para ver quem é o primeiro a responder, é para ver quem responde quando é realmente necessário. Por isso, não apresentamos aqui propostas demagógicas que sabemos que constitucionalmente, pela lei-travão, não são possíveis.

Mas compete ao Governo apresentar medidas tão concretas como baixar o IVA nos produtos essenciais, baixar o IVA dos combustíveis, baixar a questão da potência máxima da eletricidade e também no gás de botija. É esta a competência do Governo: apresentar uma medida igualitária para todos os portugueses.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, é essa a obrigação. É obrigação do Governo apresentar respostas a esta Câmara.

Protestos do Deputado do CH Eliseu Neves.

Muito pouco respondeu o Sr. Deputado Almiro Moreira. É de um Governo que não tem respostas. Não tem respostas, como não teve para a crise, e não tem respostas para esta mesma.

Aplausos do PS.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Oh pá, ó Almiro, não respondas! É melhor para ti!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O PSD teve duas cedências de tempo, uma do CDS e outra do Chega, por isso o Sr. Deputado Almiro Moreira tem até 31 segundos para responder a estes pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, começo por responder à questão que me foi colocada pelo Sr. Deputado do Chega para dizer-lhe uma coisa muito simples.

Em primeiro lugar, sei que custa muito e nenhum dos Srs. Deputados o quis dizer, mas a nossa inflação — e vocês sabem-no muito bem — é a mais baixa, é a que menos tem crescido na União Europeia.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Mais, ou menos?

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sei que vocês não querem dizê-lo, mas é bom lembrar.

Continuação de protestos de Deputados do CH.

E quero dizer outra coisa. Quando aqui se diz que não se faz nada, que não se age a pensar nas pessoas, lembro que 20 cêntimos, 20 cêntimos por litro é quanto cada pessoa...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Ficou sem tempo, Sr. Deputado.

Vamos continuar. A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, que dispõe de 2 minutos e 30 segundos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este debate é um debate obviamente relevante. Não é o primeiro nem desde que a crise começou nem nesta semana, mas convém que seja um debate um bocadinho para além daquilo que o Sr. Deputado Tomás Cardoso Pereira dizia quando apresentava a iniciativa do Livre que deu origem a este agendamento. Dizia o Sr. Deputado: «É preciso ter ideias.» Não, Sr. Deputado, numa altura em que as pessoas passam dificuldades, o que é mesmo importante é que as ideias sejam boas. No caso das do Livre estão muito longe de ser boas.

Protestos do L.

Desde logo, olhe, há uma em que os senhores têm uma ideia extraordinária em que propõem devolver uma verba a quem não a pagou! Portanto, convém estudar um bocadinho mais, saber como é que funciona o IVA, para perceber que só pode receber uma devolução de IVA quem liquida IVA, não é quem, a meio do processo, entrega IVA a outra entidade que o vai posteriormente liquidar.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Verdade! Vocês não sabem isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O que os senhores queriam fazer era uma transferência financeira para quem teve um acréscimo de custo, por suportar esse acréscimo de custo, e fazê-lo na proporção do IVA. Mas para conseguirem fazer isto têm de estudar um bocadinho mais. Lá está, não é só ter ideias. Essa é a diferença.

Protestos do L.

Como o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes já disse, se trabalhassem cinco dias, se calhar já dava. A diferença entre os quatro e os cinco dias poderia fazer a diferença.

Continuação dos protestos do L.

Mas também se em vez de estarem todas as semanas a fazer programas eleitorais da associação de estudantes comesçassem finalmente a fazer projetos de lei, poderia ser que efetivamente conseguissem contribuir com alguma coisa útil para o debate.

Risos de Deputados do CH.

Protestos do L.

E uma coisa útil para o debate é analisarmos, por exemplo, qual é o problema que Portugal tem, diferente de outros países, para reagir a uma situação como esta. E o problema que Portugal tem, diferente de outros países, para reagir a uma situação como esta chama-se socialismo.

Protestos de Deputados do L.

Porquê? Porque o socialismo deu aos portugueses mais impostos do que outros países têm para pagar e menos salário para receberem ao fim do mês. E o que acontece é que quando há uma oscilação como esta, nós temos menos capacidade do nosso lado para poder resolver o problema. E, naturalmente, como pagamos grande parte daquilo que ganhamos ao Estado é ao Estado que vamos pedir ajuda.

Protestos de Deputados do L.

E o Estado depois tem de estudar muito bem — como disse o Sr. Deputado Almiro Moreira, e bem — como é que dá essas ajudas, para ser equitativo nas mesmas. Neste momento, em mais um debate, não houve um Sr. Deputado que conseguisse sustentar aquilo que já disseram muitas vezes e que neste debate não disseram — deixaram de dizer — que é que o Estado está a lucrar com a crise. O Estado não está a lucrar com a crise. Poderá ter de ajudar mais. Veremos em que momento.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vocês do Livre são um saco de pancada. Até dói. Só levam pancada, pancada, pancada! Até da Iniciativa Liberal e do PAN!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Hã? Só ouvi uma brisa!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Imagino que vamos passar à fase de encerramento assim que a Mesa conseguir saber quem é o Deputado do Grupo Parlamentar do Livre que vai fazer o encerramento.

Pausa.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Está visto que a direita não quer ajudar as pessoas.

Aplausos do L.

Mas o Livre deixa aqui dois reptos. O primeiro repto é este: se o Governo achar que baixar o IVA não resulta porque parte da redução se perde pelo caminho, então que devolva diretamente o IVA pago, às famílias que mais precisam.

Perguntam: quem paga? Todos nós! Quanto custa? Os 6 % do IVA sobre bens essenciais comprados pelas famílias cujos rendimentos anuais são inferiores a 14 vezes o salário mínimo nacional *per capita*. E, sim, informo o PSD que os bens essenciais são taxados a 6 % — não há cá variações de 23%, 13%, etc., já que surgiu aqui a dúvida.

Mostro também a evolução do preço do cabaz alimentar desde 2022, onde se pode constatar a baixa do custo entre abril de 2023 e janeiro de 2024.

A oradora exibiu um gráfico.

Sim, até o IVA zero teve efeito. Mas nem é isso que estamos a propor. O que propomos é a devolução parcial deste IVA condicionado aos rendimentos das famílias.

Protestos de Deputados do CH.

Acrescento que neste momento o cabaz está nos 255 €, correspondente a um aumento de 4,5 %, muito superior à inflação, o que vem onerar bastante mais as famílias de mais baixos rendimentos.

Protestos de Deputados do CH.

O segundo repto que o Livre lança é o seguinte: se o Governo acredita que existem lucros extraordinários que justificam uma taxa sobre esses lucros, então usemos esse diagnóstico para proteger as pessoas.

Aplausos do L.

Um teto nas margens de comercialização dos combustíveis impediria as grandes empresas de aproveitarem a crise para fazer ganhos extraordinários e permitiria que os preços nas bombas fossem efetivamente mais baixos para os consumidores.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — O Parlamento tem duas hipóteses: ou fica do lado da resignação, contra as pessoas, sem fazer nada, a ver o Governo gerir cêntimos no ISP; ou vota favoravelmente as nossas propostas.

Esperamos que estejam à altura das vossas responsabilidades. Nós cumprimos com as nossas.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, vamos passar ao quarto ponto da ordem de trabalhos, que consiste na discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 142/XVII/1.^a (PCP) — Criação de uma rede pública de creches, 143/XVII/1.^a (PCP) — Alargamento da rede pública de educação pré-escolar, 254/XVII/1.^a (PAN) — Garante a gratuitidade dos mecanismos de acompanhamento das atividades das crianças no âmbito da medida da gratuitidade das creches, 357/XVII/1.^a (BE) — Inclusão das creches no sistema educativo, 551/XVII/1.^a (L) — Integra a educação na primeira infância no sistema educativo e incumbe o Estado de criar uma rede universal e gratuita, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 771/XVII/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que equacione a criação de benefícios fiscais para as empresas que criem creches para os filhos dos trabalhadores, 779/XVII/1.^a (PS) — Reforça as repostas sociais na infância, lançando uma nova vaga de equipamentos no âmbito do PARES, 791/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta o alargamento das atividades incluídas na gratuitidade no programa Creche Feliz para as famílias em situação de vulnerabilidade, e 795/XVII/1.^a (IL) — Pelo reforço da oferta de creches e da liberdade de escolha das famílias.

Para fazer a apresentação das iniciativas legislativas, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, do PCP, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PCP avança hoje com propostas que colocam a prioridade nos direitos das crianças e, de forma muito particular, no direito à educação desde o nascimento.

A Assembleia da República tem hoje, mais uma vez, a oportunidade de garantir que todas as crianças dos 0 aos 6 anos tenham acesso a uma vaga na creche e no pré-escolar.

Foi por insistência do PCP que em 2020 se iniciou o caminho da gratuidade das creches, uma medida que mudou a vida de milhares de famílias, mas que, tal como alertámos na altura, precisava de ser acompanhada pela criação de mais vagas. Tivemos razão. Hoje, milhares de famílias ainda não conseguem vaga para os seus filhos, como é exemplo, entre muitas outras, a família do Xavier, que inscreveu o seu filho em 32 instituições e que até hoje desespera por vaga, com tudo o que isso implica na sua vida e na vida do seu filho.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Porque será?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É esta a realidade que resulta do número de vagas em creches, para a qual não há resposta pública, e que, mesmo somando todas as vagas que existem nas IPSS e no privado,

respondem apenas a 52 % das necessidades, o que significa que há pelo menos 92 000 crianças que ficam de fora desta possibilidade.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não há creches gratuitas!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Perante esta realidade, é urgente criar uma rede pública de creches que garanta uma vaga gratuita a todas as crianças, que responda às necessidades das famílias, mas também que responda à urgência de um país que enfrenta, como todos nós sabemos, um gravíssimo problema de défice demográfico.

É isso que propomos com a abertura de 100 000 novas vagas em creche até 2029 e mais 148 000 até 2033. Um plano, um caminho, uma opção, uma proposta inovadora e de progresso que deixa de olhar para a creche apenas como uma resposta social, mas acima de tudo como uma necessidade educativa.

Uma proposta que não é circunscrita nem isolada. É por isso que propomos também medidas que respondam à realidade de uma educação pré-escolar que está longe de ser universal, que está longe da gratuidade e onde a rede pública garante apenas 55 % das vagas. Uma realidade que leva a que muitas famílias tenham de recorrer ao setor social e privado, com os custos que isso incorpora.

O programa lançado pelo Governo resultou, na prática, em apenas mais de 106 novas salas e 2863 novas vagas. Ora, é muito insuficiente e assim não vamos lá.

É urgente responder a este problema. Para o fazer, sem desvalorizar o papel de diversas instituições, desde logo as de solidariedade social, é preciso que o Estado se assuma como o construtor da oferta pública que se exige, alargando, como propomos, num período de três anos, a rede pública pré-escolar e avançando de imediato com 150 novas salas já no próximo ano letivo.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Dois projetos, duas oportunidades para responder às crianças e para as colocar no centro da prioridade da ação política. Dois projetos, duas oportunidades para responder às famílias e ao défice demográfico do País. Oportunidades que não podem, a bem das crianças, mais uma vez, ser desperdiçadas.

É este o desafio que está colocado a todos e a cada um dos Deputados.

Aplausos do PCP.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — O Sr. Deputado Paulo Raimundo tem dois pedidos de esclarecimento. A Mesa pede ao Sr. Deputado que informe se responde um a um ou em conjunto.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Em conjunto, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Vânia Jesus, do Grupo Parlamentar do PSD.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Vânia Jesus** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Paulo Raimundo, o PCP, com as propostas que traz a este debate, mostra uma vez mais ao País o seu modelo de sociedade: tudo cabe ao Estado. O Estado paga tudo, constrói tudo, controla tudo. É assim na educação, é assim na saúde, é assim na habitação. Uma visão centralizadora, onde o privado e o social são sempre vistos como ameaça em vez de parceiros.

Propõe uma rede de creche exclusivamente estatal. Vejam só: 100 000 vagas até ao final da legislatura, 2 mil milhões de euros em construção e mais de 560 milhões por ano. Tudo executado no prazo de três anos, diz o PCP, e pago pela via do aumento dos impostos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro! Lá está...

A Sr.^a **Vânia Jesus** (PSD): — Sr. Deputado, não vamos por esse caminho. O Governo da AD segue o caminho certo: alargar a rede existente, garantir a gratuitidade, envolvendo o setor público, social e privado, para dar resposta às famílias e resolver a falta de vagas.

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Vânia Jesus** (PSD): — Há já trabalho feito. O Governo da AD reforçou o apoio à infância até aos 3 anos. Assegurámos creche gratuita no privado, onde não há vaga na rede social.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Vânia Jesus** (PSD): — Abrimos novas salas, reforçámos parcerias com municípios e instituições. E o PCP sabe bem que foi o seu parceiro de governação, o Partido Socialista, que nada fez para aumentar o número de vagas.

O Governo da AD é que reforçou o programa Creche Feliz e alterou os critérios para o melhorar — por exemplo, com a cobertura por freguesia mais próxima das famílias e das comunidades —, e foi com o Governo da AD que, em dois anos, há mais 16 000 vagas e creche gratuita a chegar a mais de 128 000 crianças.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Vânia Jesus** (PSD): — Portanto, Sr. Deputado, a pergunta que lhe deixo é: quando deixará o PCP de vender ilusões aos portugueses e de tentar empurrar o País para essa obsessão comunista de pôr o Estado a fazer tudo, destruindo o que funciona e não respeitando a liberdade de escolha das famílias portuguesas?

Aplausos do PSD, do CDS-PP e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para o segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Barreira Soares, do Grupo Parlamentar do Chega.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a proposta que o PCP aqui traz mostra, mais uma vez, uma visão antiga, fechada e profundamente ideológica do papel do Estado e da forma, inclusivamente, como devemos responder às necessidades das crianças e das famílias.

O que está em causa devia ser dar às nossas crianças o melhor. Vivemos num mundo exigente, em constante mudança, mas o PCP continua sem entender esta mudança. Em vez de colocar as crianças e a família ao centro, coloca novamente o Estado e sempre o Estado ao centro.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Em vez de procurar a melhor resposta possível, insiste na velha obsessão de que a resposta tem de ser pública.

Sr. Deputado Paulo Raimundo, quem educa são os pais. São os pais que devem escolher entre o público e o privado de acordo com o que considerem melhor para os seus filhos.

Aplausos do CH.

Falam tanto em liberdade, no 25 de abril andam com cravos ao peito, gritam liberdade aos sete ventos, mas depois, no que diz respeito a dar a liberdade aos pais para escolherem o melhor para os seus filhos, já não há liberdade para ninguém. É aquela chamada «liberdade seletiva», a liberdade da extrema-esquerda.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Sr. Deputado Paulo Raimundo, o Estado tem de garantir que todas as crianças tenham acesso. Não deve impor um modelo único por razões ideológicas.

Mais, o dinheiro não é do Estado, o dinheiro é dos portugueses, é dos contribuintes, é de quem trabalha e desconta, é de quem paga impostos e sustenta todos os dias este País.

Mais, quero dizer que foi lamentável o Parlamento não ter admitido a proposta do Chega, que queria dar prioridade nas creches a portugueses que trabalham — portugueses que trabalham. Não sei do que é que têm medo.

Aplausos do CH.

Por isso, deixo de forma muito clara as perguntas relativamente a esta proposta do PCP. Primeira, construir 100 000 vagas de creche e 150 salas, já no próximo ano, com que verbas? Com que orçamento? Querem pôr os portugueses a pagar mais impostos? Mais ainda?

Sr. Deputado, é lamentável.

Mais, deixem de criticar o lucro das grandes empresas, porque são elas que possibilitam melhores condições aos trabalhadores. É o lucro que possibilita melhores condições.

Da próxima vez, não tenham medo de colocar a proposta do Chega à votação. Não tenham medo!

Srs. Deputados, temos de aprender a fazer mais e melhor. E com menos. Se não sabem, deixem, que nós ensinamos.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, agradeço as perguntas, vamos lá a ver, perguntas que foram feitas certamente sem terem lido o nosso projeto. Porque, se tivessem lido o nosso projeto, não as podiam ter feito, pelo menos no tom em que fizeram.

Não há nenhuma obsessão sobre a exclusividade da rede pública. Aliás, fiz questão de valorizar o papel de instituições, em particular as de solidariedade social, que têm um papel importantíssimo.

Protestos do Deputado do PSD Fernando Queiroga.

A questão é outra: é se nós estamos confortáveis com o facto de 92 000 crianças não terem acesso a vaga na creche. É isto que em causa e é a isso que é preciso dar resposta.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É isso que propomos: um plano ambicioso.

E, com franqueza, Srs. Deputados, não me venham falar em custos. Sabem quanto é que custa? A Sr.^a Deputada acha que 2 mil milhões de euros é muito dinheiro?

Protestos do CH.

É o dinheiro que o vosso acordo baixou no IRC para as grandes empresas? Acha que é muito dinheiro?

Protestos do Deputado do CH José Barreira Soares.

É o dinheiro que o vosso Orçamento do Estado dá em benefícios fiscais às grandes empresas. É preciso prioridades: ou as crianças ou as empresas.

Aplausos do PCP.

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para apresentar o seu projeto, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Agradecemos ao PCP o agendamento deste tema porque, de facto, para as famílias portuguesas o acesso à creche é hoje uma autêntica saga. Falamos de pais que têm de tentar obter uma creche logo que sabem da gravidez, falamos de longos meses, de espera e até mesmo de pais que, não tendo onde deixar os filhos, não sabem como é que vão poder retomar o seu trabalho.

E, quando finalmente conseguem uma vaga, o que é que acontece? Estes pais descobrem muitas vezes que, na rede Creche Feliz, na verdade, a creche nem sempre é gratuita. Isto porque continuam a pagar. Pagam materiais, pagam fardas, pagam atividades, pagam até aplicações para saber como é que o seu filho está ao longo do dia. É aqui que temos de ser claros e acompanhar a ideia de que o desenvolvimento de uma criança não pode ser tratado como um serviço extra, tem de ser um direito das famílias.

Por isso mesmo, o PAN traz uma resposta concreta para esta realidade. Propomos que a informação sobre o dia a dia das crianças nas creches passe a estar incluída no serviço de gratuidade da creche. Porque nenhum pai ou mãe deve pagar para saber se o dia do seu filho correu bem, se dormiu ou se está bem.

Mas vamos mais longe. Queremos mais transparência quanto às vagas disponíveis e quanto às listas de espera. Porque não se gere aquilo que não se conhece. Neste ponto, o PAN não tem preconceitos ideológicos. Temos defendido que, na ausência de uma creche gratuita no espaço público, a mesma deve ser assegurada no privado. Mas para isso precisamos de dados, e daí esta proposta.

Propomos igualmente que o Governo estude a criação de um apoio de despesas complementares porque, para muitas famílias, estes custos extra são a diferença entre conseguir ou não manter a criança na creche, são a diferença entre uma criança fazer a aula de música ou não a fazer, entre fazer a aula de psicomotricidade ou não a fazer.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não podemos aceitar que a gratuidade tenha exceções que penalizam, sobretudo, quem mais precisa. Trata-se de uma questão de justiça social para dar resposta às famílias que não devem nem podem esperar.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para a apresentação do seu projeto, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As creches não são apenas um serviço de guarda de crianças, são o primeiro passo na educação de uma criança, e é assim que devem ser tratadas.

O Conselho Nacional de Educação diz, há anos, que a educação dos 0 aos 3 anos é decisiva para o desenvolvimento das crianças e um fator de igualdade de oportunidades. Mas em Portugal, cerca de 125 000 crianças não encontram lugar numa creche gratuita. Isso não é aceitável.

É por isso que hoje propomos duas medidas concretas. Primeiro, incluir as creches na Lei de Bases do Sistema Educativo. Segundo, criar uma rede pública de creches com vagas suficientes, distribuídas por todo o território e gratuitas para todas as famílias.

É o mínimo que se exige a um país, que deve garantir que todas as famílias encontram um serviço de guarda para as suas crianças e uma creche onde uma criança possa crescer de forma feliz.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para apresentar o seu projeto, tem a palavra a Sr.^a Deputada Filipa Pinto, do Grupo Parlamentar do Livre.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A discussão de hoje não é nova. Na legislatura anterior, aqui estávamos nós a defender o mesmo, aquilo que é justo, aquilo que teimamos em adiar.

O Livre, já nesse debate, dizia que é preciso garantir o acesso a uma educação de qualidade ao longo de todo o seu percurso, sobretudo numa das etapas mais cruciais para a educação das nossas crianças. A evidência científica é clara: o número de palavras que um bebé ouve, os estímulos que recebe, o contacto que tem com diferentes experiências condicionam o seu desenvolvimento. Além disso, a educação na primeira infância é determinante para a diminuição das desigualdades e para contrariar a perpetuação das desigualdades geracionais.

Por isso, como já antes o fizemos, voltamos a propor o básico: uma rede pública de creches, como existe uma rede pública de jardins de infância ou uma rede pública de escolas. Mas não só. Seguir a evidência científica e estar do lado da família é também assumir que as creches são educação. Por isso, devemos incluir a primeira infância na Lei de Bases do Sistema Educativo. Incompreensivelmente, os partidos que se dizem amigos da família votaram contra a nossa iniciativa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, têm agora a oportunidade de corrigir tal decisão. De facto, deixar os primeiros três anos de vida de fora de um plano educativo vai contra todos os pareceres e recomendações. O Conselho Nacional de Educação diz que poder frequentar a creche é um direito das crianças, além de ser um apoio social importante para as famílias.

O Livre acompanhará sempre as iniciativas que garantem o acesso à educação na primeira infância, sem olhar para o número de contribuinte, e que diminuam as desigualdades. O Livre acompanha e acompanhará sempre as propostas que pretendem incluir a universalidade da educação pré-escolar no sistema educativo. É que esse acesso à educação na primeira infância deve ser sempre acompanhado da existência de uma rede pública de creches que garanta vagas e gratuidade.

Como já dissemos antes, não basta a Creche Feliz. É preciso haver crianças e famílias felizes, com acesso e direito à educação. Isso só se consegue com creches na tutela do Ministério da Educação e uma rede pública de educadores de infância com condições laborais justas. É isso que queremos e podemos garantir a partir de hoje. Tenhamos coragem política para o fazer.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Como já foi dito, a educação dos 0 aos 3 anos é relevantíssima e o papel complementar que as creches têm com as famílias é também ele de salientar.

A razão de ser deste agendamento é um projeto do PCP, que podia ir ao encontro desta preocupação, mas não vai. O PCP, como sempre, entre as crianças e o Estado, escolhe o Estado; entre a sociedade e o partido, escolhe o partido. Portanto, isto não é um projeto do PCP para resolver o problema das famílias que têm crianças que não conseguem pôr nas creches. Isto é uma oportunidade de o PCP consagrar o seu princípio de que tudo tem de ser público, tudo tem de ser do Estado.

Protestos do PCP.

Não, Srs. e Srs. Deputados, o que nós queremos é que as famílias tenham solução e as famílias também.

Protestos da Deputada do L Filipa Pinto.

As famílias estão muito pouco interessadas se a creche em que têm os filhos é pública ou não é pública.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Até lhe digo uma coisa, nem querem saber se há rede ou se não há rede, querem saber é se há creche para o seu filho.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é que nós temos de perceber e conseguir interpretar. Interpretar isso é pegar naquilo que vinha de trás, não destruir, do projeto Creche Feliz, e ver como é que se consegue, perante aquilo que já existe, acrescentar. O que fez o Governo, durante estes últimos dois anos, foi isso: acrescentou. Desde logo, acrescentou vagas.

Portanto, há neste momento mais crianças com acesso a creches do que havia quando este Governo assumiu responsabilidades.

A Sr.^a **Cláudia Barros** (PSD): — Boa resposta!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Há neste momento mais oportunidades para as famílias escolherem a creche dos seus filhos do que havia quando este Governo assumiu responsabilidades. Porquê? Porque fez-se exatamente o contrário do que o PCP recomenda. Não se limitou a rede ao público, alargou-se a rede ao social e ao privado para, com isso, beneficiar as famílias.

O que o CDS traz no seu projeto de resolução é uma tentativa de irmos mais longe nesta política. Isto, por duas razões: por um lado, porque é preciso aumentar ainda mais a resposta; por outro lado, porque essa resposta deve ser uma resposta tão favorável quanto possível às famílias, sempre que o pudermos melhorar. E como é que melhoramos? Incentivando as empresas a poderem elas próprias criar salas de creches, criar creches, consoante a dimensão da empresa, para que as famílias possam ter os seus filhos não só com acesso a esta valência, mas também com a possibilidade de estarem perto e darem um apoio mais próximo; não perderem tempo em deslocações para levar as crianças, ir buscar as crianças para poderem ter um convívio mais próximo com elas.

Risos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

Não se ria, Sr. Deputado Paulo Raimundo. Nos países normais é assim. Nos países normais, em que há esta cultura que concilia a oportunidade de as famílias terem proximidade aos seus filhos com a responsabilidade social das empresas e com o incentivo que o Estado deve dar a essa responsabilidade social das empresas, as famílias vivem melhor, as crianças crescem melhor e a sociedade funciona melhor.

É por isso que entendemos que o Estado tem um papel. O papel do Estado é incentivar e a melhor forma de o fazer é pela via fiscal. Achamos que devem ser beneficiadas do ponto de vista fiscal, sim, as empresas que tenham esta política de responsabilidade social dirigida às crianças na primeira infância, dirigida às famílias na conciliação das responsabilidades parentais com a sua vida profissional.

É por isso que achamos que o caminho não é o do PCP. Achamos que a responsabilidade existe e que o caminho é o de incentivar a que as empresas possam ter um papel ativo neste alargamento, que todos desejamos, da resposta de creches a todas as famílias portuguesas.

Aplausos do PSD e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para a apresentação do projeto de resolução do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra a Sr.^a Deputada Margarida Afonso.

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, há momentos na política em que é preciso escolher as prioridades e hoje a escolha é clara: ou ficamos presos a debates ideológicos ou damos respostas concretas às famílias que enfrentam a angústia de todas as manhãs não ter onde deixar os seus filhos.

O Partido Socialista escolheu responder às famílias quando foi Governo e escolhe exigir respostas hoje, aqui e agora.

Aplausos do PS.

Foi com o Governo do Partido Socialista que o nosso País deu os maiores passos e os maiores avanços na política de infância. Criou e reforçou sucessivas gerações do PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais), reforçou o abono de família e, ainda, concretizou em Portugal a garantia para a infância.

E isto, Srs. Deputados, não é um detalhe, é um compromisso, é um legado, é história!

Mas o que é que vemos hoje? Vemos um Governo que, na reprogramação do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), recua.

Vozes do PSD: — Recua porquê?

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — Recuou deixando cair equipamentos essenciais na alternativa de financiamento, recuou nas suas respostas, recuou na sua ambição.

Vemos ainda um Governo que recusa contributos concretos, recusa mais instituições com creches familiares, recusa melhores condições para as amas, recusa mais vagas gratuitas por esta via e isto tem consequências: menos vagas, mais listas de espera, mais custos, mais problemas, mais pressão sobre as famílias.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Que descaramento!

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, as famílias não vivem no tempo das reformas orgânicas, vivem no tempo das respostas urgentes.

Por isso, o Partido Socialista apresenta aqui, hoje, este projeto de resolução com duas prioridades muito claras.

Primeira, investir já com uma nova vaga do Programa PARES dirigida à infância, priorizando, sim, as áreas metropolitanas onde a falta de vagas é mais grave, é mais evidente e é completamente inaceitável.

Segunda, mobilizar quem está no terreno com uma linha de financiamento específica para creches de iniciativa municipal, reforçando assim o papel das nossas autarquias na resposta à família, porque — e esta é uma evidência muito clara — quem melhor conhece o terreno são os nossos autarcas, os nossos presidentes de Câmara.

Por isso, o Partido Socialista propõe proximidade, propõe descentralização e execução rápida e imediata.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, entre a inércia e a ação, a escolha é clara e o Partido Socialista não hesita, está, como sempre esteve, ao lado das famílias, com propostas, com exigência e com sentido de responsabilidade.

Ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Governo de Portugal deixamos uma sugestão muito clara: coloquem o cinto de segurança e acelerem, acelerem para dar continuidade ao legado efetivo e inequívoco que o Partido Socialista deixou nesta área, criando vagas, alargando a rede e colocando sempre a infância no centro das políticas públicas.

Aplausos do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, tenho uma pergunta muito simples e muito direta para lhe fazer: porque é que não pensou em tudo isto antes de o PSD ir para o Governo?

Vozes do PS: — Oh...!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quando o Partido Socialista saiu do Governo, mais de 200 000 crianças não tinham vaga em creche; quando o Partido Socialista saiu do Governo, a cobertura pública das creches era cerca de 40 % e, agora, o Partido Socialista sobe à tribuna e diz «apertem o cinto,...

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — Com segurança!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... vamos andar, vamos mudar, vamos resolver...»

Isto quando o único historial que há, até hoje, é este: do Partido Socialista sabemos que muito menos de metade da população tinha acesso a creches,...

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — E antes do PS chegar?

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... a classe média sufocava...

Protestos do PS e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Peço aos serviços para pararem o tempo, por favor.

Continuação de Protestos do PS e de contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados acho que ontem ficou bem patente como é que eu vou gerir os trabalhos: se o orador se sente incomodado o tempo para, e isto serve para todas as bancadas.

Bom, vamos acalmar. Pode continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Obrigado, Sr. Presidente.

Quando o Partido Socialista saiu do Governo, muito mais de metade da população não conseguia ter vaga numa creche,...

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Isso não é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... a cobertura pública de creches era extraordinariamente inferior, mesmo comparando com a média europeia, mas tem a lata de vir aqui dizer que o Governo tem de avançar.

Quando o Partido Socialista saiu do Governo havia uma coisa que era certa: tudo o que era imigrante tinha prioridade na nossa creche e os portugueses nunca tinham prioridade na nossa creche. Tudo o que era imigrante tinha prioridade na nossa creche.

Aplausos do CH.

Portanto, eu quero perguntar-lhe, Sr.^a Deputada — um, algures no caminho perdeu a vergonha ao chegar a este Parlamento? Dois, porque é que o Partido Socialista não se lembrou de tudo isto há quatro ou cinco anos? E, já agora, porque é que a extrema-esquerda não se lembrou disto, ou não se lembrou de obrigar o Partido Socialista a fazer isto, e, agora, vem com uma série de projetos, quando há quatro ou cinco anos estavam caladinhos?

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Margarida Afonso, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, é falso! É falso! Não há nenhuma regra que diga que os imigrantes têm prioridade! Nenhuma, é falso!

Aplausos do PS, do L e do BE.

Protestos do CH e contraprotestos do PS.

Quanto ao resto, deixe-me dizer-lhe que quando chegámos...

Continuação de protestos do CH.

Não vale a pena gritarem. Se querem ouvir, calem-se e ouçam.

Continuação de protestos do CH e de contraprotestos do PS.

Quando chegámos ao Governo, em 2015, havia zero, zero, zero...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^a Deputada, calma.

Peço aos serviços para pararem o tempo e para pararem o ruído de todos os lados.

A Sr.^a Deputada estava a conseguir continuar a sua intervenção, só quando a Sr.^a Deputada demonstrou incómodo é que eu pedi para parar.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Não fala porquê?...

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — É de propósito!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Já deixei isto claro ontem, deixei isto claro há 2 minutos e deixo claro agora.

Portanto, escusam de esbracejar, seja de que lado for. A regra, para mim, é clara. É esta a metodologia: o orador tem prioridade para falar e para isso precisa do silêncio e do respeito dos restantes colegas.

Pode continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quanto ao restante, quero dizer-lhe que quando chegámos ao Governo, em 2015 — eu acredito que o Sr. Deputado saiba, apesar de não ter dito aqui —, havia zero vagas gratuitas...

Aplausos do PS.

... e quando nós saímos do Governo havia 120 000 vagas. Portanto, acho que a pergunta fica esclarecida.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para apresentar a iniciativa legislativa da Iniciativa Liberal, dou a palavra à Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, que dispõe de 4 minutos.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O acesso a creches continua a ser um dos principais problemas que as famílias portuguesas têm de enfrentar. E, apesar de todas as promessas, de todos os anúncios, de todas as supostas medidas, a realidade mantém-se a mesma: não há vagas suficientes.

E quando não há vagas, há muito que falha. Falha a conciliação entre a vida familiar e profissional; falha a autonomia das famílias e quase sempre das mães; e falha, sobretudo, o acesso das crianças a respostas que são fundamentais nos primeiros anos de vida.

Em 2022, o Governo do Partido Socialista apresentou o Programa Creche Feliz como uma medida emblemática. Prometeu gratuidade, prometeu universalidade, mas esqueceu-se do essencial: esqueceu-se de contar as vagas que eram precisas...

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

... e esqueceu-se de antecipar que a procura que esta medida iria gerar aumentaria, porque quando se torna um serviço gratuito, mais pessoas vão, naturalmente, querer utilizá-lo, quer precisem quer não, mesmo aquelas que não o utilizavam antes.

O resultado foi muito simples: criou-se mais procura sem garantir a oferta. E, hoje, temos exatamente isso, temos um modelo que promete tudo a todos, mas que, depois, não consegue responder a todos.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Então, já não é o PS?!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, este debate é importante. Tão importante que já o tivemos por diversas vezes, mas também é revelador, porque hoje discutimos várias propostas com boas intenções, mas que, no essencial, não respondem ao problema de base. Discutimos modelos mais ou menos públicos, discutimos mais ou menos gratuitidades, mas há uma pergunta que continua sem resposta: onde é que estão as vagas?

O novo Governo fez ajustamentos, mas não resolveu, e é precisamente por isso que a Iniciativa Liberal apresenta hoje uma recomendação clara ao Governo para fazer aquilo que já podia e devia estar a fazer: aumentar a oferta, remover barreiras e dar liberdade de escolha às famílias.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — E essa recomendação assenta em três ideias simples.

Primeira, é preciso aumentar a oferta, criar novas vagas, sim, mas também utilizar melhor a capacidade que já existe, porque há capacidade instalada no setor privado que continua por aproveitar devido a restrições do próprio modelo.

Segunda, é preciso remover barreiras, simplificar processos, reduzir burocracia, acelerar licenciamentos, porque não faz sentido que perante uma necessidade evidente, a criação de novas respostas continue a ser lenta e difícil.

Terceira, é preciso garantir liberdade de escolha às famílias, permitir que cada família escolha a creche que melhor se adapta à sua realidade, seja ela pública, privada ou do setor social, sem restrições artificiais, sem critérios que limitam opções, e sem um sistema fechado sobre si próprio.

A verdade é esta: o problema não se resolve escolhendo quem tem acesso, resolve-se garantindo que há acesso. E é também por isso que defendemos uma visão mais integrada da primeira infância.

Se acreditamos que a educação começa desde o primeiro dia, então, temos de garantir continuidade nas respostas, da creche ao pré-escolar, sem roturas, sem falhas e sem crianças que ficam pelo caminho por falta de resposta ou por incapacidade financeira das famílias.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, as famílias não precisam de mais promessas, precisam de soluções, precisam de um sistema que funcione, que responda e que respeite a sua liberdade de escolha. É isso que a Iniciativa Liberal hoje propõe, para que nenhuma família fique sem resposta e para que todas as crianças tenham acesso às mesmas oportunidades e às oportunidades que merecem.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos, agora, entrar na fase das intervenções.

A primeira intervenção é do Grupo Parlamentar do PSD, pelo que dou a palavra à Sr.^a Deputada Sónia Reis, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Sónia dos Reis** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vamos falar do futuro do nosso País.

Vamos falar das nossas crianças e do foco do Ministério da Educação, Ciência e Inovação em matéria de educação para a primeira infância e da educação pré-escolar.

«A educação para a primeira infância marca o início do desenvolvimento das crianças e do percurso de aprendizagem ao longo da vida. Atuando em parceria direta com as famílias, o seu foco é o desenvolvimento integral das crianças, preparando-os para serem cidadãos autónomos, conscientes e solidários.» — este é um parágrafo que consta da página da anterior Direção-Geral de Educação, agora EduQA, e resume claramente a importância da educação para a primeira infância como uma etapa fundamental para que as crianças cresçam, potenciando todas as suas competências de aprendizagem, os seus valores como cidadãos, a sua curiosidade, espírito de descoberta e sentido crítico face ao mundo onde vivem.

O Programa do XXV Governo Constitucional está ciente da enorme importância da educação para a primeira infância e de proporcionar uma educação pré-escolar que possa potenciar um percurso escolar em que as bases fundamentais de aprendizagem sejam garantidas ao maior número de alunos possível.

Nesse sentido, prevê integrar a faixa etária dos 0 aos 3 anos no sistema educativo, tutelado pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação, mantendo a tutela administrativa no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Assim, e no âmbito do trabalho já em curso para consolidar a dimensão pedagógica dos 0 aos 3 anos, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação entende que a sua intervenção deve centrar-se nessa vertente e isso inclui orientações educativas, garantia de qualidade, apoio à formação e qualificação dos profissionais e promoção da continuidade educativa no percurso dos 0 aos 6 anos.

Esta atuação deve ser feita em estreita coordenação com as entidades competentes pela resposta social. Aliás, é também este o padrão observado em vários países europeus, onde a creche se enquadra, sobretudo, nas políticas sociais e familiares, ainda que articulada com objetivos educativos.

Quanto ao pré-escolar é o objetivo do Governo caminhar para o acesso universal, não só alargando a oferta pública, aumentando a capacidade da oferta existente no Estado, como também contratualizando com o setor social, particular e cooperativo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Sónia dos Reis** (PSD): — Para o efeito, no presente ano letivo, o Governo deu um passo em frente, criando condições através da celebração de acordos com os municípios de Portimão, Albufeira, Faro, Lagos, Lagoa, Loulé, Silves, Castro Marim, Tavira, Santarém, Amadora, Lisboa, Moita, Montijo, Oeiras, Cascais, Loures, Bombarral, Santa Marta de Penaguião, Seixal e Palmela, alguns destes municípios geridos pelo PCP,...

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

A Sr.^a **Sónia dos Reis** (PSD): — ... o que fez com que se conseguisse a criação de 1600 novas vagas. Mas o Governo não quer ficar por aqui, o Governo não vai ficar por aqui. Queremos e teremos toda a cobertura a nível nacional, sem discriminar estes ou aqueles alunos por estarem mais perto ou mais longe dos centros urbanos.

Paralelamente, o Governo contratualizou, até agora, com o setor social particular e cooperativo, 1300 vagas através de contratos de associação. Este Governo valoriza o papel da aprendizagem na primeira infância e no pré-escolar. Este Governo está atento e a trabalhar. Queremos e teremos alunos de excelência e isso começa por proporcionar, desde a primeira infância, as melhores experiências educativas para que o elevador social seja real.

Sabemos que este é um caminho longo, que se traça com determinação, mas estamos comprometidos com o objetivo de que todos os alunos devem ter as mesmas oportunidades e experiências educativas, pois são eles o nosso futuro e a eles devemos o esforço de tudo fazer para que tenham um percurso académico de excelência.

Esse percurso, Srs. Deputados, já começou com a ação deste Governo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP. Tem até 1 minuto.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje discutimos uma verdade incómoda: o Estado falhou às famílias portuguesas. Falhou quando permite que mais de metade das crianças não tenha lugar na rede pública de educação pré-escolar e falhou quando obriga pais a escolher entre pagar o que não podem ou ficar sem resposta.

Isto não é justiça social, é abandono. O que é preciso é um compromisso real, execução rápida e respeito, acima de tudo, por quem trabalha e vive nos diferentes territórios. Não podemos continuar a empurrar responsabilidades para o privado enquanto o público não responde. A educação não é um privilégio, é um direito e os direitos não se adiam, cumprem-se.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — E, na verdade, alguns dos projetos agora em discussão vêm a corrigir uma falha estrutural do nosso sistema ao reconhecer que a educação começa desde o nascimento e deve ser garantida como um direito universal. E é isso que se pretende.

Por isso, irei acompanhar as diferentes iniciativas agora em discussão.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, té 1 minuto e 49 segundos. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosa Isabel Cruz.

A Sr.^a **Rosa Isabel Cruz** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Temos hoje em discussão do projeto de lei do PCP sobre o alargamento da rede pública da educação pré-escolar e convém que fiquemos esclarecidos desde o primeiro minuto.

O Partido Socialista fala com a autoridade de quem não se limita a apresentar projetos, mas de quem construiu a resposta pública em Portugal.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Rosa Isabel Cruz** (PS): — E isso é preciso que fique bem claro: foi o PS que traçou o caminho da universalidade aos três anos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Por acaso até foi o Cavaco!

A Sr.^a **Rosa Isabel Cruz** (PS): — Se hoje temos mais de 144 000 crianças no pré-escolar público, foi porque o PS, enquanto Governo, não ficou à espera,...

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Rosa Isabel Cruz** (PS): — ... não se limitou a anunciar a universalidade, concretizou-a com o investimento, planeamento e reforço real da rede no terreno.

Quando o Partido Socialista chegou ao Governo, não havia vagas e muitas famílias estavam sem resposta.

Protestos da Deputada do PSD Carla Barros.

A prioridade foi alargar a rede e garantir o acesso, mas também foi garantir educadores, assistentes operacionais qualificados e condições de qualidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a **Rosa Isabel Cruz** (PS): — O PCP traz-nos aqui hoje um diagnóstico que conhecemos muito bem, a necessidade de assegurar que a rede dá resposta a todas as crianças no nosso País. Mas, uma coisa é definir objetos, outra é garantir que esses são concretizados com qualidade no terreno e com respostas reais.

É importante dizê-lo, também, com clareza, se esse caminho hoje é mais fácil, é porque o Partido Socialista fez o mais difícil: alargou a rede, criou as vagas e reforçou o sistema.

Aplausos do PS.

E é por isso que hoje partimos de uma realidade diferente, uma realidade mais ampla, um sistema mais robusto e com condições para dar passos adicionais na qualidade. É neste contexto que a nossa interpelação se dirige, principalmente, ao Governo e também ao partido que apoia o Governo, que herdou um sistema em crescimento e que agora não pode hesitar.

A pergunta é simples: vai o Governo continuar o investimento na expansão da rede pública, como fez o PS, ou vai travar esse caminho e deixar as famílias sem resposta?

Aplausos do PS.

É que, Sr.^{as} e Srs. Deputados, sem rede pública suficiente, o acesso torna-se um privilégio e não um direito e o Partido Socialista não aceita que o direito à educação dependa da conta bancária dos pais.

Cá estará o Partido Socialista para...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^a Deputada, terminou o seu tempo. Vamos passar à fase do encerramento. Por parte do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, até 2 minutos...

Só um momento.

Pausa.

Há, então, ainda uma última intervenção. Até 58 segundos, do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente: Apenas para dizer aquilo que é óbvio e que era importante dizer neste debate.

Nós devíamos fazer, ao nível nacional, o que foi feito nos Açores, dar prioridade a quem trabalha no acesso às creches em Portugal — dar prioridade a quem trabalha.

Aplausos do CH.

Porque é isso que as pessoas sentem e querem. Se estão a trabalhar, se estão a descontar, se estão a pagar, se vivem num país em que se paga tudo e mais alguma coisa, que têm impostos de consumo, que têm impostos diretos e indiretos, quando chega o momento de escolher a creche não a têm, e não têm vaga. Por isso devíamos dar prioridade a quem trabalha.

E também devíamos dar prioridade aos nacionais, porque é deles este País! Porque é deles este País! Porque é deles este País!

Aplausos do CH.

Desculpem lá, eu vou dizer isto aqui no Parlamento com a total assunção de responsabilidade. O que está a acontecer hoje, na prática, é que se está a dar prioridade aos que vêm de fora no acesso às creches no País todo.

Aplausos do CH.

E eu desafio-vos e desafio o Parlamento a dizerem qual é que é o grupo de nepaleses, de paquistaneses e de indianos que estão sem creche em Portugal.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Mentirosos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não há! Não há!

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — É mentira! Notícias falsas todos os dias!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aí são os aiatolas! Tens de estar quietinha, não podes falar!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E há muitos portugueses...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para o encerramento, pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo. Tem até 2 minutos para o efeito.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vão para o Bangladesh! Vão para o Nepal! Apanhem um avião e vão para lá! Lá não podem falar!

Protestos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado já está no púlpito. Peço ao Hemiciclo que crie as condições.

Pausa.

Continuação de protestos CH e de contraprotestos do L.

Srs. Deputados... Srs. Deputados...

Pausa.

Agora, sim, vamos ouvir. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente: Fica este apelo no encerramento deste debate, um apelo para que se responda à realidade que existe, às dificuldades das famílias e, acima de tudo, aos direitos das

crianças, de todas as crianças, sejam elas de quem forem, sejam elas de onde vierem. É isso que conta, é isso que nos move e é isso que estamos a procurar dar resposta com as propostas que apresentamos.

Àqueles que nos acusam de acharmos que o Estado deve ter mão em tudo, a esses, eu vou relembrar o facto real. E o facto real é o seguinte: não há nenhuma rede pública de creches hoje no nosso País, a rede pública de pré-escolar corresponde apenas a 56 % das necessidades.

Já agora, Srs. Deputados, se fomos levar à letra o conjunto dos argumentos que aqui vieram para pôr em causa a criação de uma rede pública, podíamos chegar ao limite de poder afirmar que os Srs. Deputados que avançaram com esses argumentos estariam contra a rede pública das escolas, estariam contra a rede pública na saúde, estariam contra a rede pública do ponto de vista dos serviços públicos.

Esta é a conclusão que se pode tirar? Então, se calhar, é essa a conclusão que tem de se tirar, porque não é estar a contestar, hoje, uma rede pública para responder a esta necessidade das crianças, porque as creches são para as crianças, o pré-escolar é para as crianças e são as crianças que estão no centro da nossa preocupação.

Aplausos do PCP.

Que se dê resposta, que não possam ser um depósito, mas que tenham resposta para o problema que se coloca hoje, que é o problema da formação, desde o nascimento, durante o resto das suas vidas.

E, Srs. Deputados, como o tempo não é muito, queria apenas partilhar estas duas ideias. É que nós não nos conformamos com os milhares de crianças sem vaga, nós achamos que o problema não se resolve de um dia para o outro, mas é preciso começar a resolvê-lo de forma musculada.

E há a pergunta de sempre: quanto custa? Eu diria assim: custa aquilo que for necessário e custará, certamente, menos do que o dinheiro que vai para o IRC e custará, certamente, menos do que o dinheiro que vai, em benefícios fiscais, todos os anos, no Orçamento do Estado, para as grandes empresas.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — O PCP resolve tudo!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É hora de fazer opções. O dinheiro não acaba, o dinheiro não é finito, mas é hora de fazer opções: ou se aposta nas crianças...

Vozes do PSD: — Pois é!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... ou se continua nesta distribuição de recursos públicos para os outros.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Para o Comité Central!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Antes de passarmos ao próximo ponto, o Sr. Deputado pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, Sr. Presidente. Na sequência da nossa discussão sobre este assunto, o Chega tem recebido, penso que todos os grupos têm recebido, mas o Chega tem recebido muitos, muitos *emails* sobre situações pessoais, de pessoas que não conseguem pôr os filhos nas creches.

Queria pedir-lhe, se fosse possível, distribuímos este, como um de muitos outros *emails* do Grupo Parlamentar do Chega, garantindo o anonimato de quem envia, por ser uma mãe, mais uma, que envia uma informação sobre não conseguir pôr o seu filho na creche.

O orador exibiu o email que mencionou.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Peço então que, no envio que fizer, faça já essa garantia do anonimato, para não haver falhas. Portanto, na partilha com os serviços, garantir já o anonimato, e os serviços depois farão a partilha com os restantes grupos parlamentares.

Vamos passar, então, ao ponto cinco da ordem do dia, que consiste no debate, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.ºs 25/XVII/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que, no âmbito das comemorações dos 900 anos da Batalha de São Mamede, garanta o reforço da participação da sociedade civil, das academias, das autarquias e das escolas e 774/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a valorização das comemorações dos 900 anos da Batalha de São Mamede, em articulação com o Município de Guimarães.

Para fazer a apresentação da iniciativa do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida. Tem até 4 minutos para o efeito.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal não nasceu a 25 de abril de 1974.

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

Protestos do L e do PCP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Também não nasceu a 5 de outubro de 1910. Não nasceu, tampouco, a 1 de dezembro de 1640, a 14 de agosto de 1385 ou mesmo a 5 de outubro de 1143. Na verdade, a fundação de Portugal não é uma efeméride, muito menos é o momento.

Como escreveu José Mattoso, «... a Nação não tem certidão de nascimento.» A fundação foi um processo, um processo com vários marcos, que qualquer homenagem séria tem e deve reconhecer. Um desses marcos é o dia 24 de junho. Em 1128, há 898 anos, travou-se, num campo próximo de Guimarães, a Batalha de São Mamede. A cidade que viu nascer Afonso Henriques viu-o afirmar-se como Senhor do Condado Portucalense contra as pretensões externas. Essa é, por isso, chamada a Primeira Tarde Portuguesa.

Mas a fundação não se fica por 1128, estende-se, pelo menos, por cinco décadas, até à bula *Manifestis Probatum*. Independentemente do debate historiográfico, uma coisa é certa: cai sobre a nossa geração de portugueses o dever solene de saber relembrar, divulgar e celebrar este ciclo de 900 anos de Portugal e de identidade nacional.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Governo, cumprindo uma obrigação histórica e um compromisso assumido tanto no programa eleitoral como no Programa do Governo, criou, no dia 26 de fevereiro, o comissariado nacional destas comemorações. E, num tempo histórico, em que por todo o mundo, mas sobretudo no Ocidente, se dissolvem laços e vínculos que unem comunidades, é fundamental lembrar que o nosso País continua a sentir e a viver uma identidade comum.

Forjado por nove séculos de história, é esse reconhecimento, num passado coletivo, que nos permite dizer que Portugal é o mais velho Estado-Nação na Europa, quando os Estados de nação são cada vez mais diluídos e muitas vezes desagregados.

Assim, o propósito do CDS, com esta iniciativa, é essencialmente permitir que o Parlamento possa discutir este desígnio,...

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Exato!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... dar-lhe a relevância que merece e, por via da iniciativa do CDS, poder assegurar que o Parlamento, com as suas naturais diferenças, dá ao País um sinal comum.

Um sinal comum de que queremos que as celebrações dos nossos 900 anos de história comum sejam tão participadas quanto seja possível. Que estas sejam alargadas, também, tanto quanto seja possível e que, respeitando e valorizando o nosso passado, em todas as suas matrizes — tal como ele foi e deve ser lembrado —, este passado seja fonte renovada de paixão e dedicação ao serviço do presente e, sobretudo, ao serviço do futuro de Portugal.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Lopes Silva. Tem até 6 minutos para o efeito.

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Saber de onde viemos é condição para saber quem somos.

A memória histórica não é um exercício de nostalgia, É o fio que liga gerações e confere coerência à identidade de um povo. Da nossa história coletiva, enquanto País, há vários momentos significativos que nos conduziram a uma nação autónoma, de nome Portugal. De entre esses momentos, há um que antecede e torna possível todos os outros: *A Primeira Tarde Portuguesa*, eternizada a óleo sobre tela, por Acácio Lino, obra presente no edifício onde reunimos, que retrata o 24 de junho de 1128, a Batalha de São Mamede.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande data!

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — Faço uma breve declaração de interesses: sou vimeirense, ex-autarca num período em que Guimarães desenvolveu um trabalho fundamental para preparar com tempo, rigor e ambição a celebração dos 900 anos do momento fundador da nossa nacionalidade. Digo-o porque tal me dá uma ligação especial a este tema, que não me condiciona, antes me obriga a falar dele com ainda maior responsabilidade.

Aplausos do PS.

O que debatemos hoje transcende a mera evocação histórica. Trata-se de uma afirmação do País, construída com visão e persistência, um objetivo comum, com uma raiz local, mas ambição nacional.

Foi em Guimarães que se acautelou, desde cedo, esta celebração. Ali se construiu, desde 2022, um envolvimento institucional, científico e cívico exemplar: a Comissão de Honra, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia da República e integrada pela Sr.^a Ministra da Cultura, com participação de municípios ibéricos ligados à nacionalidade; a Comissão Científica, presidida por José Mattoso, entretanto, a título honorífico e póstumo, por infelizmente nos ter deixado, e coordenada por Mário Barroca e Luís Carlos Amaral; e a Comissão Artística para um Programa de Arte Pública. Acrescente-se, ainda, o alto patrocínio da Presidência da República às publicações científicas resultantes do trabalho da estrutura de missão criada. Tudo isso transformou uma memória local numa causa de dimensão verdadeiramente nacional.

A Batalha de São Mamede não constitui um episódio isolado, representa um marco decisivo no percurso do Condado Portucalense à consolidação política de Portugal, ajudando a compreender a nossa identidade coletiva enquanto povo que escolheu um destino próprio.

Não posso, por isso, deixar de saudar a iniciativa da criação do Comissariado Nacional de Missão, sediado no Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — ... com composição plural que inclui representantes do Governo, da Assembleia da República, das autarquias e de historiadores, com mandato até 31 de janeiro de 2029, para planear e executar as comemorações a nível nacional. Complementa e reforça o pioneirismo local, conferindo-lhe uma escala institucional adequada.

É precisamente neste âmbito que se insere o projeto de resolução do Partido Socialista hoje em discussão. O primeiro desafio visa aproveitar o trabalho da estrutura de missão já constituída em Guimarães, articulando-a organicamente com o Comissariado Nacional, não perdendo a oportunidade de ajudar a dar sequência a um plano de ação ambicioso, há muito apresentado às diferentes instâncias.

Há publicações inéditas, produções cinematográficas com financiamento já captado, exposições pensadas e estudos encomendados, alguns deles já publicados. Tudo isso concebido pelo melhor da Academia de todo o País, por artistas de renome e profissionais de comunicação experientes.

Assim, evitamos duplicações desnecessárias, potenciamos os recursos públicos já investidos e projetamos celebrações nacionais com o rigor e ambição que o momento exige, sem beliscar a autonomia das duas estruturas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — O outro grande desafio que temos diante de nós reside em não nos limitarmos à homenagem do passado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Verdade!

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — Devemos projetá-la para afirmar o Portugal de amanhã, ligando história, identidade, cultura e cidadania de forma viva e responsável. Olhemos para o 24 de junho de 1128 como ponto de partida e para o 24 de junho de 2028 como o marco de 900 anos de uma nação que se construiu, se inspirou e nos trouxe até à contemporaneidade, com todas essas datas em que Portugal não nasceu, mas que fazem parte da nossa história. Não se trata de celebrar um ato bélico, em si, mas nove séculos de história que nos permitem projetar uma ideia de futuro, algo de que tanto precisamos.

Como afirmou José Saramago, «somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir».

Aplausos do PS.

Estas comemorações devem envolver os municípios de norte a sul do País: as escolas, com programas educativos; os investigadores, em congressos nacionais; as instituições culturais, em exposições itinerantes; e os cidadãos, em eventos cívicos participativos. São Mamede é o marco decisivo, Guimarães o lugar de partida, Portugal inteiro o horizonte a projetar.

Aplausos do PS e do Deputado do PSD Emídio Guerreiro.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos entrar na fase das intervenções dos grupos parlamentares, pelo que solicito que se inscrevam para o efeito.

A primeira intervenção será do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e, até 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em junho de 2025, o CDS entregou um projeto de resolução sobre as comemorações dos 900 anos da Batalha de São Mamede, tema que hoje debatemos. Sucede que esse projeto de resolução sofreu um inquietante percalço germinativo ao cabo de oito meses no alfobre parlamentar.

Passo a explicar: em junho de 2025, o CDS propôs que a Assembleia da República recomendasse ao Governo que fizesse antecipar para 2028 as comemorações do nono centenário da Batalha de São Mamede, ocorrida em 1129. Sucede que, em fevereiro deste ano de 2026, o Governo aprovou, em Conselho de Ministros, uma resolução que determinou a realização das comemorações dos 900 anos da Batalha de São Mamede, a partir de junho de 2026, ou seja, dois anos antes do ano pretendido pelo CDS como recomendável para a festiva antecipação.

Risos do PCP e do BE.

Portanto, o Governo antecipou-se ao CDS! Ainda o CDS estava a partir e já o Governo, a que o CDS pertence, estava a voltar.

Ora, não podendo o CDS reescrever a história, não lhe restava outra solução que não fosse reescrever o projeto de resolução, e foi o que fez. Esqueceu a antecipação que já estava mais do que antecipada...

Risos do BE.

... e passou a recomendar que se reforce a participação da sociedade civil e das autarquias nas comemorações, como se tal ideia não passasse pela cabeça do Comissariado Nacional, que integra autarquias, universidades, academias, sociedades históricas, e, aliás, a Câmara de Guimarães já há muito estava a trabalhar nisso.

Aprovemos, pois, a recomendação que já está mais do que recomendada.

Risos da Deputada do L Filipa Pinto.

Mas é preciso dizer algo mais, Srs. Deputados, aproveitando o estribo que o assunto nos oferece. A Batalha de São Mamede é, de facto, o momento pré-fundador da independência nacional, que o PCP, como partido patriótico, enaltece e considera que deve ser comemorado, relevando o papel histórico do rei fundador, Afonso Henriques. O mesmo Afonso Henriques que, se hoje voltasse à terra e visse a forma como este Governo envergonha a independência e a soberania nacional,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E visse o PCP!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... pela subserviência perante a União Europeia e perante o poder imperial dos Estados Unidos,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E a Rússia e o PCP?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... diria certamente ao CDS algumas coisas que o CDS não gostaria de ouvir.

Aplausos do PCP.

Protestos do CDS-PP e do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Embora não tenha tempo para responder, o Sr. Deputado vai ter um pedido de esclarecimento, surpreendentemente, do Grupo Parlamentar do CDS.

Risos do PCP.

Até 44 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, acho que também não era preciso tempo, porque o pedido de esclarecimento vai ser retórico.

Ó Sr. Deputado Alfredo Maia, vou dizer-lhe que, apesar de ter havido esse percalço e de o Governo se ter antecipado ao CDS, só para ouvir esta intervenção de V. Ex.^a já tinha valido a pena mantermos o agendamento, e portanto faço-lhe esta justiça.

Há outros méritos em manter o agendamento e em ter reformulado o projeto de resolução, mas confesso que não sei se algum deles está à altura do mérito da intervenção que V. Ex.^a aqui fez, porque podermos ouvir o PCP falar do seu patriotismo, a honrar o rei fundador, é um momento que é único.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Olhe que não!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quando se referiu ao momento atual, ou a um qualquer momento histórico de subserviência a uma união, ainda achei que também ia dizer que se penitenciava pela subserviência à União Soviética, mas, pronto, também já era pedir demais, Sr. Deputado.

Risos e aplausos de Deputados do PSD e da IL.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Olhe que não!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos continuar com as intervenções.

A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Chega e tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cardoso, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Camões, n'Os *Lusíadas*, falava daqueles que «pelas obras valorosas, se vão da lei da morte libertando». Há essas personagens que entram na história, que marcam a história, e que hoje, tantos séculos depois, continuam a ser recordados, a ser celebrados e a ser memorializados.

Um deles é o nosso pai fundador, o nosso único pai fundador, não de uma Constituição ou de um regime político que passa com o tempo, mas o pai fundador da pátria portuguesa, que nos transcende, que nos ultrapassa a todos, que ultrapassa o nosso tempo histórico, que ultrapassa os nossos mandatos, que ultrapassa tudo aquilo que fazemos.

Protestos de Deputados do PS.

Portugal é muito mais do que um líder, do que uma conjuntura.

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

Portugal é esta herança que teve como dia 1, como dia fundador, como o momento inicial, essa manhã inteira, clara e limpa...

Risos de Deputados do PSD e da IL.

... em que o rei D. Afonso Henriques teve esse momento de afirmação perante Castela, de querer declarar a soberania nacional.

Protestos da Deputada do L Filipa Pinto.

E hoje podemos trazer uma reflexão para este debate, para o nosso tempo, sobre o que é que isso significa, num tempo em que tantas são as imposições das agendas globalistas, em que são tantas as pressões migratórias, e não só, que parece que Portugal se está a desmoronar.

Portugal parece que está hoje num momento de decadência, que não oferece respostas às suas populações e que os portugueses perderam a esperança no seu País.

Protestos dos Deputados do L Filipa Pinto e Paulo Muacho.

Também por isso, saudamos as comemorações dos 900 anos da Batalha de São Mamede, para recordar Portugal está vivo, existe e quer ter futuro.

Aplausos do CH.

Portugal está vivo e quer ter futuro

Ontem como hoje, é preciso afirmar que perante os desafios, perante as ameaças internas e externas, Portugal não perecerá. Cá estaremos para o defender!

Portugal tem de afirmar a sua soberania, a sua identidade. Ontem como hoje, precisamos de uma nova reconquista, uma reconquista da soberania, uma reconquista da identidade, uma reconquista dos valores nacionais que vocês quiseram, ao longo destes 50 anos, destruir.

Aplausos do CH.

Protestos do L.

Por isso, não cederemos um milímetro na defesa das nossas convicções. Precisamos, hoje, de devolver a esperança a Portugal, e a comemoração destes 900 anos pode ser uma boa ocasião para isso. Para, diante dos problemas que enfrentamos — na saúde, na habitação, na escola — e que tantos debates aqui nos toldam, neste Parlamento, percebermos que Portugal é maior do que isso e que temos a obrigação e um dever histórico de responder aos portugueses.

Durante 50 anos falharam. Durante 50 anos, os partidos do sistema não conseguiram dar esperança, antes pelo contrário, e defraudaram as expectativas legítimas que a soberania popular depositou nos partidos para governarem. Não só não resolveram os problemas como os agravaram, como os perpetuaram.

Protestos do L e de Deputados do PS.

Pois o Chega, fundado e fundamentado nestes momentos que celebramos, que evocamos e que nos dão força, aqui estará para ser a voz dos portugueses comuns e para celebrarmos e lutarmos intransigentemente por Portugal e pelos portugueses.

Aplausos do CH.

Protestos do L e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do PSD e, até 6 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Descendo a Avenida D. Afonso Henriques — e só o nome já é simbólico —, quem chega vê a velha parede da Torre da Alfândega, da Vila de Baixo, onde pode ler, orgulhosamente, «Aqui nasceu Portugal».

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Esta comunidade é Guimarães. Os vimaranenses — há 50 anos, e há muito mais! — nunca esqueceram o momento fundador da nossa nacionalidade e são eles que o celebram. São eles que o celebram desde sempre, porque esta comunidade, do local onde a batalha decorreu, sempre celebrou este momento.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Não precisou de nenhum 5 de Outubro, 25 de Abril, 25 de Novembro. Não, não precisou! Precisou apenas de se juntar a 24 de junho para dizer àqueles que há 900 anos ousaram dizer «queremos traçar o nosso caminho»: estamos convosco, não nos esquecemos, vocês tinham razão, somos Portugal há 900 anos e nós, Guimarães, na primeira linha, sabemos sempre dizer «sim, estamos cá e continuamos a cá estar».

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E convidamos todos a associarem-se a nós neste momento. Se nunca o fizeram, podem fazê-lo agora, seja à boleia dos 899, dos 898, que é daqui a dois meses, ou dos 900 anos, que, esperamos todos, de forma clara, que seja um momento de união dos portugueses, Sr.^{as} e Srs. Deputados!

A Sr.^a **Ana Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — É o que está aqui em causa, a fundação da nossa identidade, da nossa Nação, e isso só se faz se estivermos todos de braços dados a celebrar este momento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sem divisionismos, sem falsas divisões, sem ideologias — nada!

Os portugueses não têm cor, os portugueses não têm partido, os portugueses, na sua essência, são portugueses!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Este é um momento marcante, porque não há Portugal sem o 24 de junho. Não há!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Grande comício!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Não há Portugal sem o 24 de junho! Por isso, celebremos, celebremos todos esta data...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Que grande comício!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — ... e aproveitemos para dizer àqueles distraídos, que só se lembram agora, quando discutimos isto, que Portugal existe há 900 anos e que foi ali que começou.

Por isso, aproveitemos este momento para unir. Temos tantas coisas em comum!

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa e contraprotestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Porque é que, neste momento de festa, temos de valorizar aquilo que nos separa? Se só valorizarmos o que nos separa não conseguiremos manter, de facto, a união que é interessante e fundamental neste momento.

Vozes do CH: — É importante!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Isso é para vós!

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do CH.

«É importante!»! Isso é para vós! Para mim, o importante é percebermos que esta comunidade, esta Nação que tem um passado riquíssimo e há de ter, com certeza, um futuro ainda mais rico, começou a 24 de junho de 1128. É para esse momento que devemos convergir, e já existem comissários, já existem comissões, existem grupos de trabalho, comissões científicas — tudo isto é importante para valorizar o momento. Mas o momento só é verdadeiramente importante se nos mobilizar a todos, se unir os portugueses. Nós estamos a precisar de pontos de união, de mobilização, e este é um momento importante.

Sinceramente, faço muitos votos para que, a 24 de junho de 2028, estejamos todos juntos a festejar e a dizer aos portugueses que, nos momentos-chave, conseguimos estar todos unidos e a lutar por aquilo que importa, que é a identidade da nossa Nação e o nosso futuro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Que grande comício!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, que tem até 1 minuto.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal não nasceu num gabinete, Portugal nasceu no terreno, com coragem, com identidade e com o povo.

Valorizar a nossa história, promover a nossa cultura e envolver os cidadãos na celebração da identidade portuguesa é de valorizar. Por isso, entendo que estas comemorações não podem ser um evento de elites, tem de ser um momento do País inteiro: das escolas, que ensinam a nossa história; das autarquias, que vivem o nosso território; e das associações, que mantêm viva a nossa identidade.

Um país que não envolve o povo na sua memória está a perder o seu futuro. Por isso, estamos aqui, acima de tudo, para garantir que Portugal se reconhece na sua própria história.

Aplausos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Parece que vamos passar à fase de encerramento... Posso?

Pausa.

Então, tem a palavra o Deputado João Almeida, para encerrar...

Pausa.

Pá!...

Risos da IL e de Deputados do CH.

Foi um desabafo que acho que todos compreendem!

Tem a palavra para intervir o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, da Iniciativa Liberal, que tem até 3 minutos.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É sempre importante assinalar este momento e relevar um facto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Chicão hoje vai falar também?!

Risos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Se olharmos para o ano em que tivemos a batalha de São Mamede, podemos ver que, na Europa, tínhamos um mosaico de várias entidades políticas de todo o tipo: reinos, condados, ducados e repúblicas às dezenas, às centenas, que todos os dias, todas as semanas, todos os meses tinham batalhas como a de São Mamede. As fronteiras mudavam a todo o momento, eram criadas dinastias, elas fundiam-se, elas extinguíam-se, e a todo o momento tudo mudava.

O momento em que se criou e autonomizou o Condado Portucalense, que depois foi sedimentando a sua independência, foi um momento como o que muitos outros Estados atravessaram. O que acontece é que, para a esmagadora maioria dos Estados que então existiam na Europa, hoje em dia, isso não são mais do que curiosidades históricas, mas Portugal conseguiu manter-se vivo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Na realidade, o grande milagre que aconteceu em todo esse processo histórico, ao longo dos 900 anos de história que se seguiram, foi que Portugal sobreviveu. Portugal é a exceção e não a regra dos vários Estados que existiam nessa altura.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Esse é um grande legado, que muito provavelmente Afonso Henriques não conseguiria imaginar, e é um momento que devemos assinalar. Mas esse momento não é só legado de Afonso Henriques, é o legado de todos aqueles portugueses que lhe sucederam. Na realidade, motivado por aquilo que provavelmente seria uma motivação pessoal, do seu próprio poder, Afonso Henriques criou uma obra muito maior do que aquele que seria o seu horizonte.

Por falar em horizonte, na realidade, quando se funda um país não se deixa uma obra, funda-se um horizonte,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — ... porque um país é uma obra que se cria a ela própria: dos vários Afonsos Henriques que se propagaram pela história, ao longo de 900 anos; dos vários portugueses que, pela sua iniciativa, pela sua capacidade e pela sua inteligência conseguiram perpetuar um país e, todos os séculos, continuar uma obra. Essa é a obra que Afonso Henriques nos deixou. Foi um horizonte, porque é isso que um país é: um horizonte nunca acabado, sempre aberto.

É esse horizonte que estamos aqui a continuar e é esse horizonte que podemos celebrar quando celebramos a batalha de São Mamede.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo Grupo Parlamentar do Livre, para uma intervenção até 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh, pá! Ninguém merece!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Rui, não está lá ninguém!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... De facto, se alguém do século XII viesse à nossa época e se apercebesse de que a Baviera, por exemplo, não é um Estado independente, mas que Portugal é, teria nisso um grande motivo de espanto.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Verdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A resposta a essa pergunta, de porque é que Portugal se mantém como um Estado-Nação relativamente homogéneo, quando comparado com qualquer outro na Europa, nomeadamente na Europa Ocidental, não está apenas nos que sucederam a Afonso Henriques. Está, acima de tudo, nos que o precederam.

A batalha de São Mamede é um momento num ciclo que vai até à bula *Manifestis Probatum*. Essa, sim, certifica... A Nação «não tem certidão de nascimento», como disse o Deputado João Almeida, citando José Mattoso, mas o reino tem.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exato!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Nessa certidão de nascimento, o que o Papa diz é que já está manifestamente provado há muito tempo que o Reino de Portugal e os portugalenses, como então se dizia, existem.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tal e qual!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E porquê? Talvez surpreenda algumas das pessoas que falaram, com eloquência certamente, nesta Sala: porque Afonso Henriques não é o primeiro a proclamar-se rei de Portugal. O primeiro a proclamar-se rei de Portugal foi o rei Garcia II da Galiza.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Proclamou-se, primeiro, rei da Galiza e Portugal, mas no seu túmulo está, ao contrário: de Portugal e Galiza.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ninguém quer saber!...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Teve de se assumir como rei de Portugal porque, já nessa altura — estamos a falar de 70 anos antes —, os nobres de Entre Douro e Minho estavam revoltados contra Galiza,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vem chatear toda a gente!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e ele teve de derrotar o conde portugalense, que era, na altura, Nuno Mendes — não confundir com o extraordinário lateral esquerdo que temos —, que não foi também o primeiro conde portugalense.

Ou seja, poderíamos estar a comemorar — e talvez devêssemos, se quiséssemos levar a sério a ideia de que não nascemos num só dia — não os 900 anos, mas mais do que isso. E não foi contra Castela, como foi aqui erradamente dito. Na altura, foi contra a Galiza, com a qual partilhávamos a língua, que hoje em dia é diferente. Temos de reconhecer, em Portugal... Quer dizer, os galegos têm oliveiras que dão olivas; em português, temos oliveiras que dão azeitonas. Isto é um caso de espanto, mas quer-nos dizer também uma coisa: o País nasceu lá em cima, mas só pôde subsistir porque ele é, desde o início, misturado. O galego, que veio de cima, misturou-se com o moçárabe, que havia cá em baixo e, evidentemente, essas azeitonas não nascem de «azeitoneiras»!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — «Azeitoneiras»?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Nascem da mistura que há, como dizia o Prof. Mattoso, da composição que se faz da oposição, que é inicial em Portugal.

Por isso, não faz sentido nenhum vir para aqui apresentar uma comemoração que não só nos deve unir como, acima de tudo, enriquecer e levar a conhecer melhor a história de Portugal colocando portugueses contra portugueses, ou tentando denunciar o patriotismo de alguns, querendo fazer deles portugueses não patrióticos.

Aí, Afonso Henriques, ou qualquer outro daqueles que deram a vida inteira por Portugal, veria como causa de grande vergonha haver quem viesse para um debate nesta Casa, que foi de Alexandre Herculano, impugnar o...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora, assim é que está bem, calado!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, que tem até 1 minuto para o efeito.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É sobre a Palestina!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, a Batalha de São Mamede é um marco importante na fundação, na criação, na imaginação do território a que hoje chamamos Portugal e associamo-nos inteiramente a essas celebrações, que vão acontecer daqui a dois anos.

Não tirando nenhuma oportunidade ao projeto de resolução do CDS, cuja pressa no agendamento só as razões do próprio partido explicarão, permite-nos debater no Hemiciclo — a batalha que temos de fazer — a ideia de país, que se realiza de várias formas, que tem várias datas, mas que, creio eu, pela natureza do debate que estamos a ter agora, se deve afirmar da seguinte forma: nos 900 anos que se realizam em 2028, certamente que os 50 anos que já se cumpriram de democracia portuguesa são aqueles em que o nosso sentido patriótico se afirmou melhor, porque Portugal é uma nação antiga que se realiza na sua pluralidade, na sua existência diversa, e que tem várias manifestações.

Creio que é isso que, nestes 900 anos de história que se assinalarão daqui a dois anos, é muito importante, sobretudo para distinguirmos o mito da realidade e para termos um horizonte de futuro que mereça a história do País.

Aplausos de Deputados do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Agora sim, para a intervenção de encerramento, até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Agradeço, sinceramente, a todos os Srs. Deputados que intervieram neste debate, porque acho que, independentemente da forma como cada um usou da palavra — se puxou mais para a vertente histórica ou se puxou mais para a leitura que, para futuro, se deve fazer —, há algo que é evidente. Dizia, na intervenção inicial de apresentação do projeto, que devíamos, com esta celebração, celebrar aquilo que de comum todos temos, e aquilo que de comum todos temos é esta origem.

Muitas vezes, falamos aqui deste ou daquele chão comum. Sinceramente, o chão comum que existe são estes 900 anos de história. O chão comum que existe é a portugalidade. O chão comum que existe é este Estado-Nação, que tem, de facto, uma história que pasmaria muitos se cá viessem — como disse o Sr. Deputado Rui Tavares, e é verdade. Como é que subsistiu, quando outros, que pareciam robustos e capazes de resistir ao tempo e ao desgaste, não o conseguiram? Portanto, é isso que importa e é isso que se deve valorizar.

Para terminar, fazia apenas duas referências, que acho que são justas. Em primeiro lugar, à sociedade civil, designadamente à Sociedade Histórica da Independência de Portugal, que promoveu, em termos de sociedade civil, a intenção de realizar estas comemorações e de lhes dar dignidade. E, porque acho que é justo terminarmos com o início, ao município de Guimarães, que representa todos os vimaranenses que, literalmente, desde a nossa fundação lutaram para que o nosso país fosse o que é.

Não é por acaso que o feriado municipal é também a 24 de junho: desde a nossa fundação que Guimarães luta pela nossa independência.

Se todos somos o que somos, devemos-lo a este povo e a esta coragem de Afonso Henriques, em primeiro lugar, porque em todos representa aquilo que somos.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, permita-me que faça minhas as suas palavras e que agradeça pelo excecional debate que tivemos neste ponto.

Peço aos serviços que abram a verificação de quórum, para podermos entrar então no último ponto da nossa ordem de trabalhos, que consiste nas votações regimentais.

Pausa.

Algum Deputado que não se tenha conseguido registar?

Pausa.

Peço então aos serviços que encerrem a verificação de quórum.

Vamos dar início às nossas votações.

Começamos pelo Projeto de Voto n.º 480/XVII/1.^a (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte do Maestro Álvaro Cassuto. Estão presentes familiares que cumprimentamos, em especial a sua esposa Clara Cassuto.

Para ler o projeto de voto, tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«No passado 6 de abril, faleceu, aos 87 anos, o Maestro Álvaro Leon Cassuto, uma das mais notáveis figuras da música portuguesa contemporânea.

Nascido no Porto, a 17 de novembro de 1938, licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Estudou violino e piano e tornou-se compositor, tendo sido o primeiro português a compor segundo o sistema dodecafónico. Afirmou-se principalmente, porém, enquanto maestro. Estudou direção de orquestra no Conservatório de Viena e aprendeu com mestres como Pedro de Freitas Branco e Herbert von Karajan.

Foi Maestro Diretor da Orquestra Sinfónica da RDP, fundador da Nova Filarmonia Portuguesa, Diretor Artístico e Maestro Titular da Orquestra Sinfónica Portuguesa, Diretor Artístico da Orquestra Metropolitana de Lisboa e fundador da Orquestra do Algarve. Dirigiu ainda importantes orquestras em todo o mundo, incluindo Los Angeles, Paris, São Petersburgo e a Filarmónica da BBC.

Com uma prestigiada carreira, traçada entre Portugal e o mundo, devemos-lhe sobretudo o empenho que colocou na revitalização e divulgação de compositores nacionais como Vianna da Mota, Domingos Bontempo, Marcos Portugal e Joly Braga Santos, de quem foi amigo e colaborador. Recebeu, entre inúmeras distinções nacionais e internacionais, a Ordem Militar de Sant'Iago da Espada.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, manifesta profundo pesar pela morte do Maestro Álvaro Cassuto e presta tributo ao seu percurso singular como compositor, maestro e divulgador da música portuguesa. Endereça sentidas condolências à família, aos amigos, aos admiradores e às diversas instituições com que trabalhou, na certeza de que o seu legado artístico e cultural perdurará.»

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Façamos, agora, 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Peço aos serviços que tenham em consideração que o Sr. Deputado Fabian Figueiredo está presente — o sistema nos *écrans* não está a reconhecer —, para constar da verificação de quórum.

Estão a decorrer votações, pelo que o silêncio no Hemiciclo é regra regimental.

Prosseguimos com a votação do Projeto de Voto n.º 473/XVII/1.^a (Comissão de Saúde) — De saudação pelo Dia Mundial da Saúde Oral.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

De seguida, vamos votar o Projeto de Resolução n.º 812/XVII/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Madrid.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 753/XVII/1.ª (Comissão de Assuntos Europeus) — Adoção pela Assembleia da República das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito de escrutínio, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2026.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e o voto contra do PCP.

Segue-se a votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 63/XVII/1.ª (GOV) — Altera a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, relativa às regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP, o voto contra do PCP e as abstenções do PS e do BE.

Esta iniciativa baixa à 5.ª Comissão.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 542/XVII/1.ª (PAN) — Procede à alteração da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, reduzindo os prazos de pagamento em atraso das entidades públicas e criando um regime especial aplicável às Associações Humanitárias de Bombeiros.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e da IL.

Vamos continuar as votações na generalidade, agora com a Proposta de Lei n.º 64/XVII/1.ª (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2023/2226 e a Diretiva (UE) 2025/872, de 14 de abril de 2025, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade, e a alterar o Regime do Imposto Mínimo Global.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções da IL e do PCP.

Esta iniciativa baixa à 5.ª Comissão.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 801/XVII/1.ª (BE) — Pela taxação justa dos milionários e dos multimilionários.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Seguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 455/XVII/1.ª (CH) — Estabelece o regime de reembolso das despesas de funeral para menores, dependentes e pessoas com incapacidade permanente e absoluta para o trabalho.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções do L e do PCP.

Esta iniciativa baixa à 10.ª Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 411/XVII/1.ª (PAN) — Procede ao aumento do subsídio de funeral em caso de falecimento de menores de 18 anos e de pessoas maiores acompanhadas, alterando o Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP e os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 436/XVII/1.ª (JPP) — Altera o artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 322/90, de 18 de outubro, alargando o reembolso de despesas de funeral aos casos de falecimento de menores e de pessoas com deficiência/incapacidade.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP e os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 438/XVII/1.ª (L) — Aumenta o valor do subsídio de funeral a atribuir pela Segurança Social em caso de morte de uma criança.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CH, os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CDS-PP.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 456/XVII/1.ª (PS) — Reforça o valor do subsídio de funeral, em particular no caso de morte de menor ou de titular do estatuto de maior acompanhado, procedendo à décima oitava alteração do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, o voto contra do PSD e a abstenção do CDS-PP.

Esta iniciativa baixa à 10.ª Comissão.

Vamos proceder à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 464/XVII/1.ª (PCP) — Aumenta o montante do subsídio de funeral em caso de morte de menor de 18 anos ou de pessoas com deficiência, alterando o Decreto-lei n.º 176/2003, de 2 de agosto.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP e os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 537/XVII/1.ª (IL) — Aumenta o subsídio de funeral de crianças e jovens.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CH, os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CDS-PP.

Vamos votar agora, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 546/XVII/1.ª (BE) — Aumenta o valor do subsídio de funeral no caso de morte de menor de 18 anos e de pessoa com incapacidade.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP e os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

A Sr.ª Deputada Isaura Morais está a pedir a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, era para referir que o PSD apresentará uma declaração de voto por escrito relativamente às últimas oito votações por as considerarmos extemporâneas.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.ª Deputada, basta dizer que fará a declaração de voto. Os motivos seguirão por escrito.

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, no mesmo sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também apresentará uma declaração de voto por escrito relativamente às últimas oito votações.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Mais alguma declaração de voto?

Pausa.

Parece que não.

Seguimos, então, com a votação do Projeto de Resolução n.º 832/XVII/1.^a (PCP) — Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 132/2025, de 24 de dezembro, que cria a Agência para a Investigação e Inovação, E.P.E., com a transformação da Agência Nacional de Inovação, S.A., e a fusão da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., bem como à aprovação do respetivo regime jurídico.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e do L.

Vamos passar à votação global, em conjunto, das Propostas de Resolução n.ºs 9/XVII/1.^a (GOV) — Aprova o Acordo de Parceria e Cooperação Reforçadas entre a União Europeia e os seus Estados Membros, por um lado, e a República do Quirguiz, por outro, feito em Bruxelas, em 25 de junho de 2024, e 10/XVII/1.^a (GOV) — Aprova o Acordo de Parceria e Cooperação Reforçadas entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Usbequistão, por outro, feito em Bruxelas, em 24 de outubro de 2025.

Submetidas à votação, foram aprovadas, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP e do JPP, o voto contra do PCP e as abstenções do BE e do PAN.

Vamos proceder à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 501/XVII/1.^a (IL) — Promove a concorrência no transporte rodoviário através do acesso aberto a terminais e interfaces.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do L, do PAN e do JPP, o voto contra do PCP e as abstenções do PSD, do CH, do CDS-PP e do BE.

Esta iniciativa baixa à 14.^a Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 550/XVII/1.^a (L) — Garante o acesso dos operadores de transportes públicos aos interfaces rodoviários, beneficiando os utilizadores.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e da IL.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 752/XVII/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo medidas para assegurar o acesso livre, equitativo e não discriminatório aos terminais rodoviários de passageiros, uniformizar o respetivo quadro técnico e funcional, prevenir conflitos de interesse na sua gestão e reforçar o regime sancionatório.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e o voto contra do PCP.

Esta iniciativa baixa à 14.^a Comissão.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 776/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que proceda a uma auditoria nacional ao funcionamento dos terminais rodoviários e às práticas concorrenciais do setor.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra da IL e do PCP e as abstenções do PSD, do L e do CDS-PP.

Esta iniciativa baixa à 14.^a Comissão.

Proseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 798/XVII/1.^a (PCP) — Investimento nos terminais de transportes rodoviários e melhoria do serviço às populações.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do PCP, do BE e do JPP e as abstenções do CH, do L e do PAN.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 735/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que fixe, excecionalmente, as margens máximas de comercialização de combustíveis.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 738/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo o reembolso de 100 % do IVA pago em bens essenciais para famílias de baixos rendimentos.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, da IL e do PCP.

Seguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 509/XVII/1.^a (PAN) — Prevê a monitorização dos preços dos bens alimentares e a proteção do consumidor contra condutas especulativas e ilícitos concorrenciais.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 510/XVII/1.^a (PAN) — Determina a reposição do IVA Zero nos produtos do cabaz alimentar essencial entre os dias 18 de maio e 15 de novembro de 2026, alterando a Lei n.º 17/2023, de 14 de abril.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL e do PCP.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 533/XVII/1.^a (CH) — Prevê a redução temporária da taxa de IVA sobre os combustíveis para a taxa intermédia.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL, do L e do PCP.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 534/XVII/1.^a (CH) — A presente lei estabelece a aplicação temporária da taxa de 0 % do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) a um conjunto de bens essenciais, designado por cabaz alimentar.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL, do L e do PCP.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 548/XVII/1.^a (BE) — Isenção temporária de IVA sobre os produtos essenciais do cabaz alimentar.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e do PCP.

Proseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 549/XVII/1.ª (BE) — Baixa temporária do IVA dos combustíveis e do gás.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE e do JPP e as abstenções do PS e do PAN.

De seguida, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 797/XVII/1.ª (PCP) — Combate à especulação e controlo de preços de bens e serviços essenciais.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 799/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de proteção das famílias e das empresas perante o aumento do custo de vida provocado pelo conflito no Médio Oriente.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 803/XVII/1.ª (IL) — Por uma resposta à inflação e ao aumento dos preços dos combustíveis.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD, do PCP e do CDS-PP e as abstenções do L e do BE.

Este diploma baixa à 5.ª Comissão.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, peço a palavra para dizer que iremos apresentar uma declaração de voto escrita sobre o projeto que acabámos de votar.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Está registado, Sr. Deputado, e o Bloco de Esquerda também apresentará uma declaração de voto escrita sobre a mesma iniciativa.

Agora, passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 142/XVII/1.ª (PCP) — Criação de uma rede pública de creches.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS e da IL.

Passamos, de seguida, à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 143/XVII/1.ª (PCP) — Alargamento da rede pública de educação pré-escolar.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Seguimos agora para a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 254/XVII/1.ª (PAN) — Garante a gratuidade dos mecanismos de acompanhamento das atividades das crianças no âmbito da medida da gratuidade das creches.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e da IL.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 357/XVII/1.ª (BE) — Inclusão das creches no sistema educativo.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 551/XVII/1.ª (L) — Integra a educação na primeira infância no sistema educativo e incumbe o Estado de criar uma rede universal e gratuita.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 771/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que equacione a criação de benefícios fiscais para as empresas que criem creches para os filhos dos trabalhadores.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do L, do PCP e do BE e as abstenções do PS e da IL.

Esta iniciativa baixa à 10.ª Comissão.

Agora, passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 779/XVII/1.ª (PS) — Reforça as repostas sociais na infância, lançando uma nova vaga de equipamentos no âmbito do PARES.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP.

Este diploma baixa à 10.ª Comissão.

Seguimos para a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 791/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta o alargamento das atividades incluídas na gratuidade no Programa Creche Feliz para as famílias em situação de vulnerabilidade.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS e da IL.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 795/XVII/1.ª (IL) — Pelo reforço da oferta de creches e da liberdade de escolha das famílias.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP e do BE, os votos a favor do CH, da IL, do PAN e do JPP e a abstenção do CDS-PP.

De seguida, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 25/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que, no âmbito das comemorações dos 900 anos da Batalha de São Mamede, garanta o reforço da participação da sociedade civil, das academias, das autarquias e das escolas.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Esta iniciativa baixa à 12.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 774/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a valorização das comemorações dos 900 anos da Batalha de São Mamede, em articulação com o Município de Guimarães.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Esta iniciativa baixa também à 12.^a Comissão.

Passamos, de seguida, à votação do Projeto de Resolução n.º 712/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que assegure a transparência nos processos de apoio relativos às tempestades.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções do L e do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora, ora! O PS é mais transparente do que o PSD!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Prossequimos com a votação do Projeto de Resolução n.º 659/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a integração dos técnicos especializados do Instituto da Segurança Social, I. P., contratados no âmbito do PRR.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do L e do PCP.

A Sr.^a **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, o PS irá apresentar uma declaração de voto escrita sobre esta iniciativa.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Está registado, Sr.^a Deputada.

Seguimos para a votação do Projeto de Resolução n.º 281/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que proceda a um conjunto de atuações, no âmbito das condições de habitação e de autonomia e independência das pessoas com deficiência, incluindo a criação de uma linha de crédito bonificada.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do L, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL, do PCP e do CDS-PP.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 688/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que promova a urgente conservação e reabilitação da Igreja de Santa Catarina e do Convento dos Paulistas, em Lisboa.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do L e do CDS-PP.

Segue-se a votação de um requerimento, apresentado pelo PAN, a solicitar a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º 733/XVII/1.^a (PAN) — Pela prorrogação do regime europeu de deteção de conteúdos de abuso sexual de menores em linha previsto no Regulamento (UE) 2021/1232 do Parlamento Europeu e do Conselho, e pelo reforço da proteção das crianças no espaço digital.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos agora votar o Projeto de Resolução n.º 662/XVII/1.^a (PAN) — Cria um grupo de trabalho para o acompanhamento das referências a Portugal nos «Ficheiros Epstein».

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do PCP, do CDS-PP e do BE, os votos a favor do PAN e do JPP e as abstenções do CH, da IL e do L.

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 692/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para assegurar o regular funcionamento dos tribunais e serviços do Ministério Público na Comarca de Portalegre.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções do L e do PCP.

Vamos agora votar o Projeto de Resolução n.º 718/XVII/1.ª (PAN) — Por medidas de prevenção e combate à extorsão sexual e burlas românticas em contexto digital, com especial enfoque nas crianças e jovens.

Burburinho na Sala.

Peço silêncio! É regimental o silêncio durante as votações. É o único momento em que não há mesmo apartes.

Vamos, então, proceder à votação do Projeto de Resolução n.º 718/XVII/1.ª.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado Almiro Moreira fez sinal à Mesa indicando que o PSD apresentará uma declaração de voto escrita sobre a última votação.

Passamos, de seguida, à votação do Projeto de Resolução n.º 725/XVII/1.ª (PAN) — Pela mitigação do aumento dos preços dos bens alimentares e pelo reforço do apoio às famílias e da resiliência do sistema alimentar.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e da IL.

Prosseguimos com a votação do Projeto de Resolução n.º 755/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo o reconhecimento e a proteção dos ex-trabalhadores das Minas da Urgeiriça e seus familiares.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

Segue-se a votação do Projeto de Resolução n.º 728/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de critérios técnicos e científicos para a salvaguarda, reintegração e recuperação de elementos arquitetónicos e artísticos integrados em imóveis de reconhecido valor patrimonial, com intervenção urgente e prioritária no Forte de Nossa Senhora da Graça, em Elvas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP e do BE.

Segue-se a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º 599/XVII/1.ª (PS) — Pela promoção estruturada da dádiva voluntária e regular de sangue.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

De seguida, passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 42/XVII/1 (GOV) — Altera o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Seguimos para a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Economia e Coesão Territorial, relativo ao Projeto de Resolução n.º 626/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a criação urgente do Fundo para Catástrofes Naturais.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções do L, do PCP e do BE.

Vamos agora votar um requerimento, apresentado pelo PSD, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, aditado ao artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1-A/2026, de 6 de janeiro, pelo artigo 2.º do texto final apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação relativo à Apreciação Parlamentar n.º 6/XVII/1.^a (PS) — Decreto-Lei n.º 1-A/2026, de 6 de janeiro, que altera o Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas Regiões e à Apreciação Parlamentar n.º 7/XVII/1.^a (CH) — Decreto-Lei n.º 1-A/2026, de 6 de janeiro — Altera o Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas Regiões.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PCP.

Passamos agora ao guião suplementar.

No âmbito da alteração ao Decreto-Lei n.º 1-A/2026, de 6 de janeiro, vamos proceder à votação, na especialidade, de uma proposta que incide sobre o artigo 2.º do referido decreto-lei.

Votamos a proposta, apresentada pelo PSD, de substituição do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do CH, do PS, do L, do BE, do PAN, do JPP e dos Deputados do PSD Francisco Pimentel, Nuna Menezes e Paulo Moniz, os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, era para fazer uma retificação.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pode fazer a retificação agora, antes da votação final global.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, é para confirmar que o sentido de voto do PCP relativamente à votação do Projeto de Resolução n.º 688, do Chega, foi abstenção.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Sr. Deputado.

Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo à Apreciação Parlamentar n.º 6/XVII/1.^a (PS) — Decreto-Lei n.º 1-A/2026, de 6 de janeiro, que altera o Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas Regiões e à Apreciação Parlamentar n.º 7/XVII/1.^a (CH) — Decreto-Lei n.º 1-A/2026, de 6 de janeiro — Altera o Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas regiões.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do BE, do PAN, do JPP e dos Deputados do PSD Francisco Pimentel, Nuna Menezes, Paulo Moniz, Paulo Neves, Pedro Coelho e Vânia Jesus, o voto contra do PSD e as abstenções da IL, do PCP e do CDS-PP.

Aplausos do CH, com os Deputados Ana Martins e Francisco Gomes de pé, do PS, com os Deputados Emanuel Câmara, Francisco César e Sofia Canha de pé, do L, do BE e do JPP, de pé.

O Sr. Deputado Francisco César pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Sr. Presidente, é para anunciar à Câmara que o PS irá apresentar uma declaração de voto oral, no final.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado Pedro Coelho pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — Sr. Presidente, para anunciar à Câmara que os Deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral da Madeira irão apresentar uma declaração de voto escrita sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Antes de passarmos às declarações de voto orais, vamos só fazer a votação do Parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados.

Para ler o parecer, tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa Francisco Figueira.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco — Juízo Local Criminal de Castelo Branco — Juiz 2, inquérito 1073/25.9T9CTB, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar do Sr. Deputado João Ribeiro (CH), no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos então passar à declaração de voto oral do Partido Socialista. Para o efeito, tem palavra o Sr. Deputado Francisco César, que dispõe de até 2 minutos.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me que faça esta declaração de voto do Partido Socialista de uma forma um pouco diferente.

Começo por contar uma pequena história. Na viagem que fiz, na terça-feira passada, entre Ponta Delgada e Lisboa, vinha ao meu lado uma estudante universitária açoriana, de 21 anos, que estuda Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e que me disse que só vinha na terça-feira porque não tinha tido a possibilidade de pagar a passagem aérea na segunda-feira e por isso tinha perdido um dia de aulas. Isto porque a passagem estava acima do teto máximo...

O Sr. **Emanuel Câmara** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Francisco César** (PS): — ... e que nem tinha conseguido aceder à plataforma para receber aquilo que lhe era devido. E aquilo que eu lhe prometi, em nome do Partido Socialista, é que nós não iríamos falhar e iríamos resolver o problema.

Hoje, com orgulho, posso dizer que nós não falhámos e que este Parlamento resolveu o problema. Hoje corrigimos este erro, não alteramos apenas um regime, estamos a repor um direito.

Esta vitória teve um custo, e este custo foi pago pelos açorianos, pelos madeirenses e porto-santenses, com dificuldades, incertezas e perda de confiança. Mas há uma coisa que deve ficar clara, e nós não esquecemos: as regiões autónomas não são um detalhe, não são um território que possa ser tratado com leviandade. Hoje é um dia de vitória, mas também é a demonstração de que para defender a nossa terra não basta estar, é preciso fazer. E o Partido Socialista, hoje, fez pelos Açores e pela Madeira.

Aplausos do PS, tendo os Deputados Carlos Pereira, Emanuel Câmara, José Luís Carneiro e Júlia Rodrigues aplaudido de pé.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, eu podia ser taxativo e dizer que já deviam ter avisado, mas relembro agora que quem quiser fazer declaração de voto oral sobre esta temática deve informar rapidamente a Mesa para sabermos como é que nos podemos orientar.

Já temos inscrições para mais três declarações de voto oral. A primeira é do Grupo Parlamentar do Chega. Para o efeito, dispondo de até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gomes.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O que a votação de hoje demonstra é que existem duas interpretações muito claras do que é ser autonomista na Nação portuguesa. A primeira versão é que o autonomista é aquele que, em campanha, nos arraiais, nas festas partidárias, enche a boca com a autonomia, bate no peito a falar de autonomia, mas chega a São Bento e esquece-se das promessas que faz.

A segunda versão do autonomista é aquela que venceu hoje, de gente que colocou de lado divergências partidárias e trabalhou em prol de um bem maior.

Esse bem maior foi claro. É que, estejamos nós no Minho, no Algarve, no Centro, na Madeira ou nos Açores, nenhum português vai ser amarrado em jaulas feitas de mar, no meio do Atlântico.

Aplausos do CH.

Nenhum português vai ser tratado como um português de segunda ou de terceira.

O que foi aqui afirmado é que, quando nós queremos, o interpartidarismo funciona. Quando nós queremos, a democracia funciona. Quando nós queremos, este Parlamento é uma verdadeira Casa de serviço a todos aqueles portugueses que recusam estar por baixo dos pés de companhias aéreas, recusam estar por baixo de pés de interesses privados, recusam estar debaixo de pés de caciques partidários...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — ... que enchem a boca de autonomia na Madeira e traem a autonomia em São Bento. Nós estamos aqui para defender a Madeira, estamos aqui para defender os Açores e, nisto, estamos aqui para defender Portugal! Por Portugal e pelos portugueses!

Aplausos do CH.

Parabéns, Madeira! Parabéns, Açores! Parabéns, Assembleia da República!

Aplausos do CH e dos Deputados do PS Carlos Pereira, Emanuel Câmara e Francisco César.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, ainda temos mais quatro declarações de voto orais — e são mesmo quatro, já não há mais nenhuma inscrição. Isto foi porque entraram por telefones diferentes, e por isso vou aceitar.

Em primeiro lugar, dou a palavra ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Entendo que o Parlamento, a Casa da democracia, fez história.

Estão de parabéns todos os portugueses que residem nas ilhas: madeirenses e açorianos.

Quero deixar um agradecimento profundo ao empenho de todos os partidos nesta Casa, que fizeram com que...

Voz do PS: — Muito bem!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — ... resultasse um documento que de alguma forma reuniu consenso — não digo global — neste Parlamento, e que, acima de tudo, veio reconhecer efetivamente que a democracia funciona. Veio também deixar um alerta a todos os nossos governantes no sentido de que somos verdadeiramente portugueses. Somos ilhéus, mas acima de tudo somos verdadeiramente portugueses.

Por isso, quero deixar um agradecimento, por um lado, a todos os que confiaram na minha pessoa para dar voz aos madeirenses e deixar um agradecimento muito especial não só ao Partido Socialista, mas também ao Partido Chega, porque, sem eles, seguramente, a vitória da democracia, a vitória da população e dos portugueses que residem nas ilhas não seria possível. Acho que é justo deixar este agradecimento.

É claro que, desde a primeira hora, desde que entrei nesta Casa, empenhei-me de coração nesta causa. Mas, sem estes dois partidos, reconheço, com toda a humildade, que não teria sido possível. Portanto, deixo um agradecimento, acima de tudo, aos madeirenses que confiaram na minha pessoa, no JPP, para esta luta que, finalmente, hoje fez história.

Aplausos dos Deputados do PS Carlos Pereira e Emanuel Câmara.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima declaração de voto é do PSD e será feita pelo Sr. Deputado Alexandre Poço.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PSD junta-se também a este período de declarações de voto orais para dizer o seguinte.

Em primeiro lugar, temos muito orgulho de termos sido nós, num Governo liderado pelo PSD, a criar este subsídio social de mobilidade, em 2015.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Em segundo lugar, foi já com o atual Governo da AD, liderado por Luís Montenegro, que baixámos os preços quer para os madeirenses quer para os açorianos. Com isso, melhorámos o acesso ao subsídio social de mobilidade e, por sua vez, à deslocação totalmente legítima, um direito de todos os portugueses de se conseguirem mover das regiões autónomas para o continente e do continente para as regiões autónomas.

Mas há uma terceira nota, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Nesta Casa, era preciso que vários grupos parlamentares tivessem de comer muita papa Maizena...

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... para virem dar lições ao PSD. Repito, era preciso comerem muita papa Maizena para virem dar lições ao PSD sobre autonomia.

Risos do Deputado do PS Carlos Pereira.

Porque aquilo que o PSD faz, desde 1976, é valorizar, respeitar e desenvolver as autonomias da Madeira e dos Açores.

Aplausos de Deputados do PSD.

Portanto, não levamos lições de autonomia daqueles que, em Lisboa, julgam que conseguem vender ao PSD uma ideia de autonomia que não é aquela. Nunca vergaremos as nossas convicções!

Mas permita-me ainda mais uma nota, Sr. Presidente.

Foi com especial embaraço que assisti a um momento que há pouco aqui aconteceu e que ficará para a história. O Partido Socialista aprovou, neste processo, propostas do Partido Chega. Não foi apenas e só o Partido Chega — como já conhecíamos — a dar a mão ao Partido Socialista. Foi mais, ficou registado também como momento histórico ver Deputados do Partido Socialista, que passam a vida a falar de linhas vermelhas ao Partido Chega,...

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Claro!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... juntarem-se, num aplauso final, às declarações do Deputado do Partido Chega.

Protestos do CH e dos Deputados do PS Carlos Pereira e Emanuel Câmara.

Por último, como já disse o Secretário-Regional do Turismo do Governo da Madeira, este acabar com os limites no subsídio social de mobilidade pode pôr em causa e aumentar, sim, o preço das viagens para todos aqueles que dele beneficiam.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima declaração de voto é do Sr. Deputado Fabian Figueiredo, a quem dou a palavra.

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Srs. Deputados, está um Deputado à espera de silêncio para poder fazer a sua declaração de voto. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Assembleia da República esteve bem em corrigir o modelo errado de subsídio social de mobilidade que o PSD do continente desenhou. E quero cumprimentar os Deputados dos Açores e da Madeira eleitos pelo PSD que certamente não se reconhecerão no que o Deputado Alexandre Poço acabou de dizer.

A distância entre Lisboa e o Funchal e Ponta Delgada fica hoje mais curta no estrito cumprimento da coesão territorial que a Assembleia da República tem de promover.

O País tem hoje um modelo de subsídio social de mobilidade mais justo, mais equilibrado e que honra o País que somos e que tem duas regiões autónomas.

Nem podia ser de outra forma. Ninguém quis, aliás, neste debate, dar lições sobre a construção das autonomias dos Açores e da Madeira, que comporta certamente o contributo de vários partidos, mas funde-se neste consenso a que conseguimos chegar na Assembleia da República. É por isso que este modelo é saudado por qualquer partido, no Funchal ou em Ponta Delgada.

O que assinalamos, infelizmente, é a hipocrisia de quem, com o desconforto de não se juntar ao voto favorável para a aprovação deste modelo que é equilibrado, sinta a necessidade de atacar outros partidos. Isto quando teria sido fácil chegar a uma solução sensata e aprová-la por unanimidade, porque ela é equilibrada e é necessária para acabar com vários problemas de sub-cidadania, que qualquer açoriano das nove ilhas ou qualquer madeirense ou porto-santense sente em vários momentos da sua vida rotineira.

Tivemos, há poucos minutos, um debate sobre os 900 anos daquilo a que chamamos identidade nacional. E se há coisa que caracteriza a nossa identidade é o facto de o território existir no continente e em duas regiões autónomas. E nós honramos o que somos, garantindo que um açoriano tem os mesmos direitos que um lisboeta e que um madeirense tem os mesmos direitos que um portuense.

É nestes momentos, pelas razões certas, que ainda bem que se confirmam maiorias tão amplas, porque Portugal é os Açores, é a Madeira e é todo o seu território continental.

Aplausos de Deputados do PS e do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima declaração de voto é do Grupo Parlamentar do Livre. Tem a palavra Sr. Deputado Jorge Pinto.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há uns dias, celebrámos nesta Casa os 50 anos da Constituição da República Portuguesa. Com essa celebração e comemoração, celebrámos também os 50 anos das autonomias dos Açores e da Madeira.

Aquilo que hoje fizemos foi também celebrar essa autonomia, porque a autonomia não é, nem poderá nunca ser, isolamento; a autonomia não é, nem poderá nunca ser, dizer que há uns portugueses de primeira e que há portugueses de segunda.

O que hoje fizemos foi um amplo consenso, que só não foi unânime, porque o PSD se excluiu da própria negociação em sede de especialidade e quis sempre trazer, como fez com esta avocação, a sua posição sobrepondo-se à posição de toda a restante Câmara, com a arrogância com que tem marcado esta legislatura

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — O que esta Câmara hoje fez — e bem —, de maneira consensual, foi trazer justiça: justiça aos portugueses da Madeira, justiça aos portugueses dos Açores.

Um Estado que tem alguém — como aqui ouvimos, um exemplo real, por coincidência, de alguém que conheço — que não pode vir no dia em que deveria vir para o continente para estudar e com isso perder um dia de aulas, é um Estado que está a falhar com estas pessoas. Um Estado que tem alguém que, devendo vir para uma consulta médica ou por qualquer outra razão, tem de adiar a sua vinda porque não consegue pagar a sua passagem é um Estado que está a falhar com essa pessoa.

O que fizemos hoje foi, na continuação do dia 2 de abril, a celebração das autonomias. Mas das autonomias como elas devem ser: autonomias que são ligadas ao País, autonomias que pertencem ao País. Porque é disto que se trata, de coesão territorial, onde o mar não é uma fronteira, mas é uma ponte que nos une a todos.

Acho que estamos todos de parabéns, porque fizemos justiça. Certamente que os madeirenses e os açorianos estarão reconhecedores do trabalho que a Assembleia da República fez.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, damos por concluída a nossa sessão de hoje. A próxima reunião plenária será na quarta-feira, dia 15 de abril, com ordem de trabalhos preenchida com o debate com o Sr. Primeiro-Ministro, como consta nos suportes institucionais da Assembleia da República. Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 53 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Relativas aos Projetos de Lei n.ºs [455/XVII/1.ª](#), [411/XVII/1.ª](#), [436/XVII/1.ª](#), [438/XVII/1.ª](#), [456/XVII/1.ª](#), [464/XVII/1.ª](#), [537/XVII/1.ª](#), [546/XVII/1.ª](#).

O regime jurídico do subsídio de funeral, consagrado no Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, integra o subsistema de proteção familiar e visa compensar encargos imediatos e inevitáveis suportados pelo agregado

familiar em consequência do falecimento de um dos seus membros, nomeadamente menores, nascituros e pessoas com incapacidade permanente e absoluta para o trabalho.

A experiência de aplicação do regime evidencia a insuficiência do montante atualmente fixado e uma situação de grande injustiça social, sobretudo nos casos enunciados, de acrescida vulnerabilidade económica, em que o encargo recai integralmente sobre o agregado familiar, sem possibilidade de compensação através de rendimentos próprios do falecido ou do sistema previdencial, atenta a natureza das situações.

O Governo anunciou ontem, em Conselho de Ministros, a aprovação de um decreto-lei que visa aumentar o subsídio de funeral nas situações de morte de menor e nascituro, bem como de pessoa com incapacidade permanente e absoluta para o trabalho. Nestes casos, o subsídio de funeral passa para 1611,39 € (o equivalente a 3 IAS), aumentando o valor previsto da prestação que era, até agora, de 268,57 € (equivalente a 0,5 IAS).

Com a decisão anunciada pelo Governo, é corrigida uma situação de enorme injustiça social, dando-se finalmente uma resposta ajustada à realidade económica dos agregados familiares e às situações de maior incidência de encargos funerários, sem, contudo, desvirtuar a natureza do subsídio de funeral enquanto prestação inserida no subsistema de proteção familiar, de carácter compensatório e não indemnizatório.

Não obstante não se encontrar ainda formalizado e publicamente divulgado o referido diploma, entende o Grupo Parlamentar do PSD que a solução anunciada acolhe, em termos substanciais, as preocupações subjacentes às iniciativas em apreciação, assegurando uma abordagem mais equilibrada entre o reforço da proteção social e a preservação da coerência sistemática do regime.

Neste contexto, a aprovação das iniciativas em apreço revelar-se-ia não só redundante, face à intervenção já assumida pelo Governo, como potencialmente geradora de soluções incoerentes, com impacto na estabilidade do regime jurídico.

Assim, sem prejuízo do reconhecimento da relevância da matéria e da necessidade de reforço da proteção social neste domínio, o Grupo Parlamentar do PSD considera extemporânea a aprovação dos diplomas acima elencados, num momento em que o Governo, em sede de Conselho de Ministros de 09 de abril de 2026, anunciou a alteração necessária a corrigir uma injustiça social com mais de vinte anos.

Face ao exposto, o Grupo Parlamentar do PSD vota contra as iniciativas em apreciação, por se revelarem redundantes, extemporâneas e, em alguns casos, por serem iniciativas tecnicamente erradas ao nível jurídico e financeiro do sistema de segurança social.

As/Os Deputadas/os do PSD Isaura Morais — Carla Barros — Helga Correia — Joaquim Barbosa — Leonor Cipriano — Paulo Edson Cunha — Sónia Fernandes — Vânia Jesus.

A alteração das regras de atribuição de subsídio de funeral e reembolso de despesas de funeral no caso de morte de menor ou de titular do estatuto de maior acompanhado é uma matéria de grande sensibilidade, por estarem em causa matérias de evidente justiça social e de respeito pela dignidade das famílias em momentos de especial vulnerabilidade.

Num momento de extrema fragilidade emocional e desestruturação familiar, como o da morte de um filho, o progenitor conta com um apoio financeiro muito reduzido por este não ter tido carreira contributiva, agravando ainda a vulnerabilidade económica para muitas famílias.

A relevância desta matéria ficou bem evidente em petições e posições assumidas por diversos grupos de cidadãos e organizações relativamente às quais o Partido Socialista procurou responder.

Respondeu através de uma norma genérica de alteração ao Orçamento do Estado para 2026, a qual foi rejeitada. E respondeu agora, retomando a questão com a apresentação de um projeto de lei que vem densificar soluções legislativas, permitindo o reforço da proteção nestas situações.

A relevância desta matéria fica igualmente clara na convergência entre partidos políticos, tendo a generalidade dos mesmos apresentado projetos de lei que visam alterar e corrigir essa realidade.

Este foi, de resto, um tema que uniu amplamente o Parlamento, com exceção dos partidos que apoiam o Governo. Estes partidos optaram por se colocar à margem desta discussão e da assunção de responsabilidades, preferindo aguardar por uma alteração que o Governo anunciou no mesmo dia da discussão.

O Governo chega, porém, tarde e aparentemente arrastado para um debate que já estava lançado e estruturado no Parlamento, impulsionado pelas diversas iniciativas parlamentares.

O Partido Socialista entendeu viabilizar todas as propostas de lei apresentadas, já que todas procuram responder, de forma genérica, ao mesmo objetivo, ainda que considere que nem todas utilizam o enquadramento mais correto no âmbito do quadro legislativo existente em termos de Segurança Social.

Visamos assim garantir que as diferentes propostas possam descer à especialidade, onde será possível discutir com rigor, melhorar os diplomas, dar-lhes o enquadramento legal adequado e, em última instância, assegurar uma resposta efetiva às famílias.

Entendemos que este é o momento de avançar e não de bloquear soluções. Este é o momento de colocar o interesse das pessoas acima de táticas políticas. Esperamos que, em sede de discussão na especialidade dos diplomas, todos os partidos assumam essa responsabilidade.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 803/XVII/1.^a

O Livre absteve-se na votação do PR 803 uma vez que, apesar de reconhecer mérito nos pontos 1 a 5, que apontam para medidas de alívio do custo da energia, reforço da mobilidade pública, apoio ao teletrabalho e incentivo às renováveis, não subscreve o ponto 6 na totalidade.

Entendendo como necessária a aceleração dos esforços para licenciar a instalação de infraestruturas para produção de energia renovável, importa distinguir projetos de maior impacto ambiental (como parques eólicos *offshore* ou centrais solares de grande escala) de projetos de menor impacto e mais descentralizados.

Além disso — e mais preocupante —, o ponto 6 é incompatível com a posição política do Livre, que não se revê de todo na necessidade de acelerar a prospeção e exploração de recursos naturais fósseis, como o gás natural (algo que se encontra inclusivamente proibido pela Lei de Bases do Clima), nem na lógica de criar uma reserva nacional. Tal contraria os princípios da transição energética e da descarbonização.

Assim, a abstenção procura sinalizar que o ponto resolutivo 6 está desalinhado com os princípios e prioridades do Grupo Parlamentar do Livre.

O Grupo Parlamentar do Livre.

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 659/XVII/1.^a

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem acompanhado de perto a situação dos trabalhadores contratados via PRR.

Assumimos desde há muito uma posição pública favorável à abertura de concursos para os postos de trabalho ocupados por estes trabalhadores, na sua maioria altamente qualificados e especializados em áreas estratégicas da Administração Pública.

Não estando em causa vínculos inadequados *tout court*, esta é a solução que melhor acautela todos os interesses em presença: as expectativas e a segurança destes trabalhadores, mas também a necessidade do Estado de reter trabalhadores qualificados e já integrados nas equipas e na dinâmica dos serviços, assegurando melhor resposta aos cidadãos e empresas em áreas estratégicas.

Temos adotado sucessivas iniciativas neste âmbito, incluindo pedidos de informação, perguntas regimentais, perguntas diretas a membros do Governo em audições e um projeto de resolução recomendando ao Governo que avançasse para a identificação dos trabalhadores contratados por esta via e que assegurem necessidades de longa duração das entidades onde se encontram, lançando em seguida procedimentos concursais de modo a criar condições para assegurar a continuidade destes trabalhadores nas entidades da Administração Pública em que estão colocados e onde são necessários.

Infelizmente, este Projeto de Resolução não teve acolhimento maioritário, tendo sido rejeitado, nomeadamente, pelos grupos parlamentares que suportam o Governo e não tendo tido voto favorável dos autores da presente resolução, o que inviabilizou a aprovação de uma estratégia que corresponde ao que faz sentido e é justo: uma solução integrada para o conjunto dos trabalhadores contratados com vista a apoiar a execução do PRR, por contraponto a soluções parcelares para serviços específicos, que poderiam configurar situações de discriminação entre trabalhadores e áreas governativas.

É no sentido de encontrar uma solução transversal para os trabalhadores contratados no âmbito do PRR que continuaremos a pugnar, com novas iniciativas nesta matéria.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 718/XVII/1.^a

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata absteve-se na votação do Projeto de Resolução n.º 718/XVII/1.^a, apresentado pelo PAN, relativo a medidas de prevenção e combate à extorsão sexual e burlas românticas em contexto digital.

O PSD acompanha a preocupação subjacente à iniciativa, reconhecendo a crescente relevância destes fenómenos no contexto da criminalidade atual, bem como o seu impacto particularmente gravoso sobre vítimas em situação de maior vulnerabilidade, designadamente crianças e jovens.

Trata-se, aliás, de uma realidade já amplamente sinalizada pelas autoridades e entidades competentes, como resulta dos dados constantes da própria exposição de motivos da iniciativa do PAN.

Todavia, importa sublinhar que uma parte significativa das medidas propostas se encontra já, em larga medida, contemplada no quadro das políticas públicas em vigor. Desde logo, no domínio da educação, estas matérias estão integradas nas Aprendizagens Essenciais, da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, designadamente no âmbito da literacia digital, onde são expressamente abordados fenómenos como o *sexting* e a *sextorsion*, promovendo-se a capacitação dos alunos para a identificação de riscos e adoção de comportamentos seguros no ambiente digital.

Por outro lado, cumpre assinalar que recentemente, em sede de audição das forças de segurança na Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação, no contexto da violência doméstica, foi igualmente abordada a problemática da violência no namoro, contexto em que frequentemente ocorrem práticas de partilha não consentida de conteúdos íntimos.

Nessa ocasião, foi referido pelas forças de segurança o desenvolvimento de ações de formação e campanhas de sensibilização dirigidas a estes fenómenos, evidenciando que vários dos objetivos constantes da parte resolutiva do presente Projeto de Resolução já se encontram, na prática, a ser prosseguidos.

Acresce sublinhar que o PSD entende que todas as iniciativas que visem reforçar a segurança pública, com especial enfoque na proteção dos mais vulneráveis, são, em si mesmas, meritórias e devem ser valorizadas. Não obstante, importa também garantir que as respostas assentam numa lógica de coerência e articulação com os instrumentos já existentes.

Neste plano, importa destacar o trabalho desenvolvido no âmbito do Programa Escola Segura, que tem vindo a assumir um papel relevante na prevenção e sensibilização para fenómenos de violência em contexto escolar, incluindo as suas novas expressões no ambiente digital.

A intervenção da Escola Segura, em articulação com a comunidade educativa, tem permitido acompanhar estas realidades e promover respostas ajustadas, designadamente através de ações de proximidade, formação e campanhas de sensibilização.

Neste contexto, entende o PSD que uma parte significativa dos objetivos subjacentes ao Projeto de Resolução já se encontra a ser prosseguida no terreno, através de mecanismos que importa continuar a valorizar e densificar.

Assim, sem prejuízo do reconhecimento da relevância do tema e da importância de reforçar os instrumentos de prevenção e combate a estas formas de criminalidade, o Grupo Parlamentar do PSD entende que o Projeto de Resolução em apreço não acrescenta, em termos substanciais, medidas que não estejam já, em larga medida, previstas ou em curso, optando, por isso, pela abstenção.

As/Os Deputadas/os do PSD *António Rodrigues — Paulo Lopes Marcelo — Nuno Jorge Gonçalves — Eva Brás Pinho*.

Relativa ao texto final apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação relativo às Apreciações Parlamentares n.ºs 6/XVII/1.ª e 7/XVII/1.ª.

Os Deputados do PSD, eleitos pela Região Autónoma da Madeira, votaram favoravelmente o texto final global relativo ao Subsídio Social de Mobilidade (SSM).

Votámos no mesmo sentido o texto resultante da avocação prévia efetuada pelo GPPSD ao n.º 1 do artigo 4.º, que propunha um valor variável, com teto máximo, ao custo elegível do bilhete a ser fixado em portaria do Governo. Posta à votação, esta alteração foi rejeitada, por maioria, no Plenário.

Acompanhámos o grupo parlamentar na aprovação do requerimento e na respetiva alteração porque, em primeiro lugar, a proposta da ALM, entretanto rejeitada, mantinha os tetos e, em segundo lugar, tivemos em linha de conta os alertas manifestados pelo Governo Regional da Madeira e as posições públicas assumidas pelas companhias aéreas contrárias à abolição dos valores máximos elegíveis.

Sublinhe-se que foi no decurso das apreciações parlamentares, em sede de especialidade, que o Partido Socialista alterou a sua proposta inicial onde, taxativamente, defendia os tetos, aprovando uma proposta do Chega que eliminava os limites máximos elegíveis.

Os Deputados do PSD, eleitos pela Madeira, mantiveram o voto favorável ao texto final global da AP n.º 6/XVII/1.ª (PS) por reconhecerem que, apesar de não integrar na sua plenitude a proposta de lei da Assembleia Legislativa da Madeira, as alterações aprovadas, no seu conjunto, introduzem melhorias face ao modelo anterior.

O nosso voto favorável traduz o nosso compromisso, desde o primeiro momento, com a correção das injustiças introduzidas no modelo, nomeadamente: a redução do teto máximo nas viagens de ida (*one-way*); a exigência de inexistência de dívidas fiscais ou contributivas como condição de acesso a um direito fundamental de mobilidade; a necessidade de desburocratizar a tramitação do pedido do SSM na plataforma digital; e a necessidade da criação de mecanismos de apoio presencial aos beneficiários.

Pelo acima exposto, assinamos esta declaração de voto, lamentando as posições assumidas pelo Partido Socialista e pelo Chega que, ao longo deste processo legislativo, preferiram obstaculizar e partidarizar este instrumento de continuidade territorial (SSM). O nosso propósito sempre foi o de aperfeiçoar o modelo, indo ao encontro das legítimas expectativas dos residentes das regiões autónomas.

Os Deputados do PSD *Pedro Coelho — Vânia Jesus — Paulo Neves*.

Nota: *A declaração de voto anunciada pelo Deputado do BE Fabian Figueiredo não foi entregue no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.